



**PLANO DE DESENVOLVIMENTO
INSTITUCIONAL
2019 - 2023**

SUMÁRIO

1. DADOS BÁSICOS DE IDENTIFICAÇÃO	1
1.1.1. Dirigentes da Mantenedora Diretora / Representante Legal.....	1
1.1.2. Da Regularidade Fiscal e Parafiscal da Mantenedora.....	2
1.2. DA MANTIDA	2
1.2.2. Dados dos Dirigentes da Mantida.....	2
I. Diretora Geral:	2
III. Diretora Acadêmica:	13
IV. Diretor Financeiro	14
V. Secretária Acadêmica	14
VI. Bibliotecária.....	15
VII. Núcleo de Tecnologia da Informação	16
VIII. Coordenador do Núcleo de Apoio Psicopedagógico.....	16
IX. Diretoria de Pós-Graduação e Extensão	17
1.2.3. Administração Superior.....	17
1.2.4 Estrutura Organizacional.....	13
1.2.6 - Histórico.....	14
1.2.7. Evolução	14
CURSOS DE GRADUAÇÃO AUTORIZADOS	14
1.2.8. Áreas de atuação da Faculdade da Amazônia.....	17
2. DIRETRIZES PEDAGÓGICAS	18
2.2. META	18
2.3. VALORES	18
2.4. VISÃO	19
3. INSERÇÃO REGIONAL	20
3.1. CONTEXTO EDUCACIONAL	22
3.1.1. Ensino Superior.....	24
3.1.2 Diagnose da Educação Básica no Pará.....	26
4. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DA INSTITUIÇÃO	33
4.2. ATUAÇÃO DO COORDENADOR	33
4.2.1 - Participação efetiva da coordenação do curso em órgãos colegiados acadêmicos da IES.....	34
4.2.2. Participação do coordenador e dos docentes em colegiado de curso	34
4.3. NÚCLEO DE APOIO PSICOPEDAGÓGICO - NAP	36
4.4. A CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO DA FACULDADE DA AMAZÔNIA	37

4.5. A CONCEPÇÃO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DA FACULDADE DA AMAZÔNIA.....	46
4.6. AÇÕES PARA EFETIVAÇÃO DESTA CONCEPÇÃO	52
I – JUSTIFICATIVA DO PROGRAMA	52
II – OBJETIVO DO PROGRAMA:	55
OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	55
4.6.2. Procedimentos Metodológicos para a Formação Continuada de Docentes	55
4.7. ORGANIZAÇÃO ACADÊMICO-ADMINISTRATIVA	56
4.8. ORGANIZAÇÃO DO CONTROLE ACADÊMICO	56
4.9. APOIO PEDAGÓGICO AO DISCENTE.....	57
4.9.1. Justificativa do SAE	58
4.9.2. Objetivos do SAE	60
4.9.3. Metodologia de Trabalho do SAE	60
4.10. PROMOÇÃO DE EVENTOS SÓCIO-CULTURAIS	61
4.10.1. ENDURACE.....	62
4.10.3 FEIRA DO EMPREENDEDOR.....	64
4.10.4 SEMANA ACADÊMICA DO CURSO DE PEDAGOGIA	65
4.10.5 ACOLHIMENTO AOS ROMEIROS DO CÍRIO DE N. S. DE NAZARÉ.....	66
4.10.6 CONGRESSO ACADÊMICO DA FAAM.....	67
4.10.7 PSICOLOGIA NA COMUNIDADE	68
4.11. NIVELAMENTO ACADÊMICO	70
4.12. ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS.....	70
4.12.1. Projeto de Acompanhamento de Egressos	71
PROJETO “FAZENDO A DIFERENÇA” DE ACOMPANHAMENTO AOS EGRESSOS DA FAAM.....	72
II - Justificativa do projeto “fazendo a diferença”	72
III – Objetivo geral do projeto “fazendo a diferença”	74
IV – Objetivos específicos do projeto “fazendo a diferença”	74
V - Metas do projeto “fazendo a diferença”.....	74
VI – Características do projeto “fazendo a diferença”	75
VII - Avaliação do projeto “fazendo a diferença”	75
4.13. MEIOS DE DIVULGAÇÃO DE TRABALHOS E PRODUÇÃO ACADÊMICA.....	75
4.14. BOLSAS DE ESTUDO.....	77
5. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	77
6. PERSPECTIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA FAAM 2019 a 2023:	79
APÊNDICE C: PROJETOS DE APOIO PEDAGÓGICO AO DISCENTE	89
ANEXO I	102

Capítulo II	103
Capítulo III.....	107
Capítulo IV.....	107
Capítulo V.....	111
Capítulo VI.....	112
Capítulo VII.....	114
Capítulo VIII Do Afastamento	115
Capítulo IX.....	116
ANEXO II	118
Capítulo II.....	118
Capítulo III.....	119
Capítulo IV Da Remuneração.....	119
Capítulo V.....	119
Capítulo VI.....	120
Capítulo VII.....	121

1. DADOS BÁSICOS DE IDENTIFICAÇÃO

1.1. MANTENEDORA

A mantenedora J.Coutinho Sociedade Civil Ltda é uma sociedade civil, com fins lucrativos, com sede e foro à Br 316, Km 07, n. 590 – bairro: Levilândia –Ananindeua – Pará, As perspectivas de crescimento econômico de Belém e Ananindeua (área metropolitana/PA) promoveram a sensibilização de seus dirigentes que, ao conceber a Faculdade da Amazônia, no seu projeto pedagógico, vocacionaram-na para o caminho da reflexão da realidade regional de acordo com os princípios do desenvolvimento sustentável.

A J.Coutinho coloca como meta a ser atingida em médio prazo a persecução da integração e harmonia entre sua direção, alunos, professores e funcionários, oferecendo qualidade e excelência em seus produtos e seus serviços, para atender às necessidades de uma sociedade em transformação.

A J.Coutinho visando aperfeiçoar e difundir a educação e a cultura no Estado tem por objetivos:

- Organizar e manter estabelecimentos de ensino;
- Promover iniciativas filantrópicas e gratuitas de assistência à comunidade, nas áreas de Ciências Humanas, Exatas e Sociais, dos serviços jurídicos e sociais, da recreação, do esporte e da cultura.

A J.Coutinho é constituída por profissionais com vasta experiência na manutenção e administração do ensino, nos diversos níveis de ensino.

A J.Coutinho é mantenedora da Faculdade da Amazônia - FAAM, que funciona com os cursos de: Administração; Ciências Contábeis; Pedagogia; Engenharia da Produção; Psicologia; Enfermagem; Licenciatura em Educação Física; Serviço Social; Gastronomia; Direito, Licenciatura em História; Licenciatura em Letras.

1.1.1. Dirigentes da Mantenedora

Diretora / Representante Legal

Nome: José de Nazaré Barreto Coutinho

Nacionalidade: Brasileiro

Estado civil: Casado

RG.: *****

CPF: *****

1.1.2. Da Regularidade Fiscal e Parafiscal da Mantenedora

A Regularidade Fiscal e Parafiscal pode ser comprovada pelas certidões negativas de débitos fiscais, protestos de títulos e de idoneidade incorporados aos documentos a disposição na Faculdade da Amazônia.

<u>DOCUMENTOS</u>
Cartão de Inscrição no CNPJ / CPF : 05.093.577/0001-09
Certidão de Dívida Ativa da União: Em processo de liberação
Inscrição estadual/municipal : 17580
Certidão Negativa de Débito – INSS : Em processo de liberação
Certidão Negativa de Débito – FGTS: Em processo de liberação

1.2. DA MANTIDA

1.2.1. Dados da IES

Nome: FACULDADE DA AMAZÔNIA

Endereço: Br 316, Km 07, N. 590 – Levilândia – Ananindeua – PA

CEP: 67.043-170

Fone: (91) 3255-2237

Fax: (91) 3255-2236

E-mail: contato@faam.com.br ; marketing@faam.com.br

1.2.2. Dados dos Dirigentes da Mantida

I.Diretora Geral:

Nome: José de Nazaré Barreto Coutinho

Nacionalidade: Brasileiro

Estado civil: Casado

RG.: *****

CPF: ***.***.***-**-**

II. Diretora Administrativa e jurídica

Nome: Amanda de Cássia Pereira

Coutinho

Nacionalidade: Brasileira

Estado civil: Solteira

RG.: *****

CPF: ***.***.***-**-**

III. Diretora Acadêmica:

Profa Roberta da Trindade Pantoja Hage

Titulação

Graduação em Licenciatura em Pedagogia - 1999 – UEPA

Especialização em Currículo e Avaliação na Educação Básica – 2001 - UEPA

Especialização em Administração – 2006 – FEAPA

Mestranda em Educação – PPEB – UFPA - 2018

Experiência Profissional:

FACULDADE DA AMAZÔNIA, FAAM – Diretor Acadêmica – 2012 - atual.

ESCOLA BOSQUE PROF. EIDORFE MOREIRA – Coordenadora
Pedagógica Geral– 2008 - atual

FACULDADE DE ESTUDOS AVANÇADOS DO PARÁ, FEAPA – Assessora
Pedagógica 2002 - 2011.

FACULDADE DE CASTANHAL - Docente - 2009 - 2010

COLÉGIO SANTO ANTÔNIO/Congregação de Santa Dorotéia do Brasil -
Supervisora Pedagógica do Ens. Médio - 2006 - 2007.

Secretaria de Estado de Educação do Pará - Coordenadora de Ensino – 2004 -
2006

Instituição de Ensino Escolinha do Saber - Coordenadora Pedagógica - 2002 -
2008

Sistema Atual de Ensino - Coordenadora Pedagógica - 2001 - 2004

RG: 3251555-SEGUP/PA

CPF: ***.***.***-**

E-mail: robertahage@gmail.com

IV. Diretor Financeiro

José de Nazaré Barreto Coutinho

Experiência Profissional:

Despachante Aduaneiro

Diretor da Distribuidora Amstral de Bebidas - 2009

Diretor Financeiro Arquediosenano no Para – 2007 a 2009

Nacionalidade: Brasileiro

RG.: *****

CPF: ***.***.***-**

V. Secretária Acadêmica

Edileusa Erlene Gomes

da Silva

Titulação:

Graduação em Ciências Econômicas - 1989 – UNESPA;

Especialização em Secretariado escolar – concluída – UBRA - 2007

Experiência Profissional:

Sistema de Ensino Amazônia – 2014-2018

SEDUC - 2007-2010.

SEMEC – 2000-2011.

RG: *****

CPF: ***.***.***-**

E-mail:

edileusaegdasilva@yahoo.com.br

secretaria.academica@faam.com.br

VI. Bibliotecária

Rosimeire Pereira dos Santos

Titulação:

Graduação em Biblioteconomia, 1998, UFPA

Experiência Profissional:

Bibliotecária – Faculdade da Amazônia – 2011 - atual

Consultora em organização de bibliotecas - Centro de Desenvolvimento de Competências – CDC – 2008.

Secretaria Escolar - Gessy"s Cours Ltda – 1990 a 2008.

Estagiária de Biblioteconomia – Universidade da Amazônia – 1999.

Nacionalidade: brasileira

Estado civil: solteira

RG.: *****

CPF.: ***.***.***-**

E-mail: rosimeire@faam.com.br

VII. Núcleo de Tecnologia da Informação

José Ricardo Meireles Braga

Titulação

Graduação: Sistemas de Informação – IESAM – 1997

Especialização em Docência do Ensino Superior - 2001

VIII. Coordenador do Núcleo de Apoio Psicopedagógico

Paula Cristina Albuquerque de Souza Medeiros

Titulação: Graduada em Psicologia – UNAMA – 2007.

Especialização em Saúde mental - FACINTER – 2007

Especialização em andamento em Avaliação Psicológica - DALMASS – 2018

Especialização em andamento em Neuropsicologia - DALMASS – 2019

Experiência Profissional:

Faculdade da Amazônia – Núcleo de Apoio Psicopedagógico – 2009

SEDUC – Técnica em Educação – 2006-2009

Santa Casa de Misericórdia do Pará – gestão de pessoas – 2006-2007

Nacionalidade: brasileira

Estado civil: Casada

RG: *****

CPF: ***.***.***-**-**

Email: paula.1811@yahoo.com.br

E-mail: nap@faam.com.br/ estagio@faam.com.br/ nap@gmail.com/
estagiofaam@gmail.com

IX. Diretoria de Pós-Graduação e Extensão

Antonio Carlos Braga Silva

Titulação: Mestre em Planejamento e Políticas Públicas – UECE - 2011

Especialização em Língua Portuguesa e Análise Literária – UEPA - 2002

Graduação em LETRAS (Português/ Inglês). Universidade Federal do

Pará – UFPA - 2001 Experiência Profissional

Faculdade da Amazônia, FAAM, Brasil - Docente. 2006

Univeridade Estadual do Pará – UEPA - 1999

Nacionalidade: Brasileiro

Estado civil: Solteiro

RG.: *****

CPF: ***.***.***-**-**

E-mail: antoniosilva@faam.com.;br – Telefone: 91 98831-3709

1.2.3. Administração Superior

A Faculdade da Amazônia, AUTORIZADA PELA PORTARIA MINISTERIAL Nº 2.241 DE 29/07/2004, para os efeitos de sua administração conta com órgãos normativos, consultivos, deliberativos e suplementares. São órgãos normativos, consultivos e deliberativos:

Conselho Superior de Administração – CONSUAD: Órgão máximo de natureza Normativa, consultiva e deliberativa da Faculdade da Amazônia e é constituído por diretores, Representantes dos órgãos suplementares, professores, discentes, representante do corpo técnico-administrativo, representante da mantenedora e representante da comunidade. Ao CONSUAD compete zelar pelos objetivos institucionais da Faculdade da Amazônia, aprovar as diretrizes e políticas da instituição, estabelecidas pelo Conselho

Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE, bem como supervisionar sua execução, entre outras.

Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE: órgão de natureza normativa, consultiva e deliberativa destinado a orientar, coordenar e supervisionar as atividades de ensino, pesquisa e extensão da Faculdade da Amazônia. É constituído por diretores, Coordenadores, professores, discentes, representante do corpo técnico-administrativo, representante da mantenedora e representante da comunidade. Dentre outras atividades do CONSEPE, se destaca o estabelecimento de diretrizes e políticas de ensino, pesquisa e extensão da Faculdade da Amazônia, bem como seus desdobramentos, inclusive para efeito orçamentário.

O Colegiado de Curso, órgão de natureza normativa, consultiva e deliberativa da Faculdade da Amazônia constituído por Coordenadores, professores e discentes. O Colegiado visa definir o perfil profissional e os objetivos gerais do curso, elaborar o currículo pleno do curso e suas alterações, observando as orientações editadas pelo Poder Público, com indicação das disciplinas que o compõem e a respectiva carga horária, para aprovação dos órgãos competentes, fixar as diretrizes gerais dos programas das disciplinas dos cursos e suas respectivas ementas, propor ao Coordenador do Curso providências necessárias à melhoria do ensino ministrado no curso.

No quadro 01, apresentamos a composição dos conselhos superiores da Faculdade da Amazônia.

CONSELHOS SUPERIORES	MEMBROS
CONSUD	Diretores Órgão suplementares Representantes dos professores Representante Discente Representante técnico-adm Representante da mantenedora Representante da comunidade
CONSEP	Diretores Coordenadores de curso Representantes dos professores Representante Discente

	Representante técnico-admin Representante da mantenedora Representante da comunidade
--	--

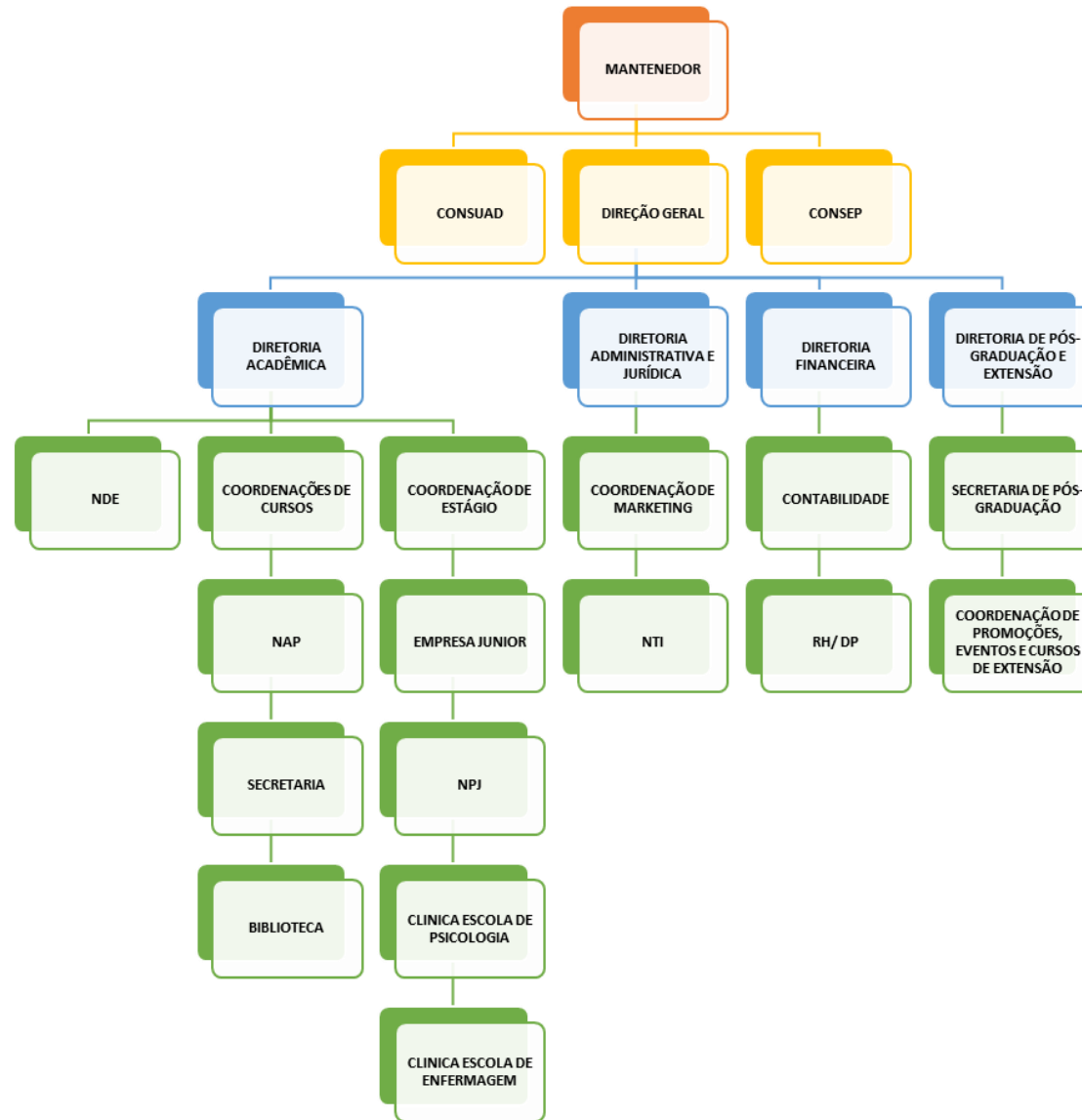
COLEGIADOS DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO

CURSOS	MEMBROS
Enfermagem	Coordenadores de curso Representantes dos professores Representante Discente
Educação Física	
Pedagogia	
Psicologia	
Serviço Social	
Ciências Contábeis	
Administração	
Direito	
Engenharia da Produção	

NÚCLEOS DOCENTES ESTRUTURANTES DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO

CURSOS	MEMBROS
Enfermagem	Coordenadores de curso Representantes dos professores
Educação Física	
Pedagogia	
Psicologia	
Serviço Social	
Ciências Contábeis	
Administração	
Direito	
Engenharia da Produção	

1.2.4 Estrutura Organizacional



1.2.5 - Missão

A Faculdade da Amazônia tem como missão oferecer educação de excelência, enfatizando a importância da qualidade, para formar profissionais capacitados, éticos e conscientes do seu compromisso para com o desenvolvimento do Estado do Pará e da Região Amazônica.

1.2.6 - Histórico

A Faculdade da Amazônia iniciou suas atividades acadêmicas em 29 de julho de 2004, através da Portaria Ministerial nº 2.241 de 29/07/2004 que credencia o seu funcionamento, e da Portaria Ministerial nº 2.242, de 29 DE JULHO DE 2004, que autoriza o funcionamento do curso de Administração, com 200 vagas totais anuais.

A Faculdade da Amazônia conta com 21 salas de aula, biblioteca, salas de direção e coordenação, 1 laboratório de informática, setor administrativo e atualmente possui 1.000 acadêmicos, distribuídos nos Bacharelados de Administração e Ciências Contábeis e cursos de Licenciatura em História, Pedagogia e Letras.

1.2.7. Evolução

Desde sua fundação, a Faculdade da Amazônia vem tendo um crescimento que a fortalece no cenário educacional paraense.

A Instituição implementou cursos de graduação e pós-graduação, que apresentamos nos quadros abaixo:

CURSOS DE GRADUAÇÃO AUTORIZADOS

CURSO	ATO LEGAL
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO DE NEGÓCIOS E COMÉRCIO EXTERIOR *200 vagas totais anuais para os turnos diurnos e Noturnos ▪ Coordenadora: Prof. Me. Luciana Tupinambá Dessy	PORTARIA Nº 2.242, DE 29 DE JULHO DE 2004. RECONHECIMENTO: PORT. SERES 408/2011 – DOU 14/10/2011 RENOVAÇÃO DO RECONHECIMENTO: PORTARIA Nº 267 DE 03/04/2017 DOU 04/04/2017

<p>BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS *200 vagas totais anuais para os turnos diurnos e noturnos Coordenação: Prof. Esp. Leonel Mendes</p>	<p>PORTARIA Nº 135 DE 30 DE MAIO DE 2006. RECONHECIMENTO: PORT. SESU 627/2011 – DOU 21/03/2011 RENOVAÇÃO DO RECONHECIMENTO: PORTARIA Nº 267 DE 03/04/2017 DOU 04/04/2017</p>
<p>LETRAS – PORTUGUÊS E ESPANHOL</p>	<p>PORTARIA Nº 1.140 DE 26/12/2006 DOU 28/12/2006 RECONHECIMENTO: PORT. 216/2012 – DOU 06/11/2012 RENOVAÇÃO DO RECONHECIMENTO: PORTARIA Nº 1.092 DE 24/12/2015</p>
<p>LICENCIATURA EM PEDAGOGIA *200 vagas totais anuais os turnos diurnos e noturnos Coordenador: Prof. Me. Júlio Corrêa</p>	<p>PORTARIA Nº 60 DE 19 DE JANEIRO DE 2007 RECONHECIMENTO: PORTARIA Nº 371 DE 18/05/2015 DOU 19/05/2015 RENOVAÇÃO DO RECONHECIMENTO: PORTARIA Nº 278, DE 20/04/2018</p>
<p>BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL 200 vagas totais anuais para os turnos diurnos e noturnos Coordenadora: Prof. Ma. Carmen Silva</p>	<p>PORTARIA MEC Nº 601 DE 29 DE OUTUBRO DE 2014</p>
<p>LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA *200 vagas totais anuais os turnos diurnos e noturnos Coordenadora: Prof. Ma. Lana Virginia Peres França</p>	<p>AUTORIZADO PELA PORTARIA Nº 35, DE 1º DE MARÇO DE 2016. RETIFICAÇÃO PUBLICADA NO D.O.U 02/03/2016, SEÇÃO 1, PÁG 49-50</p>
<p>HISTÓRIA</p>	<p>PORTARIA Nº 1.033 DE 08/12/2006 DOU 11/12/2006 RECONHECIMENTO: PORTARIA Nº 274 DE 14/12/2012 DOU 17/12/2012</p>

TECNOLÓGICO EM GASTRONOMIA	PORTARIA Nº 241 DE 30/03/2017
<ul style="list-style-type: none"> ▪ ENGENHARIA DA PRODUÇÃO: <p>*200 vagas totais anuais os turnos diurnos e noturnos</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Coordenadora: Prof. Me. Luciana Tupinambá Dessy 	AUTORIZADO PELA PORTARIA Nº 96 DE 1º DE ABRIL DE 2016.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ PSICOLOGIA: <p>*200 vagas totais anuais os turnos diurnos e noturnos</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Coordenador: Prof. Esp. Alexandre Lemos Medeiros 	AUTORIZADO PELA PORTARIA Nº 14 DE 08 DE JANEIRO DE 2018
<ul style="list-style-type: none"> • ENFERMAGEM 	PORTARIA Nº 116, DE 20/02/2018
<ul style="list-style-type: none"> ▪ DIREITO <p>*150 vagas totais anuais os turnos diurnos e noturnos</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Coordenador: Prof. Me. Wilson Ataíde 	AUTORIZADO PELA PORTARIA Nº 796 DE 09 DE NOVEMBRO DE 2018

A Faculdade da Amazônia implantou também o NAP – Núcleo de Apoio Pedagógico, para assessorar a Coordenação dos Cursos no monitoramento das práticas pedagógicas junto ao corpo docente da Faculdade e com acompanhamento ao desempenho discente. Para um corpo docente em sua maioria técnico é indispensável à orientação pedagógica para que os objetivos da Instituição sejam atingidos. Qualificar e apoiar os Professores em suas atividades acadêmicas ajuda-os a um ensino de melhor qualidade.

Para os discentes o acompanhamento das atividades acadêmicas é realizado através de atendimento e oficinas de estudos.

Atividades culturais, projetos de extensão, atividades interdisciplinares, iniciação científica, monitoria e programas de treinamento profissional são focos das atividades acadêmicas da Faculdade da Amazônia. A evolução destas atividades é marcante para o desenvolvimento da Instituição, proporcionando à comunidade acadêmica aproximar e beneficiar a sociedade, bem como refletir acerca do seu papel na construção de um mundo melhor.

Hoje está funcionando em um espaço de área construída de **5.400m²** e área total de **18.890 m²** e **7.400 m²** de área de estacionamento, para 560 carros (estimado). Sua infra-estrutura dispõe de:

- a) 21 salas de aula amplas e climatizadas;
- b) Biblioteca aberta à comunidade com computadores ligados à rede Internet, salas de estudos em grupo;
- c) 02 Laboratório de Informática;
- d) Auditório com capacidade para 200 pessoas;
- e) Acesso fácil aos portadores de necessidades especiais, inclusive com sanitário próprio;
- f) Ampla área interna de estacionamento;
- g) Central de Atendimentos;
- h) Salas de Direção e Coordenação;
- i) Quadra de esporte e piscina;
- j) Outros espaços acadêmicos necessários para o funcionamento da Instituição.

1.2.8. Áreas de atuação da Faculdade da Amazônia

A Faculdade da Amazônia, instituição essencialmente educacional, busca contribuir com o crescimento político-econômico-social da região e do Estado, ampliando de forma integrada as oportunidades na área do ensino, da pesquisa e da extensão. Nessa perspectiva, oferece cursos de graduação na Área de Ciências Sociais Aplicadas e das Licenciaturas, saúde, assistência social e engenharias voltados – até o momento – para os campos da Administração, Ciências Contábeis, Pedagogia, História e Letras, enfermagem, Psicologia, Educação Físicas e Engenharia da Produção atendendo assim expectativas e necessidades da comunidade local.

A Faculdade da Amazônia atua também nos cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*, nas áreas de Administração, Contabilidade e Educação oportunizando assim continuidade de estudos aos alunos.

2. DIRETRIZES PEDAGÓGICAS

2.1. OBJETIVOS GERAIS DA FACULDADE DA AMAZÔNIA

A Faculdade da Amazônia tem por objetivos:

- a) a formação de profissionais e especialistas de nível superior dos cursos por ela ministrados;
- b) o incentivo e apoio à pesquisa e à produção acadêmica;
- c) a realização e o incentivo a atividades criadoras, estimulando vocações e organizando programas, particularmente vinculados às necessidades regionais e nacionais;
- d) a extensão do ensino à comunidade mediante cursos e serviços especiais, prestando colaboração constante na solução de seus problemas;
- e) o oferecimento de condições para a realização de mestrado e doutorado no seu corpo docente;
- f) o estímulo à criação cultural e ao desenvolvimento do espírito científico;
- g) o oferecimento de condições para especialização e aperfeiçoamento do seu corpo docente e técnico-administrativo;
- h) a cooperação com a comunidade local, regional e nacional, como organismo de consulta, assessoria e prestação de serviços a instituições de direito público ou privado, em matérias vinculadas aos seus fins e às suas atividades;
- i) a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação.

2.2. META

A Faculdade da Amazônia foi implantada com objetivos e projetos definidos que buscam por meio da cooperação de todos os seus integrantes – direção, professores, alunos e colaboradores, atingir sua principal meta: o ensino de qualidade em prol de uma sociedade melhor, postulado por uma formação humanística e técnica para os discentes e docentes.

2.3. VALORES

A Faculdade da Amazônia considera que os valores que perpassam a idealização de uma instituição educacional são essencialmente os pilares de sustentação de todo o processo formativo que a integra. Considerando-os como ingredientes básicos de cultura e/ou sociedade específica, a Faculdade da Amazônia toma como alicerces à ética, a consciência e o compromisso com

a sociedade Paraense.

2.4. VISÃO

A perspectiva de desenvolvimento da educação superior no Estado do Pará promoveu a sensibilização de seus dirigentes que, ao conceber a Faculdade da Amazônia, no seu Projeto Pedagógico Institucional, vocacionaram-na para o caminho da reflexão da realidade regional de acordo com os princípios do desenvolvimento sustentável. Identificada como instituição de ensino superior particular, a Faculdade da Amazônia visa contribuir para o desenvolvimento sócio-cultural e econômico da cidade do Estado do Pará e da região amazônica.

3. INSERÇÃO REGIONAL

O estado do Pará está localizado na Região Norte do Brasil, apresenta o segundo maior território do país, sendo menor apenas que o Amazonas. Conforme dados da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), o território do Pará concentra 31 etnias indígenas espalhadas em 298 povoações, totalizando mais de 27 mil índios. Também possui comunidades negras remanescentes de antigos quilombos.

A extensão territorial é de 1.247.950,003 quilômetros quadrados, conforme contagem realizada em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o estado totaliza 7.581.051 habitantes, que estão distribuídos em 144 municípios. Apresenta baixa densidade demográfica, com aproximadamente 6 hab./km². A população é bem miscigenada, sendo formada por indígenas, negros, europeus, ribeirinhos e asiáticos.

O relevo do Pará apresenta planície amazônica a norte, depressões e pequenos planaltos. O ponto mais elevado é a serra do Acari, com 1906 metros de altitude. A vegetação é caracterizada por mangues no litoral, campos na ilha de Marajó, cerrado ao sul e floresta Amazônica. O Pará altera regiões de planícies alagáveis como a ilha de Marajó, com a floresta Amazônica, na porção oeste, e campos de pastagens em regiões desmatadas na porção leste. O clima é equatorial, a temperatura média anual é de 27°C.

A capital do estado é a cidade de Belém, outras cidades importantes são: Ananindeua, Santarém, Marabá, Castanhal, Abaetetuba, Cametá, Bragança, Itaituba, Marituba. Os rios de maior importância são: Amazonas, Jari, Pará, Tapajós, Tocantins, Tromberas, Xingu. Na figura 01, observa-se o mapa do estado do Pará e sua subdivisão de desenvolvimento

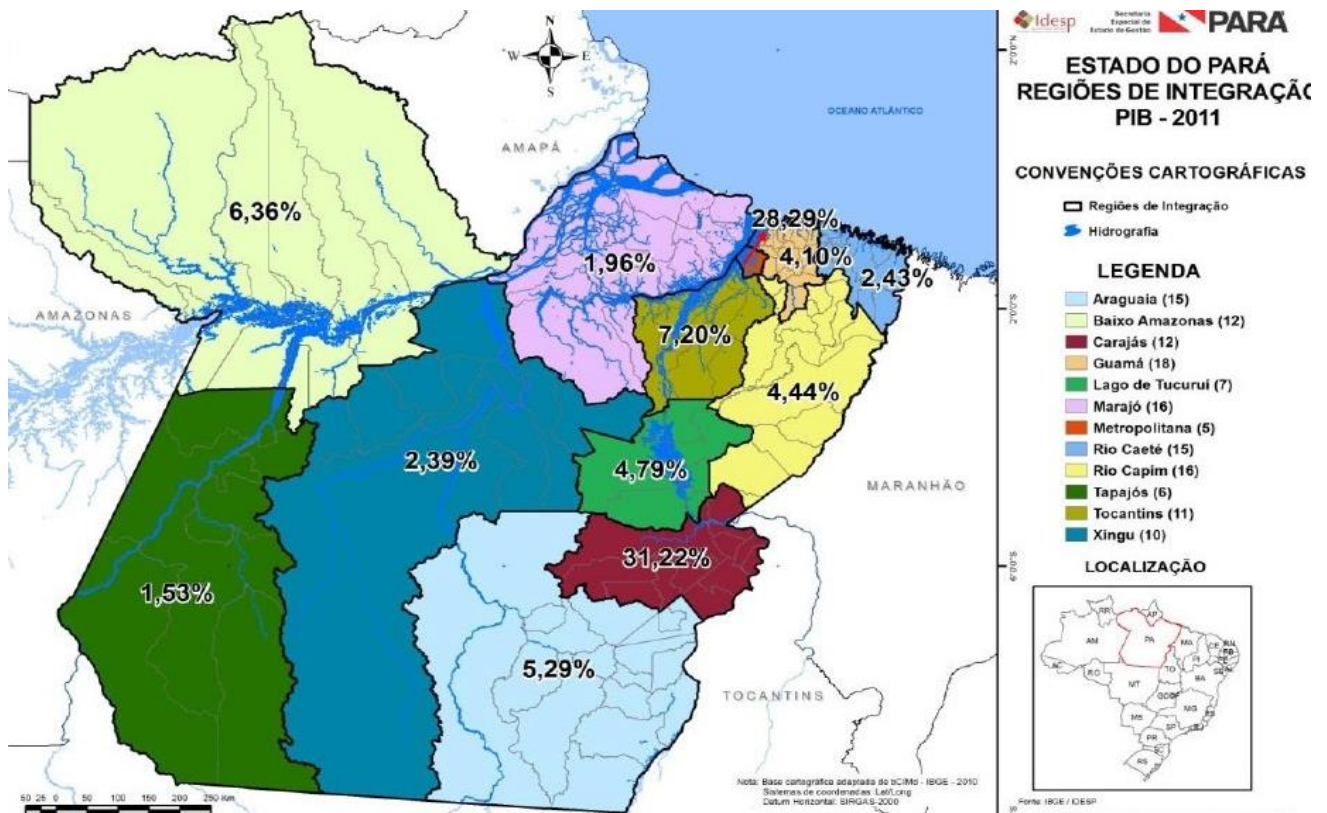


Figura 01: Mapa do estado do Pará com as regiões de desenvolvimento. Fonte: IDESP (2017).

Observa-se na figura 01 que o Estado Pará possui 12 regiões de desenvolvimento, as quais são: Araguaia; Baixo Amazonas. Carajás; Lago Tucuruí; Guamá; Marajá; Metropolitana; Rio Caeté; Rio Capim; Tapajós; Tocantins; Xingu, sendo que dessas a mais populosa é a Região de Carajás.

A economia paraense tem no extrativismo mineral sua principal atividade econômica (ferro, bauxita, manganês, calcário, ouro, estanho), o alumínio e o minério de ferro são os principais produtos de exportação. O extrativismo vegetal se mantém importante, porém, nem sempre de forma sustentável. Outras atividades são: agricultura, pecuária, o setor de serviços se destaca nas maiores cidades, as indústrias e, de forma lenta, o turismo vem se destacando.

O Pará é o maior produtor de pimenta do reino do Brasil e está entre os primeiros na produção de coco da Bahia e banana. São Félix do Xingu é o município com maior produção de banana do País.

A indústria concentra-se mais na região metropolitana de Belém, encabeçada pelos distritos industriais de Icoaraci e Ananindeua, e nos municípios de Marabá e Barcarena. O Produto Interno Bruto (PIB) do estado é de 58.519 bilhões.

As manifestações culturais são bem diversificadas, no segundo domingo de

outubro a cidade de Belém recebe devotos de todo o Brasil na procissão do Círio de Nazaré, em homenagem a Nossa Senhora de Nazaré. Cerca de 20 milhões de pessoas participam de uma das maiores festas católicas do país. As danças típicas como o carimbó e o lundu representam bem a identidade do povo paraense. O artesanato é marcado por peças inspiradas nas milenares civilizações indígenas e joias produzidas com matérias primas encontradas na própria natureza.

O Pará eterniza personagens de lendas amazônicas como o Uirapuru e o Boto, por meio de apresentações culturais que ocorrem em diferentes localidades do estado.

A culinária tem a influência indígena, portuguesa e africana, nela destacam-se os peixes, os molhos apimentados, a maniçoba (espécie de cozido preparado com carne de porco e o sumo das folhas tenras da mandioca), o pato no tucupi, no qual a ave é servida com molho de mandioca e ervas, açaí, bacaba, castanha do Pará, bacuri, entre outros.

Entre os problemas sociais no Pará, o uso da terra é um dos principais, pois o estado é dominado pelo latifúndio – 1% das propriedades ocupa mais da metade de sua extensão territorial. Por essa razão, o estado enfrenta graves problemas pela disputa da terra.

O Pará também tem registros de trabalho escravo. Na área de saúde, a malária ainda preocupa por sua alta incidência. A taxa de mortalidade infantil é de 23 para cada mil nascidos vivos¹.

3.1. CONTEXTO EDUCACIONAL

Delinear cenários para a educação no Estado do Pará requer, portanto, partir do reconhecimento de que abrigamos, no contexto amazônico, importantes províncias minerais do planeta com perspectiva de diversificação e industrialização, a maior reserva mundial de biodiversidade, acervo para a indústria farmacológica, a mais importante bacia hidrográfica da terra com amplo potencial energético, uma extensa área disponível de terra roxa, amplas possibilidades no campo da pecuária, e um fabuloso espectro de etnodiversidade multicultural. A participação de indígenas no nosso sistema de ensino é mais elevada do que a média brasileira. Em que pese a existência desse manancial de recursos naturais e culturais não podemos esquecer que os indicadores sociais da Região e do Estado, em muitas dimensões, são pouco alentadores e impõem enormes desafios para o setor educacional.

¹ Texto compilado a partir da publicação de CERQUEIRA, Wagner. **Pará**. 2019. Disponível em <https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/para-6.htm>. Acesso em 07 jan 2019.

O Plano Estadual de Educação – PEE (2015) reflete os desafios que o Estado do Pará tem que enfrentar em conjunto com suas instituições educativas, uma vez que o mundo produtivo tem apresentado grandes e aceleradas transformações sentidas em todas as demais esferas sociais. Em tempos de economia informacional e global, estudos têm confirmado que as desigualdades não se caracterizam a partir de uma simples estrutura centro versus periferia, mas como resultado de múltiplos centros e periferias, tanto em termos globais quanto locais. Os sistemas educacionais, localizados nas intersecções dessas diferentes esferas são, freqüentemente, apontados como produtores e mantenedores de nós górdios das causas e problemas das economias nacionais e internacionais e a educação reaparece em sua versão salvacionista sempre que crises econômicas ou empregatícias vêm à tona.

Situada na moldura histórica do conjunto dessas transformações em diferentes escalas a formulação de políticas públicas conseqüentes para o setor educacional requer a identificação e crítica constantes dos determinantes sociais e políticos que limitam as agendas educacionais e, ao mesmo tempo, a produção de adaptações econômicas, sociais, ambientais e institucionais capazes de garantir que a educação com qualidade possa funcionar como injetora de auto-sustentabilidade social.

Para produzirem os efeitos relevantes na produção de novos cidadãos, políticas, programas, projetos e serviços educacionais que se pretendam conseqüentes precisam orientar-se por preocupações éticas, balizadas pelo tipo de pessoa que se quer produzir e o tipo de sociedade em que se quer viver; por preocupações políticas que dizem respeito às relações entre a educação e construção, apropriação, legitimação e distribuição do poder e preocupações epistemológicas que dizem respeito à criação de espaços abertos para produção de um pensamento crítico voltado para a compreensão e modificação da história.

Diante destes e de outros variados desafios, pode-se afirmar que a construção de uma nova qualidade para a educação básica, articula-se, dentre outras iniciativas, à planificação articulada das ações educacionais, a uma política de avaliação, à democratização das escolas e sistemas, a uma política de formação e valorização dos trabalhadores em educação, à construção de uma nova relação entre diversidade e educação básica que incorpore questões como a educação do campo, educação indígena, educação de pessoas com deficiências e altas habilidades; pessoas privadas de liberdade, diversidade de orientação sexual, a um movimento de intervenção curricular voltado para a garantia das condições adequadas de tempo, espaço para o ensino e aprendizagem de conhecimentos válidos para a constituição de comunidades

de aprendizagem; para o aprimoramento dos mecanismos de gestão e financiamento.

O Estado do Pará dispõe de rede pública nas esferas municipal, estadual e federal e de uma rede privada que ofertam Educação Básica e Ensino Superior, cujas vagas ofertadas não têm sido suficientes para atender às demandas da população. Cada nível ou modalidade da Educação Básica, bem como o Ensino Superior, possuem especificidades que precisam ser consideradas na proposição de ações e políticas públicas que efetivamente contribuam com a melhoria da oferta educacional no município.

3.1.1. Ensino Superior

Segundo a SEMESP (2015) em sua publicação “Mapa do Ensino Superior no Brasil 2015” destaca que o Estado do Pará é um dos estados da região norte no qual esse nível do ensino tem crescido, uma vez que concentra em suas 34 instituições de ensino superior, 2% das matrículas em cursos presenciais, sendo que a mesorregião Metropolitana de Belém foi responsável por mais de 85 mil matrículas (68%). Em 2013, na rede privada houve uma pequena queda de 0,3% nas matrículas, atingindo a marca de 55,8 mil matrículas, contra 56 mil do ano anterior. Na rede pública o índice aumentou 9,6%, ficando com 69,6 mil matrículas em 2013 contra 63,5 mil no ano anterior.

A SEMESP (2015) no referido documento destaca uma tendencia importante para o desenvolvimento desse nível de ensino no estado, que é a EAD (educação à distância), cujas matrículas nessa modalidade no estado registraram, em 2013, um aumento de 21% na rede privada, atingindo a marca de 57,5 mil matrículas, contra 47,6 mil do ano anterior. Na rede pública, houve uma queda de 23%, totalizando 2,6 mil matrículas, contra 3,4 mil em 2012, sendo que só a Região Metropolitana de Belém teve mais de 27 mil matrículas.

No entanto, o mesmo documento revela que a evasão no ensino superior do estado do Pará se constitui um desafio a ser superado, uma vez que a porcentagem de evasão anual dos cursos presenciais no estado chegou a 26,5% na rede privada e 18% na pública, ficando as mesorregiões Baixo Amazonas (42,8%) e Nordeste Paraense (26,7%) com índices maiores do que a do estado (26,5%). Nos cursos a distância (EAD), o índice de evasão anual chegou a 28% na rede privada e 37,8% na pública, ficando as mesorregiões Sudoeste Paraense (47,4%) e Sudeste Paraense (29,6%), com índices maiores que o do estado (28%).

A necessidade de educação superior no estado do Pará com destaque para a Região Metropolitana de Belém na qual está localizada a Faculdade da Amazônia,

observa-se que a potencialidade que esse nível de ensino tem para o desenvolvimento do estado como um todos, já que

[...] o Pará apresenta 191 mil empregados com carteira assinada e ensino superior completo. O estado também foi responsável pela formação de 19,6 mil estudantes universitários (14,5 mil em cursos presenciais e 5,1 mil em cursos EAD) e apresentou 356 mil alunos matriculados no ensino médio em 2013. A remuneração média por grau de instrução no estado, para os profissionais com ensino superior completo, teve uma queda de 2,3% no período de 2012 para 2013, passando de R\$ 4,7 mil para R\$ 4,6 mil (SEMESP, 2015, p.168).

Essa referencia é importante para pensar o ensino superior como um suporte para o desenvolvimento do estado impulsionado, mesmo com o clima de crise econômica que ronda as instituições desse nível de ensino, o qual tem na EAD um dos seus suportes e realidade a qual terá que ser incorporada pelas instituições de ensino superior do estado.

Mas é importante ressaltar o que o PEE (2015) chama atenção na definição de suas metas ao estabelecer a elevação da taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público, considerando que o setor privado já tem sua expansão consolidada.

Entretanto, o referido documento destaca a necessidade de ampliar o atendimento, especialmente entre os mais jovens, já que

Na situação atual temos apenas 30,3% da taxa bruta de matrícula no país, 25,3% na Região Norte e de apenas 19,1% no Estado do Pará. Quanto ao atendimento da população na faixa de 18 a 24 anos, alcançamos apenas 20,1% no país, 14,6% na Região Norte e no Estado do Pará exatos 10,8% [...]

Vale salientar que o PEE (2015) aponta que os dados atuais mostram o esforço de todos para alcançar as metas propostas, considerando tal evolução de ingresso no ensino superior dos jovens de 18 a 24 anos no estado do Pará, conforme mostra A tabela abaixo:

Tabela 01: porcentagem de matrículas na educação superior em relação à população de 18 a 24 anos - taxa bruta de matrícula

ANO	TOTAL
2007	8,7
2008	13
2009	11
2010	9
2011	10,5
2012	11,9
2013	13,4

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

A partir do que apresentou-se nessa contextualização, observa-se a importância

das instituições de Educação superior no estado do Pará para o seu desenvolvimento, já que urge a existencia de instituições que criem cursos que promovam a desenvolvimento e verticalização das riquezas naturais disponíveis no estado/ região.

Araújo (2016) destaca que

O ideário de desenvolvimento econômico propugnado pelo capitalismo dissemina o discurso da educação como um importante fator para competitividade e para o desenvolvimento das economias globais. As alterações nas bases técnicas de produção, alicerçada na acumulação flexível, na desregulamentação econômica e na divisão internacional do trabalho difundem um novo perfil do trabalhador, coadunado com os interesses corporativos e empresariais (ARAÚJO, 2016, p.95).

Assim, observa-se nas palavras de Araújo (2016) que a educação superior na atualidade terá que se adaptar aos modelos econômicos alicerçados na acumulação flexível sem esquecer que não haverá desenvolvimento se não houver expansão das oportunidades com qualidade para a população, especialmente as que mais precisam, fazendo-as elevar a qualidade de vida com desenvolvimento social.

3.1.2 Diagnose da Educação Básica no Pará

Uma das questões mais importantes a serem observadas no desenvolvimento do setor educacional no Brasil são os gastos com educação básica e superior e que precisam de maior equidade para que possamos ter maior qualidade, especialmente na Educação Básica que, apesar dos investimentos dos últimos 16 anos, ainda é baixo em relação a outros países, como Argentina, China, México e outros.

No estudo “Um Olhar sobre a Educação” da OCDE (2019), divulgou que os sistemas educativos dos 35 países membros da organização, a grande maioria desenvolvidos, e de dez outras economias. O Brasil gasta anualmente US\$ 3,8 mil (R\$ 11,7 mil) por aluno do primeiro ciclo do ensino fundamental (até a 5ª série), informa o documento. O valor em dólar é calculado com base na Paridade do Poder de Compra (PPC) para comparação internacional. A cifra representa menos da metade da quantia média desembolsada por ano com cada estudante nessa fase escolar pelos países da OCDE, que é de US\$ 8,7 mil.

Luxemburgo, primeiro da lista, gasta US\$ 21,2 mil. Entre os países analisados no estudo, apenas seis gastam menos com alunos na faixa de dez anos de idade do que o Brasil, entre eles a Argentina (US\$ 3,4 mil), o México (US\$ 2,9 mil) e a Colômbia (US\$ 2,5 mil)².

Ao contrário da Educação Básica, a Educação Superior tem maior volume de

² Ver: “Estudo: Brasil tem disparidade entre gastos na educação básica e superior” (2012). Disponível em <https://educacao.uol.com.br/noticias/bbc/2017/09/12/estudo-brasil-tem-disparidade-entre-gastos-na-educacao-basica-e-superior.htm>. Acesso em 07 jan 2019.

investimentos, já que o Brasil muda em relação aos gastos com estudantes universitários: a quantia passa para quase US\$ 11,7 mil (R\$ 36 mil), mais do que o triplo das despesas no ensino fundamental e médio.

Com esse montante, o Brasil se aproxima de alguns países europeus, como Portugal, Estônia e Espanha, com despesas, respectivamente, por aluno universitário, de US\$ 11,8 mil, US\$ 12,3 mil e US\$ 12,5 mil, e até ultrapassa países como a Itália (US\$ 11,5 mil), República Checa (US\$ 10,5 mil) ou Polônia (US\$ 9,7 mil). A média nos países da OCDE é de US\$ 16,1 mil, puxada por despesas mais elevadas de países como os Estados Unidos, Noruega, Luxemburgo e Reino Unido.

Tal situação expõe a fragilidade da educação nacional, especialmente da Educação Básica que encaminha sua demanda à Educação Superior de forma muito precarizada, sem as competências necessárias para sua inserção nesse nível de ensino. Nessa análise, fazemos relação da Educação Superior com o Ensino Médio, considerando ser esta etapa a mais próxima do Ensino Superior, ou seja, é fundamental que se compreenda a situação atual do ensino médio para se poder pensar estratégia tanto de ensino como de gestão da educação superior em meio a um cenário preocupante.

O Plano Estadual de Educação do Estado do Pará (2015) aponta o processo de universalização do ensino médio no Brasil vem desde a promulgação da Constituição Federal de 1988 reiterando tal perspectiva, tem-se no Plano Nacional de Educação, a previsão de atendimento de 100% da demanda do Ensino Médio, até 2016 e ampliar o atendimento líquido para 85%. Segundo os dados do INEP o Estado do Pará apresenta os seguintes dados relacionados à matrícula no ensino médio:

Tabela 02: Número de matrícula no ensino médio por dependência no Pará

DEPENDÊNCIA	MATRÍCULA	%
Estadual	317176	89,5
Federal	3131	0,88
Municipal	178	0,05
Privada	33891	9,56
TOTAL	354376	100

Fonte: INEP/ CENSO 2013

Assim como em anos anteriores, a rede estadual continua a ser a maior responsável pela oferta de ensino médio no Estado do Pará, com 89,5% das matrículas. A rede privada atende 9,56% e as redes federal e municipal atendem juntas pouco mais que 0,9%. O atendimento bruto da população por raça e cor está assim, distribuídos:

Tabela 04: Taxa bruta de matrículas no Ensino Médio em relação à população de 15 a 17 anos - Raça/cor

Ano	Brancos		Pretos		Pardos		Total	
2011	82,3%	80.818	86,5%	29.104	83,7%	308.749	83,7%	423.608
2012	97%	81.549	83,3%	24.624	78,5%	281.629	83,1%	394.503
2013	87,5%	86.264	74,8%	26.999	83,1%	280.845	83,6%	399.136

Fonte: INEP/ censo escolar 2013/IBGE/Pnad /observatório do PNE

Os dados mostram que de 2011 a 2013 a matrícula da população declarada branca teve um aumento, enquanto que a preta declinou e a parda se manteve estável. Dessa forma, o índice da população que permanece fora da escola varia de 16,3% a 16,9%.

É mister observar que a raça negra aparece, relativamente às taxas brutas de matrículas no Ensino Médio, em desvantagem em relação aos demais grupos, evidenciando a necessidade da promoção de medidas pontuais e efetivas para a correção dessa distorção. Além disso, é importante observar o percentual de taxa bruta relacionada ao Brasil, Norte e Pará

Tabela 05: Percentual da população de 15 a 17 anos que freqüenta a escola no Brasil, no Norte e no Pará.

POPULAÇÃO DE 15 A 17 ANOS	BRASIL	NORTE	PARÁ	FORA DA ESCOLA
495.900	84,3%	84,1%	85,6%	14,4%

Fonte: Estado, Região e Brasil - IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2013

Observando o percentual de atendimento da população de 15 a 17 anos, o Pará apresenta maior índice comparado ao Brasil e Região Norte, mas, o percentual de 85,6% não significa que a população está matriculada somente no ensino médio, uma vez que segundo dados do INEP 2013, existem 43,4% de distorção idade série nos anos finais do ensino fundamental. Isto quer dizer que há grande demanda da população de 15 a 17 anos no ensino fundamental. Embora a relação entre o número de concluintes do fundamental e o total de matrículas no ensino médio não seja direta, a melhoria do fluxo no ensino fundamental implicaria no aumento de atendimento da população de 15 a 17 anos no ensino médio.

Acrescente-se que, segundo dados do Observatório do PNE baseados no IBGE 2010, o atendimento ao presente indicador – universalização do atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos – implica em expandir o atendimento educacional para mais 90.048 jovens nessa faixa etária que não se encontram matriculados no Ensino Médio.

Também em relação às regiões que compõem o Estado do Pará, observam-se

desigualdades regionais que demandam a adoção de medidas objetivas para a correção das distorções evidenciadas, em conformidade com a Tabela

Tabela 06: Percentual da população de 15 a 17 anos que freqüenta a escola por regional no Pará.

BAIXO AMAZONAS	MARAJÓ	METROPOLITANA	NORDESTE PARAENSE	SUDESTE PARAENSE	SUDOESTE PARAENSE
82,2%	74,8%	87,1%	82,3%	77,5%	74,2%

Fonte: Estado, Região e Brasil - IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2013

Nas regiões de integração do Pará o atendimento bruto tem uma variação de 4,7% entre o Baixo Amazonas, Nordeste Paraense e Metropolitana, sendo o Marajó e Sudoeste Paraense os com menor índice de matrícula da população de 15 a 17 anos. Dessa forma, é necessário melhorar do fluxo escolar no ensino fundamental, etapa que gera demanda para o ensino médio, implantar políticas que estimulem o jovem concluinte do ensino fundamental a progredir em seus estudos, além de expandir vagas para este nível de ensino, visto que os dados do atendimento líquido da população estão assim, distribuídos:

Tabela07: Taxa líquida de matrícula da população de 15 a 17 anos que freqüenta a escola no ensino médio.

POPULAÇÃO NA FAIXA ETÁRIA DE 15 A 17 ANOS	BRASIL	NORTE	PARÁ
495.900	55,3%	45,1%	40,2%

Fonte: Estado, Região e Brasil - IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2013.

Atualmente no Brasil 55,3% dos jovens de 15 a 17 anos ainda não atingiram esta etapa da Educação Básica, no Pará o índice é baixo, comparado ao quantitativo populacional, além disso, milhões de jovens com mais de 18 anos e adultos não concluíram o Ensino Médio, configurando uma grande exclusão social.

Dois indicadores se complementam na análise do atual cenário que se coloca para o Ensino Médio no Pará, a taxa de frequência bruta às escolas dos adolescentes de 15 a 17 anos é de 85,6%, enquanto que a taxa de escolarização líquida dos mesmos adolescentes (de 15 a 17 anos) é de 40,2%. Isso significa dizer que mais da metade dos adolescentes de 15 a 17 anos ainda não está matriculada no Ensino Médio.

A tabela 08 se torna ainda mais complexo quando observadas as desigualdades na taxa líquida de matrícula nas regiões de integração do Pará .

Tabela 08: Taxa líquida de matrícula da população de 15 a 17 anos que freqüenta a escola por regional no Pará.

BAIXO AMAZONAS	MARAJÓ	METROPOLITANA	NORDESTE PARAENSE	SUDESTE PARAENSE	SUDOESTE PARAENSE
37,9%	17,9%	42,6%	27,6%	31,9%	29,1%

Fonte: Estado, Região e Brasil - IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2013.

Conforme os dados a taxa líquida de todas as regiões são abaixo de 50% sendo a do Marajó com a menor Taxa, 17,9%. Enfatiza-se que tal região é composta por 16 municípios localizados em área ribeirinha, com indicadores socioeconômicos e educacionais baixo, demonstrando que essa região foi historicamente abandonada pela ausência ou pouco investimento de políticas públicas, de serviços infra estruturais e de proteção social voltados ao desenvolvimento sócio-territorial. Nesse sentido, há a necessidade de potencializar ações para minimizar a exclusão existente no território.

Relativamente às taxas líquidas de matrículas, o Estado do Pará tem grande desafio, tendo em vista que além das inaceitáveis desigualdades regionais, mesmo na Região Metropolitana, detentora dos melhores percentuais de atendimento escolar no Ensino Médio, o Estado não alcança o percentual de 50% de atendimento, fato que evidencia que ações diferenciadas e vigorosas deverão ser.

As desigualdades aparecem também em relação à raça no que se refere às taxas líquidas de atendimento do Ensino Médio no Estado do Pará.

Tabela 09: Taxa líquida de matrícula no ensino médio da população de 15 a 17 anos - Raça/cor

Ano	Branco	Pretos	Pardos	Total
2011	50,9% 45.834	39,4% 12.884	40,1% 142.132	42% 202.842
2012	53,6% 41.286	47% 13.344	40,1% 139.274	43,1% 195.772
2013	50,2% 45.807	37,7% 12.683	43,9% 141.008	44,7% 201.319

Fonte: INEP/ censo escolar 2013/IBGE/Pnad /observatório do PNE

A taxa líquida de matrícula varia de 37,7% a 53,2%, com aumento de 3,7% entre 2011 a 2012 para a população declarada branca e 7,6% para a preta, sendo que a parda se manteve estável. Entre 2012 a 2013 ocorreu um declínio de 3,4% para a população branca, 9,3% para a preta e um aumento de 3,8% para a parda. É importante observar que o aumento na taxa líquida foi significativo, principalmente, para a população preta, e deveria ter ganhado impulso, mantendo-se equilibrada, mas vem crescendo em ritmo lento, e declinou consideravelmente. Dessa forma, a exclusão escolar permanece e apresenta os mais vulneráveis indicadores sociais do Pará. Sob essa ótica, os resultados aferidos pelo Estado do Pará são bastante comprometedores e indicam a necessidade de se adotar medidas urgentes para a superação desses indicadores educacionais lamentáveis.

Para que ocorra à expansão do atendimento, é necessário considerar o contingente de adolescentes, jovens e adultos que se diferenciam por condições de existência e perspectivas de futuro desiguais, e como estão distribuídas as escolas por mesorregiões do Pará.

Tabela 10: Número de Escolas por dependência administrativa nas mesorregiões do Pará

MESORREGIÃO	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA					
	Nº MUNICÍPIO	TOTAL	ESTADUAL	FEDERAL	MUNICIPAL	PARTICULAR
BAIXO AMAZONAS	13	1.586	64	1	1.450	71
TAPAJÓS	6	394	12	1	364	17
XINGU	11	964	20	1	917	26
LAGO DE TUCURUÍ	7	500	19	1	457	23
MARAJÓ	15	1.302	39	1	1.259	3
RIO CAETÉ	15	846	105	1	714	26
ARAGUAIA	15	491	29	1	407	54
METROPOLITANA	5	1.101	348	5	323	425
CARAJÁS	12	698	48	2	570	78
RIO GUAMÁ	18	1.160	106	1	972	81
TOCANTINS	11	1.413	54	1	1.303	55
RIO CAPIM	16	1.159	69	-	1.054	36
PARÁ	144	11.614	913	16	9.790	895

Fonte: MEC/INEP/EDUCACENSO - SEDUC/SAEN/NUPPAE - Censo Escolar - 2.013

Conforme dados a maioria das escolas é da rede municipal, sendo a diferença entre a rede estadual e privada de 13 escolas, e a minoria da rede federal. Além disso, do quantitativo de escolas da rede estadual, em 38 municípios, atendem tanto o ensino fundamental como o ensino médio, uma vez que não são municipalizados.

O atendimento do ensino médio no Pará ocorre nas redes estadual, federal e municipal, com o quantitativo de 528 escolas da rede estadual que ofertam o ensino médio, sendo que na maioria dos municípios existe somente uma escola para esse nível de ensino. Além disso, é importante observar o número de escolas da rede estadual nas áreas urbana e rural, conforme abaixo:

Tabela 11: Número de Escolas que ofertam Ensino Médio - Rede Estadual

Ano	Urbana	Rural	Total
2011	425	94	519
2012	440	88	528
2013	441	87	528

Fonte: MEC/INEP Censo Educacionais

Observa-se que ocorreu um aumento nas escolas do meio urbano e um decréscimo nas escolas do meio rural, além disso, pelos dados, considera-se que não existem escolas com atendimento do ensino médio na área rural em todos os municípios.

Os dados estatísticos revelam desafios que o Estado do Pará precisa vencer no sentido de garantir o acesso a educação aos sujeitos do campo, pois segundo o Censo

Populacional do IBGE de 2010 a população na faixa etária de idade escolar do Ensino Médio de 15 a 17 anos corresponde a 159.751 e 18 a 24 anos 317.013, e segundo censo escolar 2013, o total de matrículas no Ensino Médio no meio rural na Rede Estadual corresponde a 23.726 alunos.

Nestes termos, as políticas públicas educacionais devem direcionar ações relacionadas à permanência do aluno na escola e à qualidade dos serviços oferecidos, estabelecendo como prioridade o acesso e permanência, com espaços adequados, formação para os professores, material didático, participação dos pais na escola, dentre outros, no intuito de acolher os alunos provenientes do Ensino fundamental garantindo a conclusão do ensino médio e o acesso à educação superior.

Ainda há uma distância desafiadora até se alcançar a universalização, uma vez que o Estado deverá criar estratégias que viabilize a garantia do atendimento no ensino médio para aproximadamente 15% da população que não concluiu este nível de ensino, além de aumentar a taxa líquida, por se tratar da inclusão da população em situação de maior vulnerabilidade social. O atendimento da totalidade da demanda nessa etapa de ensino passa certamente pelo enfrentamento das desigualdades regionais, de renda e de raça.

4. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DA INSTITUIÇÃO

4.1. ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA

A Diretoria Acadêmica é o órgão executivo de superintendência e coordenação das atividades da Faculdade da Amazônia, sendo suas principais atribuições: planejar, acompanhar, controlar e avaliar as atividades acadêmicas; elaborar o planejamento acadêmico, fazer cumprir o calendário acadêmico e acompanhar o desempenho dos coordenadores e demais docentes nas suas atividades.

4.2. ATUAÇÃO DO COORDENADOR

As atividades de cada curso de graduação da Faculdade da Amazônia têm à sua frente Coordenadores, sendo orientadas pelo que dispõe o Regimento Geral da Instituição:

- a. São competências do Coordenador de Curso:
- b. planejar, acompanhar, controlar e avaliar as atividades acadêmicas do Curso, em cada período letivo, de acordo com as orientações da Diretoria Acadêmica;
- c. orientar e supervisionar os corpos docente e discente quanto aos objetivos finais e intermediários do Curso;
- d. propor medidas para melhoria da qualidade do Curso;
- e. supervisionar o cumprimento dos eventos e das atividades previstas no calendário escolar da Unidade que dizem respeito ao Curso;
- f. selecionar os membros do corpo docente do curso, encaminhando o resultado da seleção à Diretoria Acadêmica para análise e posterior admissão pela Mantenedora, nos termos da legislação em vigor;
- g. orientar as atividades docentes;
- h. manter integração com as diversas Coordenações de Curso da Faculdade da Amazônia;
- i. elaborar os horários e encaminhá-los aos setores competentes e às coordenações de outros cursos;
- j. planejar e executar eventos (seminários, palestras e outros);
- k. elaborar documentos técnicos;
- l. elaborar mapas de carga horária e prover a alocação docente;
- m. propor a dispensa de membros do corpo docente;

- n. prever e solucionar problemas curriculares e administrativos dos discentes;
- o. orientar o corpo discente, em articulação com a Secretaria Geral de Alunos, em todas as atividades e registros da vida acadêmica dos mesmos;
- p. decidir sobre pleitos de transferências de alunos de outras IES para a Instituição, com base na situação de vagas dos diferentes cursos;
- q. organizar formaturas;
- r. analisar currículos para isenção de disciplinas, nos casos de transferência interna, transferência externa e matrícula de portadores de diploma de nível superior;
- s. manter a Diretoria Acadêmica sempre informada dos problemas e necessidades do setor; e desempenhar outras atividades que, por sua natureza, lhe sejam afetas.”

4.2.1 - Participação efetiva da coordenação do curso em órgãos colegiados acadêmicos da IES

O Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE e Conselho Superior de Administração – CONSUAD desde sua formação em 2004, têm a participação efetiva das categorias, com base no regimento da IES. Várias propostas que foram levantadas pelos participantes tiveram aprovação do conselho e a partir de então foram colocadas em prática, contribuindo para a melhoria da qualidade do curso de Administração da Faculdade da Amazônia. Os coordenadores têm papel fundamental, pois além de contribuírem com suas propostas, atuam como relatores das sugestões do colegiado de curso, defendendo as idéias e contribuições do corpo docente da IES.

4.2.2. Participação do coordenador e dos docentes em colegiado de curso

De acordo com o Regimento a Administração Acadêmica do curso é assim constituída:

O Colegiado de Curso, órgão de natureza normativa, consultiva e deliberativa da Faculdade da Amazônia, é constituído por:

- a. coordenador de curso, seu Presidente;

- b. dois docentes da área profissionalizante do curso;
- c. um representante técnico Administrativo;
- d. um representante discente.

Os representantes de que tratam os incisos II e III serão indicados por seus pares, em listas tríplexes, designados pelo Diretor Geral.

O representante discente será escolhido entre os 5 (cinco) alunos dos dois últimos períodos, que apresentarem maiores Coeficientes de Rendimento (CR).

Os representantes de que tratam os incisos II e III terão mandato de 1 (um) ano, podendo ser renovado.

Compete a cada Colegiado de Curso:

- a. definir o perfil profissional e os objetivos gerais do curso;
- b. elaborar as diretrizes curriculares do curso e suas alterações, observando as orientações editadas pelo Poder Público, com indicação das disciplinas que o compõem e a respectiva carga horária, para aprovação dos órgãos competentes;
- c. fixar as diretrizes gerais dos programas das disciplinas dos cursos e suas respectivas ementas;
- d. propor ao Coordenador do Curso providências necessárias à melhoria do ensino ministrado no curso;
- e. promover a avaliação do curso, na forma definida neste Regimento;
- f. colaborar com os demais órgãos acadêmicos na sua esfera de atuação;
- g. exercer as demais funções que lhe são, explícita ou implicitamente, conferidas pelo Regimento.

O Colegiado de Curso deverá se reunir trimestralmente, por convocação de seu Coordenador ou de 2/3 (dois terços) de seus membros.

O Colegiado está atuando desde 2004, onde discutem e definem procedimentos e encaminhamentos para o curso. Também discutem as políticas institucionais, apontando para o CONSEPE e CONSUAD sugestões acerca desses assuntos. Ressalta-se que o colegiado do curso de Administração encontra-se em sua segunda formatação de composição.

4.3. NÚCLEO DE APOIO PSICOPEDAGÓGICO - NAP

É o setor da Instituição que tem como proposta garantir com qualidade a execução dos Projetos Pedagógicos da Faculdade da Amazônia, estabelecendo parceria com professores e alunos num trabalho cooperativo, processando-se tanto em nível de aperfeiçoamento didático-metodológico, quanto em nível de inserção cultural, ou seja, ampliação de conhecimentos nos diferentes domínios do saber.

O Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NAP) da FAAM objetiva atender o discente; assessorar e acompanhar do trabalho do docente e realizar eventos pedagógicos para os docentes e discentes da Instituição ao longo do semestre letivo.

O NAP representa uma das iniciativas que materializa a atenção que a Instituição dá, em essência, à formação docente situando-a para além de uma perspectiva técnica de preparação para as atividades do magistério. Dessa forma, caracteriza-se por:

- Oferecer orientação à ação pedagógica e sua avaliação nos cursos visando a melhoria da qualidade do processo formativo;
- Estimular a análise e reflexão das práticas pedagógicas, gerando aprendizagens e ações significativas;
- Promover a discussão e encaminhamentos de problemáticas pertinentes à ação pedagógica, buscando respondê-las adequadamente;
- Discutir os indicadores avaliativos institucionais, no sentido de potencializar seus usos quanto à tomada de decisões em cada curso;
- Propor ações de formação continuada para os professores, apoiando-os a sua implementação.

Quanto a ação junto aos discentes o NAP tem como principais ações:

- Acompanhar, orientar e avaliar a atuação discente nos aspectos social e acadêmico;
- Realizar atendimentos individuais quando se fizer necessário;
- Programar palestras, estudos, entre outros, desenvolvendo temas sugeridos ou colhidos previamente;
- Atendimento às dificuldades de aprendizagem na sala de aula e/ou baixa frequência.

Para a consecução de suas finalidades com as respectivas atividades, o

NAP deve ter como referenciais a Missão, os Princípios, o PDI e a Avaliação Institucional da FAAM.

4.4. A CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO DA FACULDADE DA AMAZÔNIA

A construção do conhecimento consiste em considerar que os alunos apreendam o conhecimento em virtude de um processo que é pessoal, mas também, coletivo.

Aprender equivale elaborar uma representação do conteúdo do objeto de estudo em questão, no caso da Faculdade da Amazônia a formação de profissionais bachareis e licenciados, considerando a natureza dos cursos autorizados na instituição. Nesse contexto, professor e aluno são agentes interativos, com eles mesmos, com os outros e com o próprio conhecimento. O professor incentiva os alunos a encontrarem suas próprias respostas diante da problematização do conhecimento. A heterogeneidade, característica presente em qualquer grupo humano, passa a ser vista como fator imprescindível para as interações na sala de aula.

Construir conhecimentos implica numa ação partilhada, já que é através dos outros que as relações entre sujeito e objeto de conhecimento são estabelecidas. Refletir sobre como as relações entre os sujeitos e o conhecimento são fatores fundamentais no ensino das instituições.

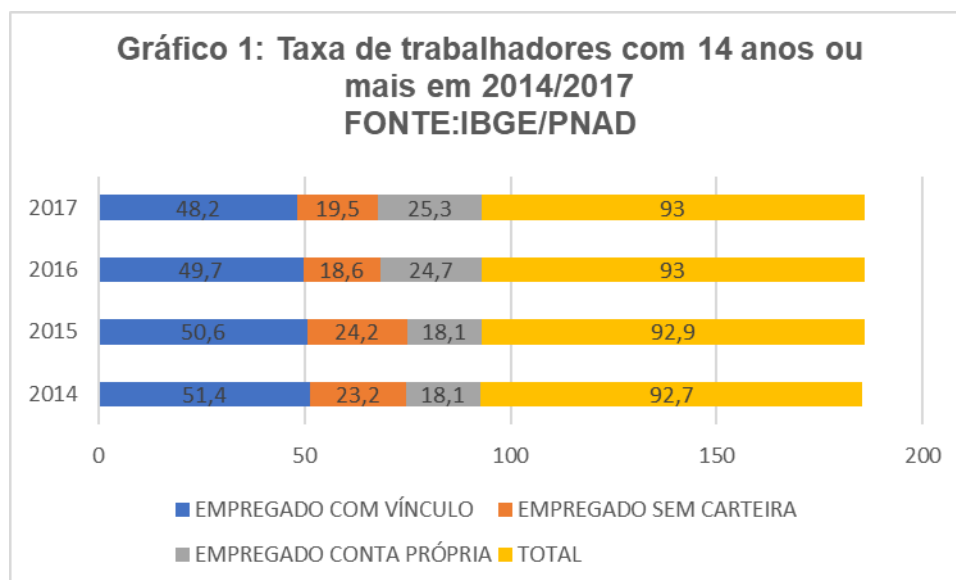
Ao aprender, o que muda não é apenas a quantidade de informação que o sujeito possui sobre um determinado tema, mas também, sua competência em relação ao conhecimento, ampliando a qualidade deste alteram as possibilidades pessoais de continuar aprendendo.

A função do processo educativo de formação profissional na Faculdade da Amazônia não pode ser apenas o de apropriação de conhecimentos, transformados em conteúdos de ensino, mas o de desenvolver habilidades verdadeiramente humanas, levando o sujeito a compreender, refletir e intervir no mundo e com o mundo no qual está inserido como ser social, baseando suas ações profissionais.

Destacamos que uma das principais formas de intervenção que a faculdade da Amazônia propões no processo formativo implementados em seus cursos de graduação e pós-graduação está ligado ao desenvolvimento da região na qual está localizada, já que presente na Região Metropolitana de Belém, a FAAM desenvolve seus currículos com vista no global, sem esquecer

o local, especialmente a realidade desafiadora de Ananindeua que em recente pesquisa sobre a relação entre educação e economia nesse município, observamos, a partir de dados do IBGE (2018) relacionados a inserção de jovens no mercado de trabalho que o desafia da FAAM na construção de um modelo pedagógico de construção de conhecimentos não pode dar as costas para essa realidade.

Devido a falta de políticas públicas em relação a importância da educação e o desenvolvimento no mundo do trabalho, os jovens que "fogem" da criminalidade e buscam uma maneira digna de sustento, nem sempre encontram oportunidades e amparos na legalidade trabalhista, porém mesmo com a concorrência, muitos tentam estar inseridos neste contexto e a informalidade ainda é uma das formas utilizadas para essa "fuga".



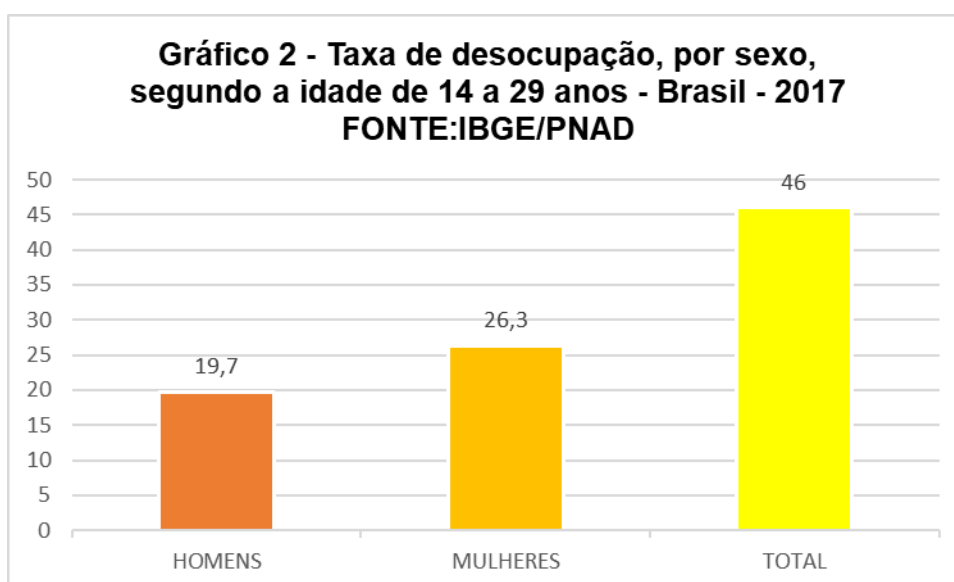
De acordo com o gráfico a cima no ano de 2014 de 92,7% de trabalhadores com 14 anos ou mais pesquisado, 51,4% são empregados com vínculo. Se prestarmos atenção, é uma porcentagem significativa para população brasileira, que no intervalo de quatro anos, houver uma diminuição de 3,2%, indo em 2017 para 48,2% de trabalhadores que estão inseridos no mundo do trabalho com carteira assinada. Alguns desses trabalhadores acima de 14 anos, trabalham como jovem aprendiz, um programa do Governo Federal que tem por finalidade capacitar jovens de 14 e 24 anos na condições de aprendiz para o mercado de trabalho. São contrato que pode durar em média dois anos, nesse período, o jovem é capacitado, combinando formação teórica

e prática. A inserção dos jovens no mercado de trabalho para o Estado é uma forma de combater a evasão escolar e o trabalho infantil e as empresas não devem encarar como uma obrigação legal e muito menos como diminuição de custos.

Enquanto o empregado por conta própria no decorrer dos anos teve uma elevação gradual de (7,2%), em que 2014 o valor de 18,1% passou em 2017 para 25,3% trabalhadores com liberdade e possibilidade de trabalhar em casa, e fazer seu próprio tempo. A desvantagem de trabalhar por conta própria, é falta de um retorno financeiro rápido, fim de benefícios trabalhista, como registro em carteira, entre outros.

De 23,2% que estão trabalhando sem carteira assinada em 2014 no decorrer dos anos, esses trabalhadores apresentaram uma variação acentuada. Com isso, observamos que apesar de existir um programa voltado para a mão de obra juvenil, ainda não é o suficiente para inserir todos os jovens que querem e que precisam estar no âmbito trabalhista, mesmo assim, muitos, em busca de cidadania e dignidade contornam as dificuldades e inserem -se de alguma maneira na chamada classe trabalhadora.

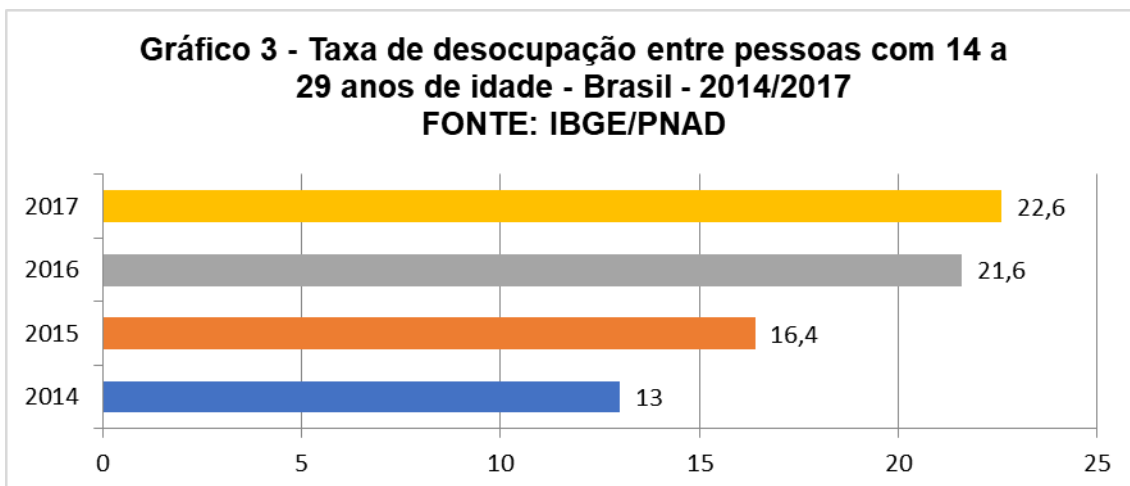
Infelizmente as desigualdades entre sexos, associadas aos problemas da taxa de desocupação, possui um maior índice entre jovens entre 14 a 29 anos, segundo o (grafico 2).



De um total de 46% de jovens de ambos os sexos pesquisados, (26,3%) são mulheres de 14 a 29 anos, apresentando pelo gráfico a cima sua saída mais cedo do mercado de trabalho, que reduz a pressão sobre o mercado de trabalho. Com uma diferença de 6,6 pontos percentuais entre homens em

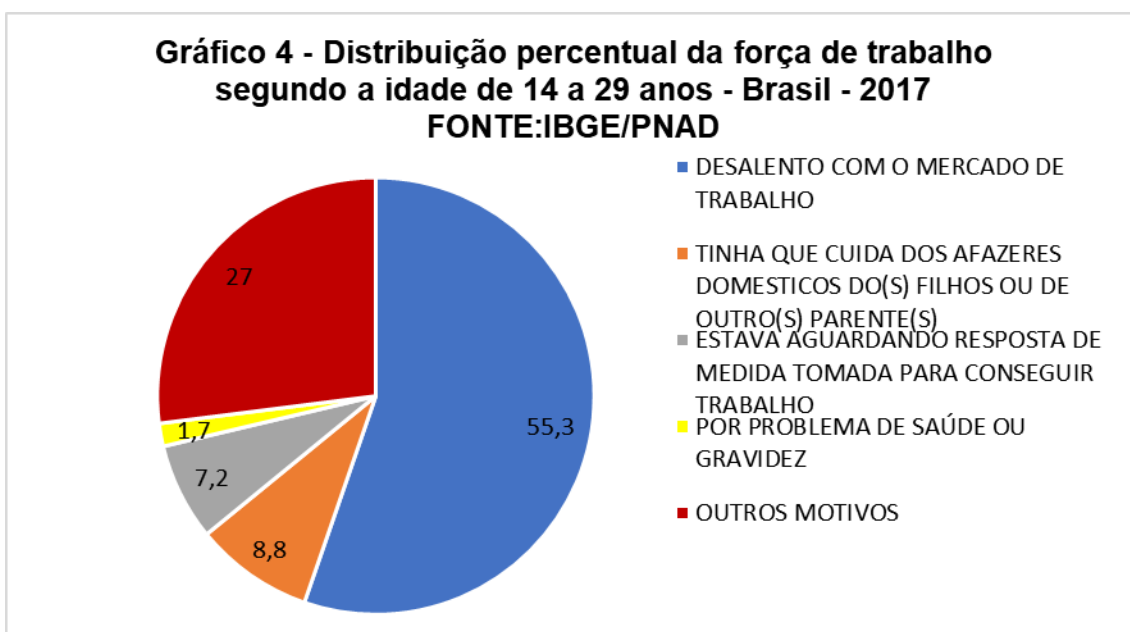
2017, sendo que os mesmos representam os maiores responsáveis pelo rendimento trabalhista do ano de 2017.

Apesar da tentativa de inserção no mercado trabalhista, o número de desemprego entre os jovens de 14 a 29 anos no decorrer dos anos 2014 a 2017 foi grande. O gráfico a seguir mostra essa declinação.



Em 2014 a alta na taxa de desocupação atinge 13% da juventude, já em 2017 este percentual sobe para 22,6%. Fazendo um comparativo entre os 4 anos percebemos que obteve uma elevação de 9,6% de jovens desocupados, ou seja, sem nenhum tipo de trabalho ou frequentando algum nível de escolaridade.

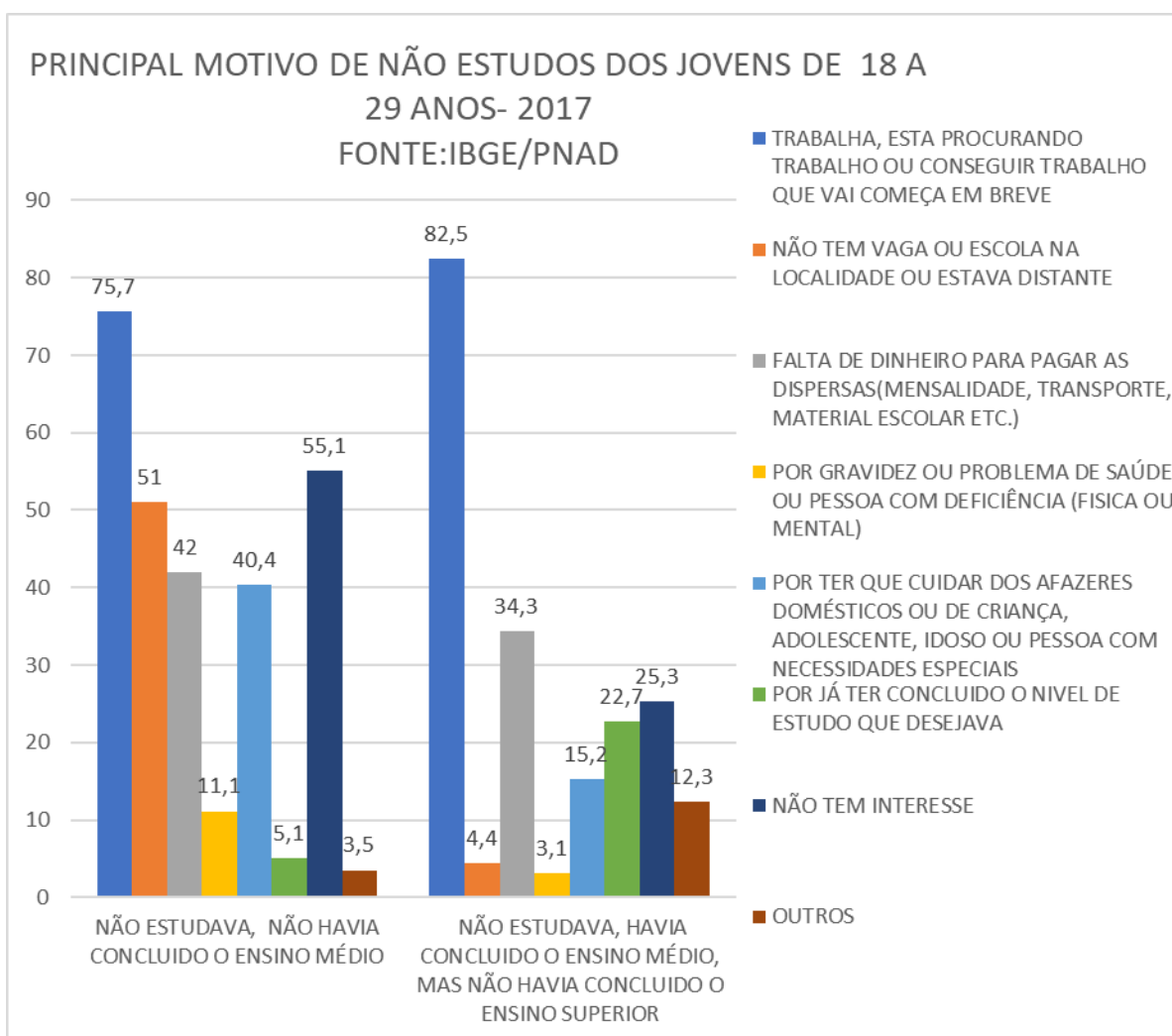
Todos os fatores que aqui já foram mencionados, saúde, educação, falta de políticas públicas, condições sociais e tantas outras, são agentes diretos na distribuição da força de trabalho dos jovens de 14 a 29 anos.



No gráfico acima, a maioria dos jovens envolvidos tem justificativas para

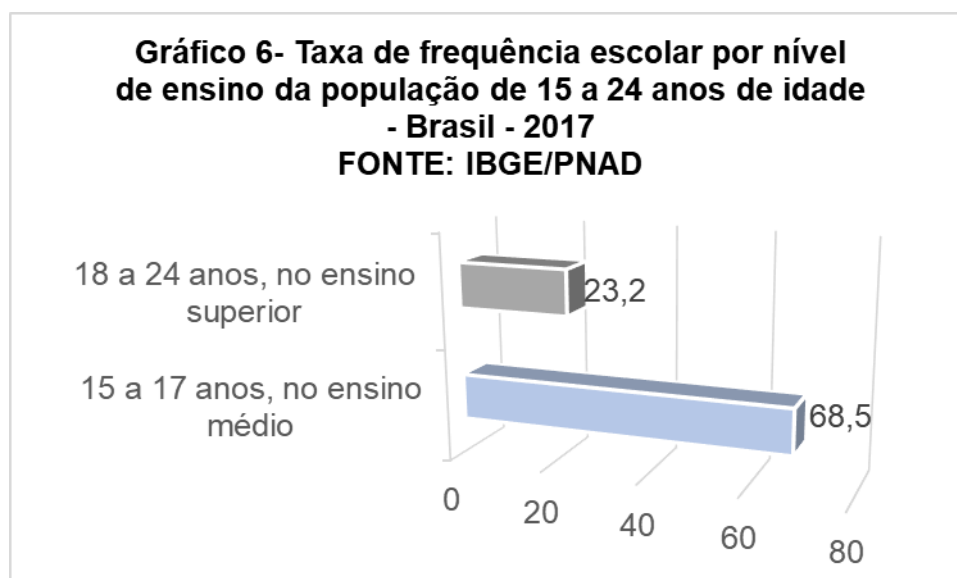
não estarem trabalhando no ano de 2017; com maior índice em percentual foram os chamados desalento com (55%), ou seja, jovens, adultos sem ânimo para adentrar no mercado de trabalho ou até mesmo sem escolaridade cabível são os que mais desiste de ingressar no mercado de trabalho, dentre outros motivos com (27%). Apenas 2% das pessoas de 14 a 29 anos de idade, deixam de trabalhar por problemas de saúde ou gravidez.

São taxas que devem ser mudadas, que dependem do crescimento econômico do país e de uma qualificação da força de trabalho. Os dados do gráfico 5 representam a falta de acesso e a constante imaturidade por parte dos jovens que deixam-se levar pelas circunstâncias advindas das suas realidades sociais para não estarem ligados nem ao mercado de trabalho, nem a escola. Outros também são os motivos encontrados na pesquisa para a juventude de 18 a 29 anos não esteja frequentando a escola e assim, darem continuidade em seus estudos.



Dentre os jovens de 18 a 29 anos por não estarem estudando apresentam argumentos diversas. Analisando o gráfico acima dos jovens que não estudavam, e nem havia concluído o ensino médio que estão a procura de trabalho ou que vai iniciar em breve possui um percentual de 75,7% comparado a aqueles que já concluíram o ensino médio, observa-se um aumento de (6,8%). A falta de vaga na escola (51%), de dinheiro (42%), por cuidar dos afazeres doméstico ou até de outras pessoas (40,4%) são dados significadamente elevados perto do segmento que já concluíram o ensino médio, mas não finalizaram no nível superior. A falta de interesse dos jovens pelos estudo é bem elevado (55,1%) referente ao outro grupo que possui apenas (25,3%). Os problemas de saúde e gravidez (3,1%), são os motivos que menos influenciam os jovens que já concluíram o ensino médio, mas não havia terminado o nível superior, deixar de estudar ou continuar os estudos.

A taxa de frequência escolar da população com idade de 15 a 29 anos, está representada no gráfico 6, no qual nos mostra que o atraso escola desses jovens é um dos grandes problemas para evasão. E cabe ao sistema escolar desenvolver melhoria e eficiência para universalização da educação básica.



No gráfico acima observa-se a frequência da proporção de jovens de 15 a 17 anos de idade que encontram-se no ensino médio, apresentam índice de 68,5% de frequência escolar, ou seja, um percentual baixo, comparado com a taxa desejada pela 3 meta do PNE que é 85% de frequência.

Uma forma de manter os alunos na escola e conseqüentemente descobrir as causas da evasão escolar, é pelo programa Bolsa Família em

parceria do ministério da educação, estados e municípios, que tem como principal objetivo monitora a presença mensal das aulas dos alunos de seis a 17 anos de idade. Os pais para participarem do programa necessitam que seus filhos estejam matriculados em escolas públicas e que sejam assíduos nas aulas. É um programa que tem a finalidade de garantir a todas as crianças e jovens o direito de estudar.

Enquanto os jovens de 18 a 24 anos de idade, que acessam o ensino superior apresentam 23,2% de frequência, esse percentual tende a diminuir cada vez mais. O acesso a esse nível educacional deve ser expandindo para os grupos desfavorecidos, assim aumentar a taxa bruta de matrícula na educação superior segmento público para 50%, taxa almejada pela meta 12 segundo PNE. Seria uma forma do estado aumentar a frequência de jovens de 18 a 24 anos no nível superior, principalmente para aqueles que não tem condição financeira de adentrar em uma Faculdade Particular.

Analisando todos os gráficos apresentados nesta pesquisa, verificamos o quanto os jovens necessitam de políticas públicas e sociais, que lhes deem oportunidades e lhes mostrem caminhos diferentes da criminalidade, evasão escolar ou simplesmente ter como destino cuidar de filhos e parentes, sem perspectivas de um futuro digno³.

Diante do que foi apresentado, observa-se que o compromisso da FAAM com o processo de construção do conhecimento é complexo e precisa ser vivenciado como um trabalho coletivo, em que o professor consciente, oportunizará o contato cultural para os alunos, visto que é a cultura quem faz do sujeito o que ele é, pois, ao apropriar-se dela, revitaliza-a criticamente e contribui para sua renovação, construindo assim, a sua identidade.

O conhecimento das diversas disciplinas deve servir de canal para o processo de construção do conhecimento dos alunos (movimento interdisciplinar), sendo que este não é uniforme – há necessidade de diversas atividades para a aprendizagem dos alunos.

A sala de aula deve ser um espaço interativo com possibilidades de apreensão, que reflita a produção dos alunos e esses possam recorrer, o

³ Os dados estatísticos analisados foram elaborados pelas alunas Gabriela do Socorro da Silva Martins Oliveira e Thania Berlane de Jesus Espindola, alunas do 8º semestre de Pedagogia, autoras do TCC “Assistência a juventude no Centro de Referência de Assistência Social: Atuação do pedagogo em instituições não-escolares” (2019). Os dados analisados são números relativos ao município de Ananindeua e RMB.

professor como mediador do conhecimento e este precisa fazer de sua prática um processo investigativo e reflexivo (registro, observação, planejamento, intervenção e avaliação).

Essa perspectiva presente na dimensão educacional da FAAM ao longo dos últimos, ente 2014 e 2018, vimos o crescimento de matrículas de alunos deficientes adentrando a instituição, fato que fez rever suas concepções e olhar com mais atenção para essa demanda crescente no interior da educação superior. Na tabela 12, observa-se o número de alunos com deficiência matriculados na FAAM entre 2014 e 2018.

Tabela 12: Matrícula de alunos com deficiência na FAAM entre 2014-2018

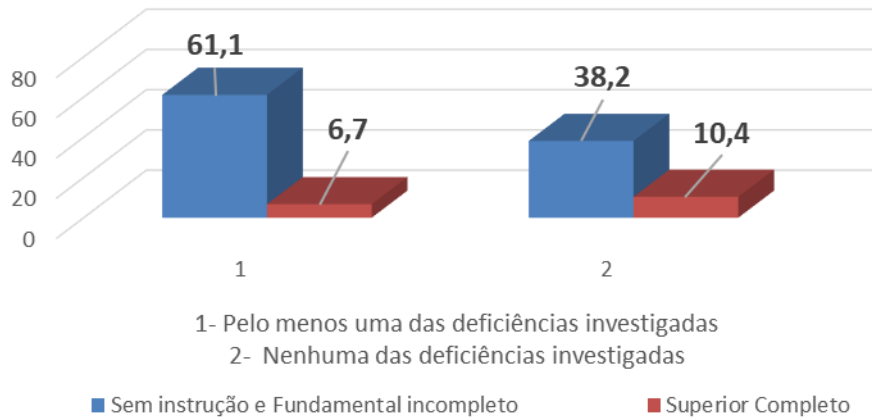
CURSO	QUANTIDADE	TIPO DE DEFICIENCIA
EDUCAÇÃO FÍSICA	03	SURDO
		1 LOCOMOÇÃO E FALA
ADMINISTRAÇÃO	02	1 AUTISTA
		1 LOCOMOÇÃO
SERVIÇO SOCIAL	01	1 FALA
PSICOLOGIA	01	1 LOCOMOÇÃO
TOTAL	07	

Fonte: NAP (2019)

A tabela 12 mostra a demanda que vem crescendo na Faculdade da Amazônia, a qual tem acolhido alunos com deficiências diversas. Na perspectiva de compreender qual o modelo pedagógico a ser adotado para promover inclusão na educação superior da FAAM, muitos projetos de pesquisa passaram a investigar a realidade da inclusão de deficientes na Região Metropolitana de Belém, dos quais destacamos o TCC de Cleudiane Melo de Sousa e Jeyse Nayara Borges Gomes, cujo tema foi “INCLUSIVA OU EXCLUSÃO ESCOLAR: Desafio da formação e atuação do professor em sala de aula do ensino regular com a inclusão de crianças deficientes” (2019). Nesse trabalho as autoras para contextualizar o processo de inclusão na sociedade brasileira, analisaram dados do censo 2010 do IBGE, sobre os quais identificaram que o processo de escolarização de deficientes ainda é preocupante, especialmente no ensino superior.

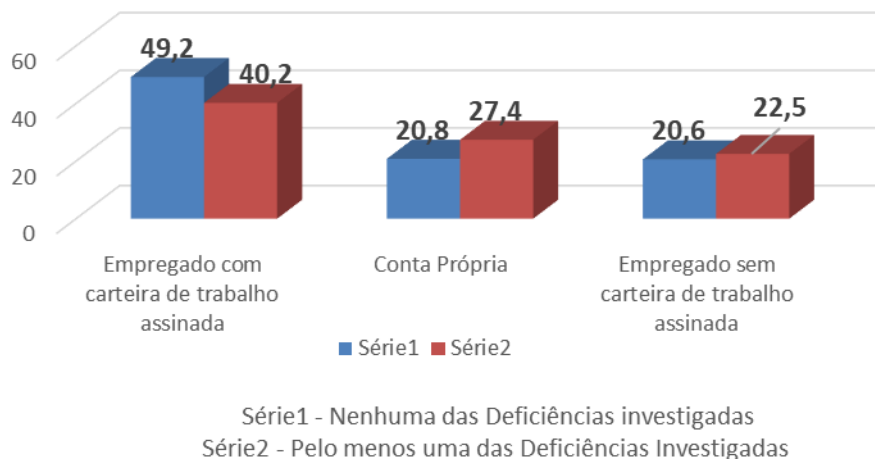
A escolarização dos deficientes em nível regional (especificamente na Região Norte), aponta que ainda é muito baixa em relação ao ditos normais, o que é natural considerando seu estado, mas mostra também a ausência de incentivo a essa escolarização já que na região norte somente 10,4% da população deficiente tem ensino superior completo.

Grafico 03: Comparação em percentual do nível de instrução da população de 15 anos ou mais de idade por existência de pelo menos uma das deficiências investigadas - IBGE 2010

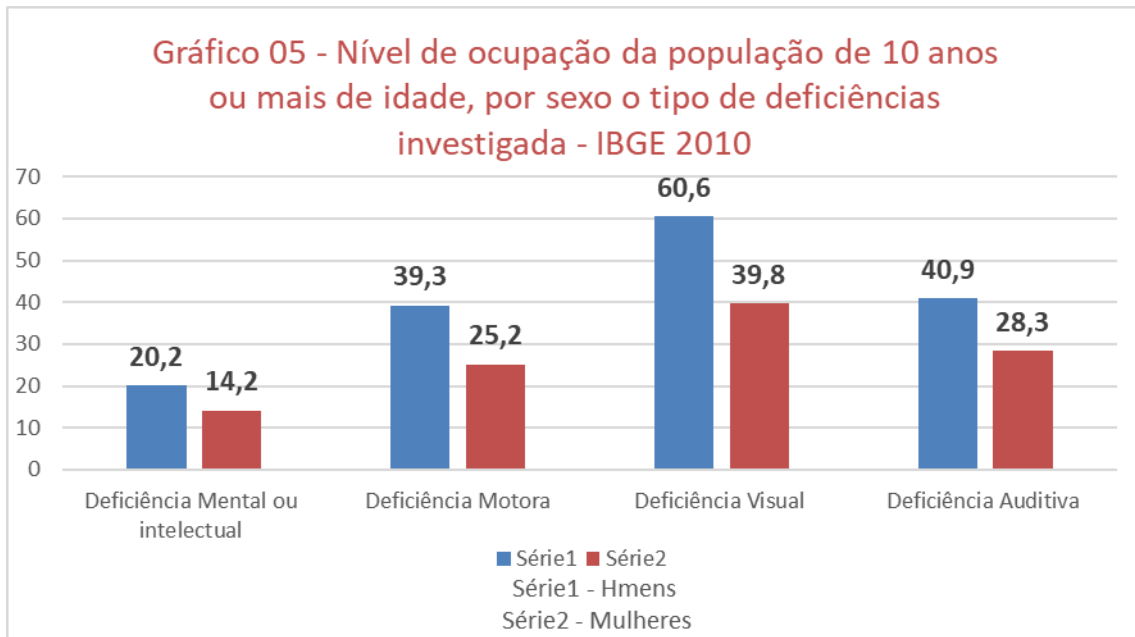


O nível de instrução, baseando em duas categorias com a intenção de fazermos o demonstrativo do quanto é difícil as pessoas que tem algum tipo de deficiência concluir o nível Superior e liga o fato de que tipo de educação está se ofertando na educação básica.

Gráfico 04 - Análise de Comparação de ocupação das pessoas de 10 anos ou mais de idade, com pelo menos uma das deficiências investigadas - IBGE 2010



Observa-se nos gráficos 04 e 05 que as deficiências estão sendo inseridas no mercado de trabalho (suas ocupações), na qual é maior a possibilidade delas se encaixarem no mercado de trabalho, sendo que destes, os homens são mais aproveitados no mercado de trabalho do que as mulheres



Assim, nossa reflexão se pauta na análise de como a educação escolar, influência no mercado de trabalho, mesmo quando se trata de pessoas que tem algum tipo de deficiência. Observamos que é importante os comprometimentos de todas as instâncias sociais em garantir uma boa educação a todos os alunos, sem a separação ou exclusão desses sujeitos, sendo essencial que o professor planeje para oferece uma educação que contemple as especificidades de todos os da classe, independente das limitações dos alunos.

Portanto, a concepção de educação preconizada na FAAM busca maior acesso de todos ao campo educativo, especialmente na educação superior, já que os desafios não estão limitados somente a presença de pessoas com deficiência, mas ao acolhimento de todos que precisam de acesso a bens e serviços educacionais em uma sociedade com grandes possibilidade de desenvolvimento, mas que é marcada por vulnerabilidades que precisam ser vencidas com educação com qualidade social.

4.5. A CONCEPÇÃO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DA FACULDADE DA AMAZÔNIA

Compreender a aprendizagem do aluno do Ensino Superior demanda, necessariamente, refletir sobre a caracterização desse sujeito, visto que a vida do jovem/adulto é uma fase peculiar de grande importância, caracterizada por várias abordagens. Numa leitura econômica, a vida adulta sedimenta-se pelo desempenho, por parte do sujeito, de funções produtivas na sociedade. Sem

dúvida, é uma fase de grande responsabilidade para o indivíduo e para a sociedade, em que ocorre uma série de mudanças significativas na vida do ser humano, bem como por importantes ajustamentos pessoais e sociais. A independência econômica incentiva o jovem/adulto a planejar sua carreira profissional na tentativa de aceitação das responsabilidades financeiras, sustento próprio e manutenção da família.

Nessa fase do processo evolutivo, período de estabilização da vida humana, o indivíduo estabelece os padrões típicos de comportamento que o acompanharão pelo resto da vida. Este encontra o que define sua filosofia de vida, que representa a equação pessoal com a qual ele aprende a lidar com os problemas do viver, o que representa um estilo pessoal de vida que o ajuda a organizar o modo de enfrentar situações diversas que a vida lhe apresenta.

Na visão de Teixeira (1956), a atividade escolar na educação superior consiste em aulas e tantas outras atividades como pesquisa, trabalho de campo no qual os alunos ouvem, interagem, investigam, observam algumas vezes tomando notas, e em exames em que se verificam o que sabem, por meio de provas escritas e orais. Marcam-se atividades nas quais o aluno participa ativamente da construção sua aprendizagem pessoal e profissional. Litwin (2001) apud Morés (2013, p.72) abordam o interativo, o “outro”, em relação às novas tecnologias utilizadas nesse processo:

Se partimos da concepção da necessidade do “outro” no caminho da aprendizagem, da natureza social do conhecimento, compreenderemos que nos sistemas de educação aberta e a distância é fundamental criar a possibilidade de existência desse outro, de modo social, simbólico e/ou físico, e nesse sentido, as novas tecnologias podem permitir o surgimento de interessantes contribuições (LITWIN, 2001, p. 45).

Assim, o jovem/adulto busca objetivos específicos, tomando decisões básicas que lhe darão o senso de identidade social. A independência pessoal é um de seus objetivos específicos do jovem/adulto, em que três aspectos são levados em consideração: a independência emocional, social e econômica.

A independência emocional é, em certo ponto, mais difícil de alcançar, pois o indivíduo buscando ser autoconfiante é capaz de tomar suas próprias decisões sem se presumir autossuficiente. A chave da independência emocional é a habilidade de receber, compartilhar e dar amor, ser interdependente sem se tornar dominado pelos outros.

Quanto à independência social, é a dimensão em que a sociedade pode contar com o sujeito para a realização de atividades que contribuam para o

bem estar de outros e por se comportar de modo socialmente responsável. A independência social caracteriza-se por responsabilidades cívicas, políticas ocupacionais, educacionais, religiosas e comunitárias.

A busca pela independência econômica nesta fase da vida desencadeia uma motivação a mais quanto a escolha da profissão. O ajustamento profissional é de suma importância para a vida pessoal do indivíduo, bem como para o funcionamento social. Sendo o êxito neste processo de ajustamento profissional depende da escolha inicial feita por este.

Esta escolha tem bases no que se denomina de identidade profissional, em que o indivíduo faz a seleção inicial de seu campo de interesse, escolhendo certo tipo de trabalho com o qual mais se identifica, adaptando-se às suas aptidões, necessidades e oportunidades de trabalho.

Porém, a escolha da profissão é um processo dinâmico e orientado para o futuro do indivíduo, o que também contará para seu sucesso. Essa perspectiva na visão de Paulo Freire (1996) a função pedagógica da Educação Superior é proporcionar autonomia intelectual e profissional ao educando, uma vez que

[...] as condições de trabalho que permitem ao indivíduo o desenvolvimento do papel que ele deseja desempenhar, o ajustamento profissional é mais provável. Se, por outro lado, as condições são desfavoráveis, dificilmente esse ajustamento se dará. Aumento de salário e ascensão na carreira profissional, ordinariamente, ajudam o indivíduo no seu processo de ajustamento ao trabalho, não são, porém, garantia de que tal ajustamento ocorrerá. (1991,p. 27)

Nesse sentido, apontamos para a importância de se trabalhar com as peculiaridades dos alunos universitários em geral, e em particular com os futuros profissionais, de forma valorativa às suas características pessoais, de comportamento e profissional. São estes sujeitos, que estão em processo de ajustamento, em várias dimensões, que compõem a sala de aula do Ensino Superior.

Assim, Nos cursos de Docência do Ensino Superior, grande parte não contempla o estudo da Andragogia, ou seja, a pedagogia voltada para educação de adultos. Masetto (1998, p. 19-21) nos apresenta algumas “competências para a docência no ensino superior”, evidenciando que no processo de ensino-aprendizagem os docentes dentre outras deve conhecer “como se aprende na educação superior, quais os princípios básicos de uma

aprendizagem de pessoas adultas, que valham para alunos do ensino superior”.

Nesse sentido, a compreensão de quando a aprendizagem é associada a vida do aluno adulto fica significativa, buscando a interligação com objetivos individuais e com aplicabilidade na sua vida.

Masetto (1998) destaca que há necessidade do processo de aprendizagem embasar-se na cooperação entre os sujeitos - professor e aluno; alunos e alunos, na troca de idéias, informações, habilidades e experiências. Professor e alunos trabalhando efetivamente, colocando ações concretas, convergentes para os mesmos objetivos de aprendizagem estabelecidos pelo próprio grupo.

No Brasil, a docência no ensino superior ainda é pouco pesquisada e necessita de outras fontes de análise, possibilitando um novo referencial em relação à profissionalização do professor universitário, sua formação acadêmico-científica e a real influência que exerce na formação de seus alunos.

O conhecimento é vivo, não-linear, é movimento e, por isso, imprevisível e incerto. Precisa ser feito e reconfigurado. A conjugação de diferentes variáveis constrói o conhecimento vivo. Essa conjugação de variáveis, diferentes para cada momento, participante ou território – sala de aula, laboratório, campo da prática -, é feita e refeita a cada nova necessidade, problema ou interesse. Não há certezas ou absolutos ou verdades que não possam ser submetidas à reflexão, à dúvida. Questionar, saber formular perguntas faz parte do esclarecimento. Por isso, também não se admite a existência de uma única metodologia do ensino, de uma receita para bem ensinar. É preciso construir e reconstruir cada prática pedagógica. Ela sempre será nova a cada conjugação de variáveis, mesmo respeitando-se a epistemologia do campo de conhecimento de cada carreira profissional. A incerteza reside em duvidar das certezas tidas como verdades, em pensar e re-significar o conhecimento em cada uma de todas as relações possíveis (Leite, 2001, p. 103).

Esse privilégio pela busca de significados pode variar entre os alunos universitários, dependendo do interesse pela disciplina, da importância da mesma no currículo, do reconhecimento da capacidade do professor para transformar o conhecimento, tornando-o atrativo e favorecendo o investimento em estudo.

Leite (2001), caracteriza a atitude do aluno universitário em relação a orientação para o estudo em duas dimensões: a primeira, denominada de orientação superficial, em que os alunos estudam somente para serem aprovados na disciplina, ou ainda, pela falta do hábito de estudar.

A atitude do professor também desencadeia a orientação superficial, a

falta de exigência por parte dele, levando o aluno a trabalhar menos, de forma irregular e sem esforço. Ou ainda quando,

“[...] Um certo pessimismo é „culpa“ dos docentes que, ou não exigem, ou usam métodos „largados“, ou são incompetentes ao avaliar, pois todos os alunos têm notas boas, parecem caracterizar os estudantes que usam a abordagem superficial. A dificuldade em concentrar-se no estudo, própria da superficialidade, leva o estudante a divagar, a conversar com colegas, de tal forma que sua dispersão contribui para esquecer até o que se fazia ou ouvia em sala.” (op. cit., 156)

Os alunos apontam ainda, para a fragmentação do conhecimento dito “teórico”, em que se estuda o mínimo, geralmente antes das provas, até mesmo na própria hora da prova, tendo em vista a nota, captando apenas uma parte do conhecimento, não conseguindo ver o todo.

A orientação superficial, assim, caracteriza-se por um contato restrito com textos e materiais, envolvendo uma aprendizagem limitada com vistas a um resultado também limitado de retenção de curto prazo na memória. Na visão de Leite (2001), essa abordagem privilegia a não-construção do conhecimento, pela falta de investimento em uma aprendizagem mais duradoura. Os alunos universitários que estudam de forma superficial preocupam-se com o signo, com o texto em si, e não com o significado.

Já a segunda forma de orientação para o estudo, é o da orientação para o significado, em que contrariamente a visão superficial, o aluno questiona o que aprende, o que lê e o próprio conteúdo que é dado em aula, porém, esse processo não se dá em todas as disciplinas, mas naquelas pelas quais o aluno se interessa, em que o conteúdo desperta sua curiosidade.

O aluno que busca significados, reconstrói o conhecimento, aprende em classe e fora dela.

“A organização de gráficos, de resumos, de esquemas, a leitura de anotações, de xerox de livros, a troca de informações com os colegas, a leitura de provas, a execução de exercícios, a resolução de problemas e elaboração pessoal de conceitos são todos parte do processo de aprender.” (LEITE, 2001, p.158)

A orientação com significado, assim, desenvolveu-se não só na sala de aula, mas o aluno organiza novas informações, estabelece relações, realiza aprendizagens com base no material variado disponível. A construção de conceitos também é privilegiado, em que o aluno reformula-os, demonstrando flexibilidade mental e curiosidade intelectual.

O trabalho de Leite (2001) demonstra, que o Ensino Superior está

relacionado com a formação de consciência política e social do aluno, em função das aprendizagens que proporciona, “A aprendizagem só é individual na existência do sujeito; na essência, ela é profundamente social.” (LEITE, 2001, p.167)

Sabe-se que nem sempre nas salas de aula dos cursos de formação de professores consegue-se atingir um trabalho que privilegie a aprendizagem para o significado, parecendo que o professor e os alunos assumem lados opostos, em que o professor utilizando do saber organizado, classifica, fragmenta, compartimentaliza o conhecimento em categorias perfeitamente objetivas.

Esta sistematização é critério de cientificidade, não privilegiando o conhecimento da experiência, em que pouco a pouco pode ir construindo conceitos e construindo teorias, ainda que esse conceito ou essa teoria não esgotem todas as abordagens, oportunizando o desvelamento da realidade e se abrem a novas possibilidades.

O processo educacional é realizado entre pessoas, sendo que apenas o privilégio da abordagem técnico-científico não é suficiente para que se consiga trabalhar a interação entre os sujeitos - professor e aluno e o objeto do conhecimento. As relações de aprendizagens empreendidas pelos adultos são complexas e de múltiplas facetas, orientadas em relação ao desenvolvimento intelectual, afetivo, social e psicomotor.

Desta maneira, faz-se necessário que o professor do Ensino Superior adapte seus comportamentos a um processo de aprendizagem próprio de adultos, privilegiando um clima democrático para o desenvolvimento da aprendizagem, especificando os objetivos e construindo as metas a serem alcançadas. É importante, ainda, que o professor conheça os diferentes estilos de aprendizagem e utilize as experiências dos alunos nas atividades de ensino, empenhando-se em estabelecer o exercício da independência do aluno, não se opondo à sua atividade, mas prolongando-a e ampliando-a, contribuindo para que as trocas de experiências, as formas diferenciadas de refletir sobre o conhecimento possam ser compartilhadas entre os sujeitos que compõem o universo da sala de aula.

Enfim, para que a relação professor-aluno possa ser estabelecida de forma a efetivar o processo de ensino-aprendizagem em bases construtivas, faz-se necessário que o professor compreenda o processo de desenvolvimento

que o aluno encontra-se, contextualizando, ainda, com suas vivências e experiências anteriores, tanto no âmbito pessoal, como no âmbito acadêmico.

É fundamental também, a construção de relações “abertas”, “limpas”, entre os sujeitos, o que desencadeará a consolidação de bases sólidas entre eles, fazendo com que a integração das dimensões afetiva, cognitiva e social, tenham lugar no processo ensino-aprendizagem do educador.

4.6. AÇÕES PARA EFETIVAÇÃO DESTA CONCEPÇÃO

4.6.1. Programa de Formação Continuada da Faculdade da Amazônia

O programa de Formação Continuada de Docentes que objetiva a consolidação dos Projetos Institucionais da Faculdade da Amazônia, pois traz a certeza que é necessário apostar na atuação e no compromisso docente para que se possa construir um ensino de qualidade.

Vale lembrar, que esse programa não tem a pretensão de esgotar o trabalho de formação dos docentes da instituição, mas apontar para a necessidade de se fazer uma síntese entre a formação inicial, a formação continuada e a prática profissional vivenciada no cotidiano do Ensino Superior.

É assim que pretendemos nos destacar, pelo trabalho sério, comprometido com uma educação de qualidade e que invista na formação integral das pessoas.

I – JUSTIFICATIVA DO PROGRAMA

Quando compreendemos a cultura como toda a produção da existência humana, vemos o Homem como um ser crítico e atuante, responsável pelo seu próprio pensar e fazer. Deste modo, o papel das instituições que têm como uma das funções a transmissão e a construção do conhecimento, como IES, torna-se fundamental, na medida em que desenvolve o processo de aprendizagem entre os sujeitos, intercambiar os diversos saberes (cultural, relacional, sensitivo, cognitivo, social).

Atualmente, verificando o processo ensino-aprendizagem nas IES, percebemos que os professores consideram-se “ensinadores”, porque nos seus cursos universitários foram apenas obrigados a “aprender”, na concepção de que:

Na frente está quem ensina, de autoridade incontestável, imune a qualquer avaliação; na platéia cativa estão os alunos, cuja

função é ouvir, copiar e reproduzir na mais tachada fidelidade (DEMO, 1992,31).

Essa maneira de conceber a aprendizagem leva a cometer um grande equívoco: o de pensar que os sujeitos que vivenciam o processo de construção do conhecimento são homogêneos, isto é, que são todos iguais, não valorizando os aspectos subjetivos do ser humano, que são particulares dos indivíduos.

No Ensino Superior, com a divisão social do trabalho na educação, o professor tem perdido sua característica principal, que é a de mediador, sendo é conduzido a uma prática desvinculada da realidade social e sem o exercício de diálogo.

Nesse contexto, há uma visão de educação neutra, desvinculada da realidade social, tentando minimizar os conflitos sócio-políticos e suas implicações com o processo educacional.

O professor assume à condição de executor, com receituários prontos e acabados, que quando colocados em ação dá ilusão que exterminarão todos os problemas educacionais, e por consequência, os sociais.

É neste espaço, em que afluem as contradições do contexto social, os conflitos psicológicos, as questões da ciência e as concepções valorativas daqueles que compõem o ato pedagógico: o professor e o aluno.

Uma visão simplista da função do professor limita, nos cursos do Ensino Superior, a uma postura mecanizada do ato de ensinar, perdendo de vista que o ensino é sempre situado, com alunos reais em situações definidas, caracterizado como um ato socialmente localizado.

Parece-nos que aqui encontramos o grande desafio da educação superior na atualidade: que o enfoque do processo ensino-aprendizagem seja o de assimilar, reelaborar e construir conhecimento.

A Faculdade da Amazônia encara este desafio, buscando diversificadas formas de desenvolver ações cada vez mais críticas junto aos alunos e aos professores, de modo que os projetos educacionais que estão sendo desenvolvidos possibilitem a formação de profissionais éticos, críticos, competentes e políticos.

Para tanto, é necessário que o professor redimensione sua prática atual. Não dá mais para aceitar, que no contexto da chamada pós-modernidade, o trabalho docente limite-se ao mero repasse construído por outros, como se não

existissem outros modos de produção do saber, conferindo assim ao trabalho docente um efetivo papel profissional e científico.

Assim, para criar espaços de formação continuada em serviço, proporcionando aos docentes um *locus* para a reflexão sobre sua prática, para adquirirem subsídios que os processos educativos do Ensino Superior, constitui-se em um elemento fundamental para a busca da qualidade na educação. Ainda que com a convicção de que nenhum procedimento que objetive encontrar novas bases para o processo educativo poderá acontecer sem que passe necessariamente pelo professor, embora não seja determinado exclusivamente por ele.

Pensar e investir na política de formação dos docentes é antes de tudo ter clareza da articulação entre teoria e prática, radicalizando a fórmula: professor – aluno – conhecimento. Essa tríade é o ponto de partida e de chegada na construção de uma instituição comprometida com os princípios da cidadania. Por tanto, é necessário formar o professor para que este seja capaz de articular teoria e prática.

Vale ressaltar, que nenhuma ação pode se dar isolada em uma instituição de ensino, por isso é fundamental o envolvimento dos gestores da FACULDADE DA AMAZÔNIA nesse processo – DIREÇÃO GERAL, DIRETORIA ACADÊMICA E COORDENADORES DE CURSOS, para que se possa efetivar um trabalho coeso e participativo, que venha ao encontro da realidade dos sujeitos que consolidam o processo educacional na instituição.

Nesse sentido, a preocupação maior na formação continuada dos professores é que estes possam ter uma formação baseada na articulação entre a prática e a reflexão sobre a prática, para que possam adquirir bases teóricas sólidas, que tenham uma aproximação integrada da didática, articulando domínios dos conteúdos, metodologias e formação pedagógica que sejam coerentes com as orientações pedagógicas que lhes são propostas.

Assim, a valorização do processo ensino-aprendizagem passa necessariamente por um PROGRAMA DE FORMAÇÃO DOCENTE coerente, articulado e em parceria com os sujeitos envolvidos no processo educacional. Desse modo, este programa, objetiva a formação em serviço pelo seu caráter fundamental em que se possa permanentemente pensar e repensar as ações pedagógicas e torná-las organicamente consentâneas com o projeto

pedagógico da instituição.

II – OBJETIVO DO PROGRAMA:

OBJETIVO GERAL

Implantar, em caráter permanente, o Programa de formação continuada dos docentes de Ensino Superior da Faculdade da Amazônia.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a. Subsidiar a prática docente no processo educativo, buscando a qualidade da educação no Ensino Superior.
- b. Trabalhar os princípios da interdisciplinaridade como concepção do conhecimento, interligando as diversas áreas.
- c. Instituir grupos de estudos permanentes que possam tornar-se referência no âmbito institucional.
- d. Promover a compreensão entre os docentes da importância da pesquisa no processo de ensino-aprendizagem.
- e. Constituir um fórum de discussão acerca da formação profissional necessária para a Amazônia.
- f. Produzir conhecimentos teórico-metodológicos acerca da educação no Ensino Superior.

4.6.2. Procedimentos Metodológicos para a Formação Continuada de Docentes

Com o intuito de alcançarmos os objetivos propostos pelo Programa de Formação Continuada optamos pela metodologia que oportunize o trabalho coletivo e permanente dos docentes, apostando na formação de grupos de trabalhos que se caracterizam por serem multidisciplinares e interdisciplinares. Assim, serão adotadas as seguintes estratégias metodológicas para o trabalho com os docentes da Instituição, desenvolvidas em dois campos distintos: os Grupos de Estudos e Encontros Pedagógicos.

- a. **Especialização Lato Sensu em Educação Básica e Ensino Superior** – Curso estruturado em dinâmica dialógica, propositivos na discussão de temáticas voltadas para o Ensino Superior e Educação Básica, considerando que o referido cursos é ofertado também aos docentes do Sistema de Ensino Amazônia (2017-2018);

- b. **Aperfeiçoamento docente dos cursos de graduação** – desenvolvimento curricular (2018-2019) cujo o objetivo é promover o aperfeiçoamento dos docente através do desenvolvimento curricular dos cursos da FAAM na perspectiva metodológica, técnica e de gestão pedagógica;
- c. **Encontros pedagógicos** – estruturados em caráter de Oficinas, tematizando as situações didático-pedagógicos relatados pelos docentes nos grupos de estudo.

Nos **Apêndices A e B** apresentamos os projetos da Especialização Latu Sensu emm Educação Básica e Superior e do Aperfeiçoamento docente da FAAM. É válido ressaltar que não basta um programa de formação de professores sem que haja a implementação da valorização do professor na perspectiva de sua manutenção financeira. Nesse sentido, nos **Anexos I e II** apresentamos o Plano de Cargos e Salários e Plano de Capacitação Técnico-Administrativa da Faculdade da Amazônia.

4.7. ORGANIZAÇÃO ACADÊMICO-ADMINISTRATIVA

A estrutura administrativa e didático-científica da Faculdade da Amazônia foi estabelecida a partir de modelos organizacionais propostos pela Lei de Diretrizes e Bases existente.

Adotou-se o Colegiado de Curso como célula-mater, para planejar, acompanhar, controlar e avaliar as atividades acadêmicas, assim como orientar os corpos docente e discente para a consecução dos objetivos finais dos cursos e da instituição.

A Administração Superior cabe definir as principais competências dos órgãos colegiados e zelar pelo alcance dos objetivos institucionais da Faculdade da Amazônia. E ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão compete estabelecer as políticas e diretrizes do ensino, de pesquisa e da extensão.

4.8. ORGANIZAÇÃO DO CONTROLE ACADÊMICO

Na educação superior, tão importante quanto à oferta de um ensino de qualidade, de um corpo docente capacitado e de uma coordenação competente é a qualidade de seus controles e registros que permitirá à instituição alcançar um alto nível de segurança e eficiência nas atividades desempenhadas e nas informações prestadas à comunidade acadêmica.

Na Faculdade da Amazônia, o órgão responsável pelos registros acadêmicos dos alunos e de apoio aos professores, à Direção Acadêmica, à Direção Administrativo – Financeira e Direção Geral no que tange às informações de caráter acadêmico é a Secretaria Acadêmica.

São competências da Secretaria Acadêmica:

matrícula dos acadêmicos - a principal forma de admissão nos cursos de graduação da Faculdade da Amazônia é por concurso vestibular, aberto a candidatos que tenham concluído o segundo grau ou estudos equivalentes. Há, também, ingresso através de MSV (Matricula Sem Vestibular), para portadores de diplomas de nível superior e através de TE (Transferência Externa) para alunos regularmente matriculados em outras instituições de ensino superior;

- a. registro de notas e frequências;
expedição de diplomas, certificados e outros documentos como:
- b. declaração de escolaridade;
- c. declaração de estágio;
- d. declaração de Matrícula;
- e. declaração de Vaga;
- f. declaração de Conclusão do Curso;
- g. histórico Escolar; Guia de Transferência;
- h. declaração de Vestibular;
- i. outros pedidos feitos através de requerimento;
- j. manutenção dos dados atualizados no sistema acadêmico – Mais escola;
- k. manutenção atualizada dos arquivos e fichários acadêmicos – as pastas dos alunos são arquivadas por ordem de matrícula;
- l. controles estatísticos atualizados;
- m. atualização dos currículos dos professores;
- n. organização da documentação nas pastas docentes
- o. execução dos demais trabalhos que lhe sejam pertinentes e/ou outros que a diretoria designar.

4.9. APOIO PEDAGÓGICO AO DISCENTE

O Núcleo de Apoio Psicopedagógico da Faculdade da Amazônia criou o Serviço de Apoio ao Estudante (**SAE**) com o objetivo de ser um serviço

voltado para a consolidação do projeto institucional, especialmente no que diz respeito ao estudante, através de programas que o integre à vida acadêmica, possibilitando uma participação efetiva e intervenção na melhoria da qualidade de ensino.

Nessa perspectiva, a Faculdade da Amazônia olhando a educação de forma ampla, proporciona ao aluno uma constante adaptação, de forma a desenvolver a capacidade de autonomia e o senso crítico, e por isso, implanta o **Serviço de Apoio ao Estudante - SAE** que pretende articular e integrar as ações acadêmicas, valorizando, assim, a participação dos alunos no processo educacional do Ensino Superior.

4.9.1. Justificativa do SAE

Ao ingressar no Ensino Superior o aluno enfrenta um período de adaptação, na medida em que está vivenciando uma nova situação, na qual passa a ser inteiramente responsável pela sua vida acadêmica. Muitos, ainda adolescentes, em processo de construção de sua identidade de adultos, necessitam de apoio e orientação para lidar com essa realidade.

Compreender a aprendizagem do aluno do ensino superior demanda, necessariamente, refletir sobre a caracterização desse sujeito, visto que a vida do jovem/adulto é uma fase peculiar de grande importância.

Muitas podem ser as abordagens com as quais pode-se caracterizar a vida do jovem/adulto, que, nessa fase, destaca-se pelo desempenho por parte do sujeito de funções produtivas na sociedade. Sem dúvida, é uma fase de grande responsabilidade para o indivíduo, em que ocorrem mudanças significativas na vida do ser humano, bem como importantes ajustamentos pessoais e sociais. A independência econômica incentiva o jovem/adulto a planejar sua carreira profissional na tentativa de aceitação das responsabilidades financeiras, sustento próprio e manutenção da família.

Nessa fase do processo evolutivo, período de estabilização da vida humana, o indivíduo estabelece os padrões típicos de comportamento que o acompanharão pelo resto da vida. O indivíduo encontra o que define sua filosofia de vida, que representa a equação pessoal com a qual ele aprende a lidar com os problemas do viver, definindo um estilo pessoal de vida que o ajuda a organizar o modo de enfrentar qualquer situação que a vida lhe apresente.

Na visão de Rosas (1991), o sujeito tem que enfrentar uma série de ajustamentos pessoais e sociais, caracterizando-se pela resolução de problemas de várias ordens. O isolamento social é um dos comportamentos vividos pelo jovem/adulto, que tende a fazer uma seleção mais criteriosa das pessoas com as quais ele se relaciona, muito porque ele está passando pelo processo de mudança de valores em sua vida, que afetará seu campo de interesses.

Assim o jovem/adulto busca objetivos específicos, tomando decisões básicas que lhe darão o senso de identidade social. A independência pessoal é um dos objetivos específicos do adulto jovem, em que três aspectos são levados em consideração: a independência emocional, social e econômica.

A independência emocional é, em certo ponto, a mais difícil de alcançar. É o indivíduo buscando ser auto-confiante e capaz de fazer suas próprias decisões sem se presumir auto-suficiente. A chave da independência emocional é a habilidade de receber, compartilhar e dar amor, ser interdependente, sem se tornar dominado pelos outros.

Quanto à independência social, é a dimensão em que a sociedade pode contar com o sujeito para a realização de atividades que contribuam para o bem estar de outros e por se comportar de modo socialmente responsável. A independência social caracteriza-se por responsabilidades cívicas, políticas, ocupacionais, educacionais, religiosas e comunitárias.

A busca pela independência econômica nesta fase da vida desencadeia uma motivação a mais, quanto à escolha da profissão. O ajustamento profissional é de suma importância para a vida pessoal do indivíduo, bem como para o funcionamento social. Grande parte do êxito neste processo de ajustamento profissional depende da escolha inicial feita pelo sujeito.

Esta escolha tem bases no que se denomina de identidade profissional, em que o indivíduo faz a seleção inicial de seu campo de interesse, escolhendo certo tipo de trabalho com o qual mais se identifica, adaptando-se às suas aptidões, necessidades e oportunidades de trabalho.

Porém, a escolha da profissão é um processo dinâmico e orientado para o futuro do indivíduo, que também contará para seu sucesso. Segundo Rosas, quando as condições de trabalho “(...) permitem ao indivíduo o desenvolvimento do papel que ele deseja desempenhar, o ajustamento

profissional é mais provável. Se por outro lado, as condições são desfavoráveis, dificilmente esse ajustamento se dará. Aumento de salário e ascensão na carreira profissional, ordinariamente, ajudam o indivíduo no seu processo de ajustamento ao trabalho, não são, porém, garantia de que tal ajustamento ocorrerá". (1986).

Nesse sentido, ressalta-se a importância de se trabalhar com as peculiaridades dos alunos universitários de forma valorativa às suas características pessoais, de comportamento e profissional. São estes sujeitos, que estão em processo de ajustamento, em várias dimensões, que compõem a sala de aula do ensino superior, engajados no processo de formação profissional, não podendo ser desprestigiada, assim, por parte dos professores, as fases de desenvolvimento pelo qual está passando.

Assim, partindo da premissa de que a relação entre o professor e o aluno é fundamental para que se efetive o processo de ensino-aprendizagem, é necessário que se pontue a aprendizagem do jovem adulto, refletindo suas características pessoais e o contexto em que está inserido.

4.9.2. Objetivos do SAE

- a. favorecer o desenvolvimento do jovem/adulto em seus aspectos biológicos, psicológicos, sociais e acadêmicos, contribuindo para a construção de sua identidade social;
- b. minimizar as dificuldades que estejam comprometendo ou impedindo seu desenvolvimento pessoal e acadêmico;
- c. articular e integrar as ações acadêmicas, oportunizando aos alunos a participação efetiva no seu processo educacional;
- d. divulgar os programas e projetos desenvolvidos na FACULDADE DA AMAZÔNIA, favorecendo a participação efetiva dos alunos na construção do projeto institucional.

4.9.3. Metodologia de Trabalho do SAE

O SAE funciona de segunda a sexta-feira, de 14 as 22 horas, realizando os seguintes atendimentos:

- a. Apoio Psicológico - são desenvolvidas ações em nível preventivo, abordando temas que contribuam para a formação pessoal e profissional dos alunos. Além disso, será oferecido apoio psicológico individual aos

alunos com dificuldades emocionais que estejam comprometendo o processo ensino-aprendizagem;

- b. Apoio Acadêmico - são desenvolvidas atividades de orientação aos alunos que apresentarem dificuldades no processo de construção de conhecimento, procurando diagnosticar variáveis intervenientes, tais como: adaptação ao ensino superior, identificação com o curso, metodologia diversificada, imaturidade frente às novas exigências, etc; e a partir daí, reorientar estudos, discutir propostas com a Assessoria Pedagógica e Coordenadores de Cursos, enfim, assessorar o aluno na área acadêmica.
- c. Dois programas serão desenvolvidos prioritariamente, quais sejam:
- d. Programa de Pré-Graduação e Ambiência Universitária - terá como objetivo oferecer aos alunos da comunidade externa e acadêmicos do 1º ano dos cursos oferecidos pela Faculdade da Amazônia, a oportunidade de experienciar as diversas facetas da vida acadêmica, visando minimizar o impacto da mudança provocada pelo ingresso no Ensino Superior, contribuindo assim, para o seu crescimento pessoal e profissional;
- e. Programa de Estágio - visará a aproximação dos estudantes ao mercado de trabalho, buscando através do estágio extra-curricular, associar a teoria ensinada na instituição à aplicação prática dos conhecimentos no cotidiano de trabalho, colocando os alunos em contato direto com as oportunidades de emprego.

Nos **Apêndice C** apresentamos os projetos de apoio aos alunos que são realizados pelas coordenações dos cursos mantidos pela FAAM de que trata a metodologia do Sistema de Apoio ao Estudante – SAE.

4.10. PROMOÇÃO DE EVENTOS SÓCIO-CULTURAIS

A Faculdade da Amazônia, desde sua implantação, incentiva a prática de atividades de natureza acadêmico-cultural, através de projetos desenvolvidos por docentes e discentes como: seminários, sexta - cultural, congressos, visitas técnicas, ciclo de palestras, natal solidário, Arraial Junino, dentre outros. Essas atividades práticas acontecem e envolvem toda a comunidade acadêmica, estimulando o interesse do estudante nos eventos promovidos pela Faculdade.

Vimos que é necessário, então, criar condições, durante toda sua formação, para que o futuro administrador exerça efetivamente, não só uma liderança intelectual, mas também social e política, que possa contribuir ativamente para a melhoria da comunidade, do Estado e do País, e, principalmente para a formação técnica e humana dos discentes e docentes.

Desta forma destacamos projetos Institucionais com objetivo de integrar a comunidade acadêmica as ações sociais da Instituição criados a partir da autorização dos novos e antigos cursos, como Educação Física e Psicologia e Administração.

4.10.1. ENDURACE

PROJETO: Circuito FAAM de Endurance
COORDENADOR: Lana Peres de França
PROFESSORES PARCEIROS: Josiléia Lira, Danielle Cardoso, Jair Aquino, Fábio França, Márcia Tupinambá, Thiago Cruz, Paulo Pacheco, Julio Correa.
<p>JUSTIFICATIVA DO PROJETO:</p> <p>O Circuito FAAM de Endurance é um espaço para integrar pessoas através da pratica da atividade física, socializar experiências e estimular a pratica da atividade física de forma regular e orientada como um recurso para a manutenção ou melhoria de uma qualidade de vida que permita aos indivíduos autonomia no que se relacionam as suas ações motoras.</p>
<p>OBJETIVO DO PROJETO:</p> <p>Integrar a comunidade acadêmica com a sociedade incentivando a pratica de atividade física de forma prazerosa possibilitando ainda a divulgação do Curso de Licenciatura em Educação Física da FAAM, além de ser um espaço de integração de diversos saberes.</p>
<p>DESCRIÇÃO DA ATUAÇÃO DO PROJETO:</p> <p>A principal motivação deste evento foi o diálogo com funcionários e docentes desta IES dos diversos cursos que, expressaram interesse na participação de atividades físicas cujo motor fosse a superação pessoal, a alegria e porque não a competição também. Assim surgiu a concepção do “Circuito FAAM de Endurance” como um evento integrativo onde a participação se dá pela ação coletiva, uma vez que o desafio é por equipe. A opção pelo tipo <i>Endurance</i>, termo utilizado para designar atividades físicas de longa duração e baixa intensidade, se deu com a intenção de tonar a atividade acessível a maior parte das pessoas. O Circuito deverá ser realizado pela será composto por atividades físicas funcionais, de baixa complexidade, intercalando ações de força com aquelas consideradas de resistencia (Corridas, saltos, transporte de carga, transposição de obstáculos, etc)</p>
<p>ATENDIMENTO AO PUBLICO ALVO</p> <ol style="list-style-type: none"> Praticantes de atividades físicas com idade superior a 18 anos. O evento está aberto a toda a comunidade do Estado. O Circuito será realizado em equipes mistas A formação das equipes está reservada aos inscritos/participantes, não cabendo à coordenação do evento quaisquer interferências nessa formação.

BENEFÍCIOS ALCANÇADOS NA PERSPECTIVA DOS ALUNOS

Os acadêmicos participam na organização do Evento, na Divulgação, na Arbitragem e na Infraestrutura Geral. Aqueles acadêmicos cujas turmas não estejam envolvidas na organização, podem também participar do circuito.

Os Benefícios se dão pela oportunidade de experimentar tal atividade tanto na condição de organizador quanto de participante.

4.10.2 NÚCLEO DE APOIO CONTÁBIL E FISCAL – NAF

PROJETO: NÚCLEO DE APOIO CONTÁBIL E FISCAL – NAF

COORDENADOR: LEONEL SANTOS MEDEIROS RABELLO MENDES

PROFESSORES PARCEIROS:

Iberê Santana – Ian Blois – Carlos Couto – Rodrigo Cavalcante – Paulo Nazareno – Rafael Dias – Antonio Monteiro

JUSTIFICATIVA DO PROJETO:

A iniciativa foi fruto da inquietude do auditor-fiscal Clóvis Belbute Peres, quando era assistente no Gabinete da DRF/Porto Alegre. O projeto, narra o servidor, começou a ser esboçado ao entrar em contato com a história de gente comum, que o procurava na Agência da Receita Federal em Canoas em 2008, O contato com histórias como essas no ambiente de trabalho e com os colegas na faculdade, que se queixavam da falta de contato com a área prática da profissão, fez com que Peres começasse a colocar no papel a iniciativa, pioneira no País. Baseado na experiência norte-americana com o Internal Revenue Service (IRS), em especial com as Clínicas para Contribuintes de Baixa Renda (Low Income Taxpayer Clinics), em 2011, começou a operar o primeiro NAF do País - nas Faculdades Integradas São Judas Tadeu em Porto Alegre/RS. Ao contrário do que muitos podem pensar, o Programa não busca tornar-se uma simples ferramenta de assistência, mas de "educação fiscal e conscientização". É uma troca, uma "situação ganha-ganha", define Peres. "O aluno ganha ao aprender com situações reais de matéria fiscal e ao ganhar uma formação mais cidadã. A população de baixa renda e os microempresários se beneficiam de um serviço que, de outra forma, não teriam ou não buscariam, por receio que possuem do Fisco", explica. (Fonte:<http://idg.receita.fazenda.gov.br/acesso-rapido/direitos-e-deveres/educacao-fiscal/naf/pagina-antiga/noticias/2016/04abril/projeto-naf-nucleos-de-apoio-contabil-e-fiscal-comemora-5-anos>)

OBJETIVO DO PROJETO:

O Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal – NAF – é um projeto desenvolvido pela Receita Federal em parceria com as Instituições de Ensino Superior - IES, cujo objetivo é oferecer serviços contábeis e fiscais gratuitos para pessoas físicas e jurídicas de menor poder aquisitivo.

Busca-se, dentre outros objetivos:

Proporcionar aos estudantes formação sobre a função social dos tributos, direitos e deveres associados à tributação;

Qualificar o futuro profissional por meio da vivência prática, proporcionando a aplicação do seu aprendizado acadêmico, assim como a geração de conhecimento acerca das obrigações tributárias em discussões, palestras, grupos de estudo, treinamentos e visitas guiadas à Receita Federal;

Disponibilizar orientação contábil e fiscal a pessoas físicas de baixa renda,

microempresas, MEIs e entidades sem fins lucrativos.
<p>DESCRIÇÃO DA ATUAÇÃO DO PROJETO: A IES oferece um espaço em suas instalações onde alunos, capacitados em cursos ministrados pela Receita Federal, prestam atendimento à sociedade, além de desenvolver a moral tributária e levar cidadania às comunidades.</p>
<p>ATENDIMENTO AO PÚBLICO ALVO O NAF poderá ser implementado em duas modalidades básicas: Grupo de Estudos e Atendimento, podendo haver uma coexistência entre eles. <u>Grupo de Estudos:</u> Quando não houver disponibilidade de recursos, esta modalidade permite que os alunos, acompanhados por um coordenador da IES, possam discutir e ter acesso ao material produzido pela Receita Federal. <u>Atendimento:</u> Os alunos são organizados em grupos e coordenados por um docente que auxiliará no atendimento ao cidadão, sempre com o apoio da Receita Federal para a resolução dos casos mais complexos.</p>
<p>BENEFÍCIOS ALCANÇADOS NA PERSPECTIVA DOS ALUNOS Atualização em relação à novas temáticas; Networking e interações; Práticas</p>

4.10.3 FEIRA DO EMPREENDEDOR

PROJETO: FEIRA DO EMPREENDEDOR
COORDENADOR: LUCIANA TUPINAMBÁ DESSY
PROFESSORES PARCEIROS: DIEGO VENTURA, MARÍLIA MATOS, JOANA AMORIM, IAN BLOIS, DIOGO SOUZA
<p>JUSTIFICATIVA DO PROJETO: O projeto se justifica pela necessidade de expandir o conhecimento sobre empreendedorismo além da sala de aula. Isto ocorre através da mobilização dos alunos em uma atividade acadêmica de extensão para desenvolver os conhecimentos adquiridos em sala de aula não somente através da disciplina de Empreendedorismo, mas sim com a cumulação dos conhecimentos adquiridos de todas as disciplinas já cursadas. Através da integração dos alunos com empresários locais e regionais e com a comunidade para que assim haja o estreitamento do conhecimento técnico-científico e os negócios regionais, gerando assim uma integração maior entre comunidade e Instituição (através dos discentes) e o conhecimento tácito dos alunos.</p>
<p>OBJETIVO DO PROJETO:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Maior integração entre teoria e prática; • Despertar a visão empreendedora dos alunos; • Mostrar à comunidade os benefícios gerados na área empreendedora pelos alunos; • Despertar na comunidade o espírito empreendedor; • Maior integração entre professor e aluno; • Maior integração entre alunos; • Estimular negócios e ampliar rede de relacionamentos;

<p>DESCRIÇÃO DA ATUAÇÃO DO PROJETO: O projeto ocorre com a apresentação de stands de várias equipes de todas as turmas do curso de Administração, onde cada equipe representará um empreendedor local, com seus serviços/produtos e seus planos de negócios desenvolvidos pelas equipes. No decorrer das apresentações há a visita aberta para o público interno (alunos, professores e funcionários da IES) e do público externo (empresários convidados, entidades de classe, comunidade em geral).</p>
<p>ATENDIMENTO AO PÚBLICO ALVO Micro e pequenos empresários, entidades sociais, comunidade, alunos de diversos cursos.</p>
<p>BENEFÍCIOS ALCANÇADOS NA PERSPECTIVA DOS ALUNOS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Maior visão empreendedora; • Maior integração com a comunidade; • Estreitamento de laços com empreendedores locais; • Maior integração aluno professor;

4.10.4 SEMANA ACADÊMICA DO CURSO DE PEDAGOGIA

<p>PROJETO: PROJETO SEMANA ACADÊMICA PEDAGOGIA</p>
<p>COORDENADOR: Prof. Dr. Ricardo Pereira</p>
<p>PROFESSORES PARCEIROS: Professores do curso de Pedagogia</p>
<p>JUSTIFICATIVA DO PROJETO: A semana acadêmica do curso de Pedagogia é uma iniciativa dos docentes do curso que busca promover a integração do corpo discente da Faculdade da Amazônia que ao longo de 10 anos de existência do curso, procurou desenvolver a presente atividade de maneira criativa através da realização de atividades que aproximem os alunos do campo profissional do pedagogo. O evento foi criado para também dinamizar o processo formativo no âmbito do curso de Pedagogia, que localizado na Região Metropolitana de Belém, a atividade desde 2014 tem acontecido a fim de fazer com os alunos, pertencentes a essa região, se identificassem com a realidade do lugar e pudessem ao longo da formação, propor soluções para os problemas educacionais que acontecem nas redes de escolas básicas. Dessa forma, a Semana Acadêmica de Pedagogia se constitui um evento de caráter acadêmico, científico e cultural, já que se dedica ao ensino, pesquisa e a extensão.</p>
<p>OBJETIVO DO PROJETO: Oportunizar aos estudantes de Pedagogia visão ampliada do setor educacional brasileiro, compreendendo os impactos dos problemas da Região Metropolitana de Belém tem gerado sobre a formação de professores e a necessidade de enfrentamento com criatividade e inovação</p>
<p>DESCRIÇÃO DA ATUAÇÃO DO PROJETO: Mesa redonda – atividade utilizada para abrir o evento com convidados das instituições de educação superior da região; Ciclo de debates – são pequenas palestras realizadas com a finalidade debater os vários aspectos do tema central do evento</p>

Exposições – as exposições são realizadas a partir da produção de pesquisa e extensão do curso e das disciplinas curriculares
Work shop – são oficinas realizadas com temas teóricos e didáticos
Show de cultural – acontece sempre na finalização do evento com a produção cultural do curso com dança, teatro, música e outras linguagens
ATENDIMENTO AO PUBLICO ALVO O corpo docente é atendido a partir da participação efetiva em todas as atividades propostas
BEFICIOS ALCANÇADOS NA PERSPECTIVA DOS ALUNOS Os alunos serão beneficiados com conhecimentos importantes sobre a situação atual da formação de professores diante da crise e a possível criação de alternativas para realização de prática pedagógica

4.10.5 ACOLHIMENTO AOS ROMEIROS DO CÍRIO DE N. S. DE NAZARÉ

PROJETO: ACOLHIDA AOS ROMEIROS
COORDENADOR: NÚCLEO DE APOIO PICOPEDGOGICO
PROFESSORES PARCEIROS: DIREÇÃO ACADEMICA, COORDENADORES DE CURSO E DEMAIS PROFESSORS DA IES.
JUSTIFICATIVA DO PROJETO: <p>A FACULDADE DA AMAZÔNIA, LOGO AO INICIAR SUAS ATIVIDADES VERIFICOU QUE NA FRENTE DE SEU PRÉDIO, BR 316, KM 07, AO CHEGAR A SEMANA DO CÍRIO DE NAZARÉ, ERA MUITO GRANDE O NÚMERO DE PESSOAS QUE PASSAVAM EM CAMINHADA COM DIREÇÃO À BASÍLICA DE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ, EM BELÉM/PA. ERA MUITO FÁCIL NOTAR A EXPRESSÃO DE CANSAÇO NO ROSTO DE CADA PEREGRINO, MAS TAMBÉM A EXPRESSÃO DE PERSISTÊNCIA, HUMILDADE, ORAÇÃO E REFLEXÃO.</p> <p>CONSIDERANDO QUE A FACULDADE DA AMAZÔNIA PROCURA PARTICIPAR ATIVAMENTE DA VIDA SOCIAL DA COMUNIDADE ONDE ESTÁ INSERIDA, E ESTANDO EDIFICADA NA MARGEM DA RODOVIA BR 316, PALCO DA SIGNIFICATIVA EXPRESSÃO RELIGIOSA, NÃO PODERIA FICAR ALHEIA A UMA NECESSIDADE TÃO VISÍVEL, ASSIM É MUITO INTERESSANTE QUE SEJA REALIZADA PELA SEGUNDA VEZ A “ACOLHIDA DOS ROMEIROS DO CÍRIO”.</p>
OBJETIVO DO PROJETO: <ul style="list-style-type: none"> - INSERÇÃO DA INSTITUIÇÃO NA VIDA COMUNITÁRIA DO MUNICÍPIO, COMO REFLEXO DE SUA RESPONSABILIDADE SOCIAL, MINIMIZANDO O SOFRIMENTO DOS ROMEIROS, COM UMA AÇÃO CONCRETA DE SOLIDARIEDADE. - PROPORCIONAR AO CORPO DOCENTE, DISCENTE E DE COLABORADORES DA INSTITUIÇÃO A POSSIBILIDADE DE INSERÇÃO EM TRABALHOS VOLUNTÁRIOS NA FESTIVIDADE DO CÍRIO DE NAZARÉ. - POSSIBILITAR AO CORPO DOCENTE, DISCENTE E DE COLABORADORES DA INSTITUIÇÃO A POSSIBILIDADE DE PARTICIPAR DA VIDA RELIGIOSA DA COMUNIDADE. - OFERECER, PRINCIPALMENTE AOS ALUNOS, UMA LIGAÇÃO COM UMA PARCELA DE EXPRESSÃO CULTURAL DO POVO PARAENSE.
DESCRIÇÃO DA ATUAÇÃO DO PROJETO: METODOLOGIA DE ACOLHIDA:

<p>- ATENDIMENTO AOS ROMEIROS DO CÍRIO DE NAZARÉ, QUE PASSAM NA FRENTE DA FAAM, COM A DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA, PÃO, SOPA, FRUTAS, ETC. E ATENDIMENTO DE PEQUENOS CURATIVOS.</p> <p>ESTRATÉGIAS:</p> <ul style="list-style-type: none"> - COLETA DE DOAÇÕES COM OS ALUNOS, PROFESSORES E PARCEIROS. - REVEZAMENTO DE EQUIPES DE ATENDIMENTO DURANTE 24 HORAS, NOS 3 DIAS QUE ANTECEDEM O CÍRIO (QUINTA, SEXTA E SÁBADO), COM INÍCIO ÀS 14H00 D A QUINTA-FEIRA E TÉRMINO ÀS 12H00 DO SABADO. - DIVULGAÇÃO DO TRABALHO DE ACOLHIDA NAS SALAS DE AULA. <p>VOLUNTÁRIOS: PROFESSORES, ALUNOS E FUNCIONÁRIOS: (SERÃO INSCRITOS DURANTE O MÊS DE SETEMBRO E OUTUBRO ENTRE OS PROFESSORES DA FAAM E DO SISTEMA DE ENSINO AMAZÔNIA); EGRESSOS; MORADORES DO ENTORNO</p> <p>DOAÇÕES:</p> <ul style="list-style-type: none"> - A EMPRESA NOSSA ÁGUA, REPRESENTADA PELO SR.TA. NAIARA. - COLÉGIO SISTEMA DE ENSINO AMAZÔNIA - INSTITUTO EVANDRO CHAGAS - GRUPO SEAMA – SEMENTES DO AMANHÃ - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANANINDEUA - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BENEVIDES - CURSOS PROFISSIONALIZANTES DNA - ARRECADAÇÃO DE DOAÇÕES ENTRE OS ALUNOS (FAAM E COLÉGIO) E PROFESSORES.
<p>ATENDIMENTO AO PÚBLICO ALVO: ACADÊMICOS DA FACULDADE DA AMAZÔNIA E DEMAIS PROFISSIONAIS INTERESSADOS.</p>
<p>BENEFÍCIOS ALCANÇADOS NA PERSPECTIVA DOS ALUNOS: AQUISIÇÃO DE NOVOS CONHECIMENTOS E/OU APRIMORAMENTO DOS CONHECIMENTOS AADQUIRIDOS NA ACADEMIA.</p>

4.10.6 CONGRESSO ACADÊMICO DA FAAM

<p>PROJETO: CONGRESSO ACADEMICO DA FAAM</p>
<p>COORDENADOR: NÚCLEO DE APOIO PICOPEDGOGICO</p>
<p>PROFESSORES PARCEIROS: DIREÇÃO ACADEMICA, COORDENADORES DE CURSO E DEMAIS PROFESSORS DA IES.</p>
<p>JUSTIFICATIVA DO PROJETO: ESTE PROJETO VISA DEMONSTRAR POR MEIO DE PALESTRAS, MINICURSOS, E APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS CIENTIFICOS DENTRO DE DIVERSAS AREAS DO CONHECIMENTO, FOMENTAR O PENSAMENTO CRITICO NOS ALUNOS E DEMAIS PARTICIPANTES, A FIM DE POSSIBILITAR A BUSCA DE COMPETÊNCIAS E HABILIDADES NECESSÁRIAS NA OBTENÇÃO DE MELHORES RESULTADOS PARA A SOCIEDADE.</p>
<p>OBJETIVO DO PROJETO: O OBJETIVO DO CONGRESSO É PROPORCIONAR OPORTUNIDADES PARA QUE PESQUISADORES, PROFISSIONAIS, GESTORES ASSIM COMO OS ACADÊMICOS POSSAM DISCUTIR, TROCAR EXPERIÊNCIAS E OPORTUNIZAR A APLICAÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTIFICO DAS SUAS ÁREAS ESPECIFICAS NA</p>

SOCIEDADE.
DESCRIÇÃO DA ATUAÇÃO DO PROJETO: O CONGRESSO ACADEMICO ACONTECE NO PRIMEIRO SEMESTRE DE CADA ANO, GERALMENTE DURANTE 3 DIAS DE EVENTO, ONDE É CONTEMPLANDO TODOS OS CURSOS QUE A IES POSSUI CONFIGURANDO-SE UM CONGRESSO MULTIPROFISSIONAL. NO PRIMEIRO DIA REALIZA-SE A ABERTURA OFICIAL DO EVENTO COM UMA PALESTRA MAGNA QUE ABRANGE TODOS OS CURSOS, NOS DOIS ULTIMOS DIAS ORGANIZAM-SE DIVERSAS ATIVIDADES ESPECIFICAS PARA CADA AREA DO CONHECIMENTO, COMO POR EXEMPLO, PAINEIS, APRESENTAÇÃO DE ATIVIDADES ACADEMICAS REALIZADAS EM SALA DE AULA, MINICURSOS, PALESTRAS, OFICINAS, COMUNICAÇÃO ORAL ENTRE OUTRAS.
ATENDIMENTO AO PUBLICO ALVO: ACADEMICOS DE ADMINISTRAÇÃO, CIENCIAS CONTÁBEIS, SERVIÇO SOCIAL, EDUCAÇÃO FISICA, ENGENHARIA DA PRODUÇÃO, PSICOLOGIA, DIREITO, ENFERMAGEM, PEDAGOGIA DA FACULDADE DA AMAZONIA E DEMAIS PROFISSIONAIS INTERESSADOS
BEFICIOS ALCANÇADOS NA PERSPECTIVA DOS ALUNOS: AQUISIÇÃO DE NOVOS CONHECIMENTOS E/OU APRIMORAMENTO DOS CONHECIMENTOS AADQUIRIDOS NA ACADEMIA.

4.10.7 PSICOLOGIA NA COMUNIDADE

PROJETO: PSICOLOGIA NA COMUNIDADE
COORDENADOR: ALEXANDRE MEDEIROS
PROFESSORES PARCEIROS: <ul style="list-style-type: none"> ▪ ELIANA VASCONCELOS ▪ IRACILDO CASTRO ▪ MARCELO MOREIRA ▪ PAULA ALBUQUERQUE PAULO PACHECO
JUSTIFICATIVA DO PROJETO: <p>O Projeto “PSICOLOGIA NA COMUNIDADE” é um programa que se destina a oferecer serviços que facilita o acesso da população aos serviços e tratamentos que visam à promoção da saúde mental e da qualidade de vida, fatores fundamentais para elevação da auto-estima e realização pessoal e profissional.</p> <p>Segundo a Organização Mundial de Saúde –OMS – Saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doenças ou enfermidades. Apesar da implantação do Sistema Único de Saúde – SUS e das políticas e ações adotadas realizadas por todas as esferas de governo (federal, estadual e municipal), é público que o acesso aos serviços para promoção da saúde nos moldes definidos pela OMS ainda não atendem satisfatoriamente a população.</p> <p>Porém, ainda que em caráter emergencial, os atendimentos clínicos em medicina corretiva são realizados, o que não ocorre no atendimento das demandas inerentes à promoção da saúde mental, tanto preventiva quanto corretiva. Dessa forma, a implantação de ações e projetos para promoção da saúde mental preventiva, envolve o equilíbrio emocional, os processos cognitivos, a construção da realidade, as formas e qualidade das interações interpessoais e intergrupais, conhecimento e expressão da sexualidade, “estresse”, orientações e aconselhamentos que norteiam o desempenho e o</p>

controle da conduta.

O Programa “**PSICOLOGIA NA COMUNIDADE**” tem por escopo desenvolver ações e oferecer serviços que permitam o acesso das populações carentes ou comunidades aos processos, e serviços/tratamentos para promoção da saúde mental e proporcionar o aprimoramento pessoal e qualidade de vida, fatores determinantes para a consecução do bem-estar psíquico ou psicológico.

OBJETIVO DO PROJETO:

Desenvolver ações junto aos mais diversos tipos de comunidades: Escola, Empresarial, quilombola, indígena, ribeirinha, grupos de ruas, centros de atendimento psicossocial, etc, para promoção da saúde mental, de forma preventiva, e da qualidade de vida, para o desenvolvimento e mudança de atitudes, através da realização de cursos, mini-cursos, palestras, orientações, aconselhamentos, dinâmicas e terapias individual e em grupo, por profissional especializado.

DESCRIÇÃO DA ATUAÇÃO DO PROJETO:

PROJETOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA CONVIVÊNCIA COMUNITÁRIA:

- Grupo de Interação Social e Relacionamento Interpessoal;
- Oficina de sensibilização e convivência em grupo; e
- Grupo operativo para o estudo e administração de conflitos.

PROJETOS PARA O RECONHECIMENTO DE APTIDÕES E HABILIDADES:

- Orientação vocacional e profissional;
- Grupo operativo para desenvolvimento de potencialidades; e
- Oficina de criatividade e atividades lúdicas.
- Grupo para orientação de estudo

PROJETOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDIVIDUAL:

- Grupo operativo “Entendendo à Sexualidade”
- Grupo Relações interpessoais na família;
- Grupo operativo para discussão da hipertensão e do diabetes;
- Grupo operativo sobre drogadicção; e
- Grupo operativo sobre a Terceira Idade.

ATENDIMENTO AO PUBLICO ALVO

SERVIÇOS ESPECIAIS:

– **Terapia individual e em grupo**, desde que haja condições satisfatória para a realização, embora o Conselho Federal de Psicologia não discrimine locais para o atendimento psicológico, a legislação define em que condições ele deve ocorrer. O psicólogo deve garantir em seus atendimentos um ambiente que ofereça condições dignas e apropriadas à natureza dos serviços e o sigilo profissional, conforme artigos 1º alínea "c" e 9º do Código de Ética Profissional.

DESENVOLVIMENTO DOS PROJETOS: Os projetos serão ativados e desenvolvidos segundo a demanda e interesse da população em participar dos grupos e atividades oferecidas.

As atividades serão realizadas em local disponibilizado pela associação de moradores, com duração em média de 90 minutos ou de acordo com a demanda da comunidade a ser atendida

ou em função das questões levantadas.

PALESTRAS GRATUITAS: Serão realizadas palestras gratuitas, mensalmente, com 1 hora de duração, sobre os temas: relação interpessoal, sexualidade, relação pais e filhos, escolha profissional, obesidade, alcoolismo, educação, dentre outros de interesses das comunidades e dentro das datas alusivas ao combate ou enfrentamento de causas.

BENEFÍCIOS ALCANÇADOS NA PERSPECTIVA DOS ALUNOS

Dentre as ações do Projeto “**PSICOLOGIA NA COMUNIDADE**” há desenvolvimento e capacitação por parte dos acadêmicos, como forma de assimilar as ações a serem realizadas, com intuito de contribuir com a formação dos mesmos, divulgar novas pesquisas e estudos no que tange ao enfrentamento das situações e demandas sociais e divulgação dos serviços e ações desenvolvidos pelo Projeto.

Além do mais, dentro das competências e habilidades, conforme determina o PPC do curso, as competências reportam-se a desempenhos e atuações requeridas do formado em Psicologia, e devem garantir ao profissional o domínio básico de conhecimentos psicológicos e a capacidade de utilizá-los em diferentes contextos que demandam a investigação, análise, avaliação, prevenção e atuação em processos psicológicos e psicossociais e na promoção da qualidade de vida.

4.11. NIVELAMENTO ACADÊMICO

A ampla e variada oferta de disciplinas que compõem as matrizes curriculares dos Cursos da Faculdade da Amazônia e as demais exigências demandadas pelos mecanismos de controle e avaliação de aprendizagem dentro dos referidos cursos, operam um saudável nivelamento acadêmico dos alunos, permitindo que sejam preenchidas eventuais lacunas formativas, inclusive as anteriores ao seu ingresso.

Dessa forma a Faculdade da Amazônia, vem desenvolvendo um programa de pré-ambiência da graduação atendendo alunos do ensino médio de escolas públicas e particulares, com ações de orientação profissional, relações interpessoais e estudos básicos da educação superior.

Ainda buscando mecanismos de nivelamento acadêmico, programas que visam à educação sistemática do aluno são oferecidos, através de uma efetiva articulação entre Coordenação de Curso, Núcleo de Apoio Psicopedagógico e Coordenação de Extensão e a Coordenação de Pesquisa, tais como: cursos de informática e idiomas para os acadêmicos, projetos de ensino e extensão, cursos de aperfeiçoamento e atualização, oficinas, palestras, visitas técnicas e iniciação científica.

4.12. ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS

A Faculdade da Amazônia vem criando o Programa de

Acompanhamento de Egressos, vislumbrando em tal estratégia a possibilidade de uma avaliação continuada da instituição, através do desempenho profissional dos graduados.

Desta maneira, tornar-se-á objetivo do programa:

- a. avaliar o desempenho da instituição, através do acompanhamento do desenvolvimento profissional dos antigos alunos;
- b. manter registros atualizados de alunos egressos;
- c. promover intercâmbio entre antigos alunos;
- d. promover a realização de atividades extracurriculares, de cunho técnico-profissional, como complemento à sua formação prática, e que, pela própria natureza do mundo moderno, estão em constante aperfeiçoamento.
- e. divulgar permanentemente a inserção dos alunos formados no mercado de trabalho.
- f. identificar junto às empresas seus critérios de seleção e contratação dando ênfase às capacitações dos profissionais da área buscados pela mesma.
- g. incentivar à leitura de periódicos especializados, disponíveis na biblioteca de apoio ao curso.
- h. incentivar à continuidade de estudos através da divulgação dos programas de Pós-Graduação.

A Faculdade da Amazônia pretende lidar com as dificuldades de seus egressos e colher informações de mercado visando formar profissionais cada vez mais qualificados para o exercício de suas atribuições. Para tanto, disponibilizará em 2010 através de seu site na internet, um formulário de cadastro de antigos alunos, visando colher dados já a partir da suas primeiras turmas de egressos que se dará em junho de 2008. Esses dados coletados serão gerenciados pela Coordenação de Extensão e Assessoria de Comunicação, e encaminhados aos Diretores e Coordenadores para que a política de egressos da Faculdade esteja calcada na possibilidade de potencializar competências e habilidades em prol do desenvolvimento qualitativo de sua oferta educacional.

4.12.1. Projeto de Acompanhamento de Egressos

O Projeto de Acompanhamento de Egressos da Faculdade da Amazônia

foi elaborado da seguinte forma:

PROJETO “FAZENDO A DIFERENÇA” DE ACOMPANHAMENTO AOS EGRESSOS DA FAAM

I - Apresentação do projeto “Fazendo a Diferença”

A Faculdade da Amazônia – FAAM desenvolverá o Programa de Acompanhamento de Egressos com o objetivo de criar um mecanismo de apoio e educação continuada para os graduados por nossa instituição. Os acadêmicos egressos, tradicionalmente, perdem vínculo com a instituição formadora, muitas vezes, permanecendo sem acesso ao intercâmbio com seus antigos professores e especialistas em suas áreas de trabalho.

Embora o vínculo com a instituição aparentemente se encerre com a conclusão do curso de graduação, o egresso estará iniciando uma nova trajetória, cujo sucesso também contribuirá para referendar e consolidar a marca de nossa instituição no mercado. Por essa razão, a Faculdade da Amazônia, em apoio a seus egressos, pretende mantê-los atualizados, checando suas inserções no mercado de trabalho e suas vivências e dificuldades profissionais, contribuindo para auxiliá-los na superação dessas dificuldades.

A nossa intenção é que todos os acadêmicos egressos da Faculdade da Amazônia participem dessa interação, construindo um espaço de desenvolvimento profissional e atualização científica, que poderá ser ampliado em encontros presenciais em nossa instituição, no futuro, consolidando o Projeto de Acompanhamento de Egressos, como um programa de educação continuada, que poderá ocorrer na modalidade “a distância”.

A FAAM possui a visão que a responsabilidade com os seus alunos não termina com a entrega do diploma, e que são necessárias ações afirmativas de acompanhamento da inclusão do ex-aluno no mercado de trabalho e formação continuada dos egressos, a exemplo do que é praticado nas renomadas Instituições de Ensino Superior. É desse acompanhamento que trata o PROJETO “FAZENDO A DIFERENÇA”.

II - Justificativa do projeto “fazendo a diferença”

Iniciamos o novo milênio num contexto de profundas mudanças sócio-econômicas e culturais que problematizam e transformam o mundo do saber e do trabalho. Essas transformações exigem das instituições de ensino, o

delineamento de uma postura criativa para o enfrentamento dos desafios apresentados, em busca de alternativas para acompanhar os avanços tecnológicos e a evolução da comunicação, mantendo atenção constante nas inovações científicas e nos movimentos do mercado, tomando por foco, a formação global do alunado.

As políticas e as ações da Faculdade da Amazônia - FAAM estão vinculadas à idéia da formação de um profissional transformador, cuja ação deverá estar refletida na dinâmica social. A FAAM procura desenvolver um amplo processo de Avaliação Institucional, a fim de impulsionar a autocrítica criativa da instituição para garantir a qualidade da ação no âmbito da instituição e para prestar contas à sociedade da consonância dessa ação com as demandas científicas e sociais da atualidade.

O Projeto se justifica por proporcionar que o vínculo do egresso com a instituição se mantenha, por meio de ações de estímulo e integração, garantindo a continuidade da convivência com o ambiente acadêmico através de espaços de formação continuada e adoção de procedimentos de verificação da inserção desses egressos no mercado, trabalhando em favor da construção de uma rede de intercâmbio com empresas e instituições favoráveis à admissão de profissionais formados pela FAAM.

A manutenção do vínculo com o egresso e o acompanhamento de seu desempenho no mercado de trabalho é fundamental para o processo de avaliação dos cursos e retroalimentação da IES, com o levantamento de informações e demandas, possibilitando a materialização de pautas de interesse da coletividade.

Toda a política de egressos da Faculdade da Amazônia está calcada na possibilidade de potencializar competências e habilidades em prol do desenvolvimento qualitativo de sua oferta educacional.

A Instituição pretende lidar com as dificuldades de seus egressos e colher informações de mercado visando formar profissionais cada vez mais qualificados para o exercício de suas atribuições.

Este projeto visa realizar um acompanhamento com os egressos da FAAM, a fim de montar um banco de dados cadastrais e verificar a inserção desses profissionais no mercado de trabalho, suas repercussões sociais e o seu comprometimento com a profissão.

III – Objetivo geral do projeto “fazendo a diferença”

Realizar acompanhamento dos egressos da Faculdade da Amazônia.

IV – Objetivos específicos do projeto “fazendo a diferença”

- a. Caracterizar o perfil do egresso;
- b. Possibilitar a criação de uma base de dados com informações atualizadas referentes aos egressos;
- c. Promover um relacionamento contínuo entre a Faculdade da Amazônia e seus egressos, servindo como elo de aproximação do grupo;
- d. Acompanhar e discutir a inserção dos egressos no mercado de trabalho;
- e. Levantar e propor medidas voltadas ao aperfeiçoamento, a partir dos indicadores de qualidade obtidos.
- f. Levantar e propor ações direcionadas ao estabelecimento de uma relação mais estreita dos egressos com a Instituição.
- g. Estimular a integração de ex-alunos e alunos por meio da participação em programações acadêmicas da FAAM, convênios de cooperação científica, projetos de responsabilidade social, eventos culturais, artísticos e de lazer;
- h. Mobilizar a participação dos egressos em ações de formação continuada desenvolvidas pela FAAM;
- i. Favorecer o diálogo de egressos e comunidade acadêmica por meio do portal da FAAM na web;
- j. Divulgar aos alunos experiências bem sucedidas de egressos da FAAM, no mercado de trabalho.
- k. Criar uma associação dos egressos da FAAM.

V - Metas do projeto “fazendo a diferença”

Implantação do PROJETO “FAZENDO A DIFERENÇA” de Acompanhamento aos Egressos da FAAM:

- a. Recadastramento de endereços (convencionais e eletrônicos);
- b. Criação de Comunidade de Egressos no site da FAAM;
- c. Aplicação de Pesquisa para levantamento de expectativas e elaboração do perfil do egresso da FAAM;
- d. Aplicação de Pesquisa de satisfação com os alunos da FAAM;
- e. Criação de banco de dados com informações de empresas e mercado de trabalho;

- f. Criação de banco de dados com oferta de educação continuada (*lato sensu* e *stricto sensu*) oferecida pela FAAM e IES públicas, assim como devidas orientações para admissão;
- g. Lançamento e veiculação periódica do informativo on-line da FAAM;
- h. Postagem de *clipping* eletrônico com matérias veiculadas na mídia e em revistas especializadas na área de formação dos egressos;
- i. Preparação do I Encontro de Ex-alunos da FAAM;
- j. Confecção de vídeo institucional com imagens de ex-alunos absorvidos pelo mercado de trabalho, com depoimentos próprios descrevendo suas funções na empresa e o reconhecimento da FAAM na sua formação profissional;
- k. Elaboração de Resolução da Direção Geral concedendo ao ex-aluno a possibilidade de participar como ouvinte em aulas de disciplinas cursadas.

VI – Características do projeto “fazendo a diferença”

O PROJETO “FAZENDO A DIFERENÇA” de Acompanhamento aos Egressos da FAAM agregará a Direção Acadêmica, Coordenação de Extensão, Coordenação dos Cursos, Núcleo de Estágios, Empresa Júnior e Secretaria Acadêmica, personalizado em uma dupla de interlocutores auxiliados por estagiários, responsáveis pela articulação entre os setores, e pela condução das ações programadas.

O envolvimento comprometido dos setores elencados é condição essencial para o compartilhamento de tarefas, definição de atribuições e para o alcance das metas, e deverá basear-se em cronograma de trabalho, decidido em comum acordo com as partes envolvidas.

VII - Avaliação do projeto “fazendo a diferença”

A sistematização das atividades que integram o projeto e as particularidades da atuação de cada setor será relevante para a consolidação do projeto e avaliação das atividades.

O grupo deliberará em conjunto o calendário de reuniões ordinárias e reuniões de avaliação, sob a Coordenação da Diretoria Acadêmica.

4.13. MEIOS DE DIVULGAÇÃO DE TRABALHOS E PRODUÇÃO ACADÊMICA

PROJETO: DEPARTAMENTO DE MARKETING
COORDENADORA: ALINE COUTINHO
<p>PROFESSORES PARCEIROS:</p> <p>Diretora Acadêmica Profa. Roberta Hage, Diretor de Pós-Graduação e Extensão Prof. Antônio Braga, Coordenadora do Núcleo de Estágio Paula Albuquerque Medeiros e Coordenadores dos cursos de graduação: Alexandre Medeiros, Luciana Tupinambá, Lana França, Leonel Mendes, Carmen Silva, Tita Sacramento, Ricardo Pereira, Ricardo Braga, Wilson Ataíde e Julio Correa.</p>
<p>JUSTIFICATIVA DO PROJETO:</p> <p>A busca de novos clientes e parceiros pode ser ou não eficaz de acordo com a maneira como uma empresa se comunica com o seu público-alvo interno e externo. Para uma comunicação mais assertiva, utilizamos as mídias digitais: site faam.com.br e as redes sociais facebook e instagram, para divulgação dos cursos de graduação e pós- graduação, bem como os mais diversos avisos, informativos, comunicados e eventos.</p> <p>Também estamos estruturando o departamento comercial da instituição, com o propósito de fechar parcerias com instituições públicas e privadas dos mais diversos segmentos, com a concessão de descontos nas mensalidades para seus colaboradores, dependentes e associados que desejem investir no seu conhecimento através do ensino superior, além da assinatura do contrato de estágios para os nossos alunos de graduação.</p>
<p>OBJETIVO DO PROJETO:</p> <p>Divulgar de forma direta, eficiente e assertiva a Faculdade da Amazônia na região metropolitana de Belém e municípios próximos, tendo como principais diferenciais os cursos 100% presenciais, a excelente localização geográfica e o compromisso da qualidade do ensino superior.</p>
<p>DESCRIÇÃO DA ATUAÇÃO DO PROJETO:</p> <p>Os layouts das peças são criados pelo departamento de marketing juntamente com o estagiário de design de acordo com a necessidade de divulgação das informações da faculdade no site e nas redes sociais.</p> <p>Para os fechamentos dos contratos de parceria, as visitas às instituições públicas e privadas são previamente agendadas, e os contratos e convênios de estágios são apresentados aos gestores para que sejam analisados e assinados. Após o fechamento da parceria, trabalhamos a divulgação da FAAM dentro destas instituições, com palestras educativas, informativas e agendamentos dos vestibulares a todos os interessados em cursar uma graduação, concedendo descontos de 20% nas mensalidades.</p> <p>Atuamos também com ações próprias com panfletagem para divulgação da FAAM ou em parceria na divulgação de eventos de conscientização e utilidade pública, tais como Janeiro Branco com a valorização da saúde mental e emocional, Setembro Amarelo de prevenção ao suicídio, Outubro Rosa prevenção ao câncer de mama, Novembro Azul prevenção ao câncer de próstata, Dezembro Vermelho prevenção à AIDS, etc.</p>

ATENDIMENTO AO PÚBLICO ALVO

A comunicação direta com o público através do corpo a corpo nas ações, dos anúncios no site e nas redes sociais tem um impacto positivo, pois possibilita ao público e à Instituição uma interação automática para divulgação das informações imediatas como os valores dos cursos, por exemplo. Para informações mais detalhadas e recebimento de documentação, entramos em contato através do telefone convencional, whatsapp e atendimento presencial.

BENEFÍCIOS ALCANÇADOS NA PERSPECTIVA DOS ALUNOS

Com a estruturação do departamento comercial ampliaremos as parcerias com as instituições públicas e privadas e passaremos a dar suporte ao Núcleo de Estágios e Empregos da faculdade, beneficiando todos os alunos que precisem de estágios obrigatórios e não obrigatórios. Além disso, essas empresas que estiverem satisfeitas com o trabalho desenvolvido com os estagiários da FAAM, poderão contratá-los aproveitando a mão-de-obra qualificada.

4.14. BOLSAS DE ESTUDO

A Faculdade da Amazônia instituiu uma maneira de valorizar o aprendizado, recompensando através de bolsas de estudos aos discentes que obtiverem um excelente desempenho durante o semestre letivo: **Prêmio de Excelência Educacional**. O prêmio principal será outorgado ao melhor aluno da Faculdade, em cada Curso ou Habilitação e, se constitui um subsídio parcial, ou seja, equivalente a 70% do valor das mensalidades no semestre seguinte; para o segundo lugar haverá um prêmio de 50% de subsídio; para o terceiro lugar haverá um prêmio de 40% de subsídio; para o quarto lugar um prêmio de 30% de subsídio e para o quinto lugar um prêmio 20% de subsídio.

5. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

O Projeto de Auto-Avaliação Institucional da Faculdade da Amazônia foi elaborado no âmbito da metodologia que evidencia a relevância dos processos participativos, reunindo gestores dos diferentes cursos e dos diversos setores. A dinâmica que envolveu efetivamente os membros da comunidade acadêmica, responsáveis pelas dez dimensões da avaliação institucional, teve o mérito de viabilizar – através de um trabalho matricial – a construção do Projeto e dos Relatórios, implantando a cultura de construção participativa para a criação deste PDI.

Com o objetivo de desenvolver uma “cultura da Auto-Avaliação”,

sensibilizando a comunidade acadêmica – corpo técnico-administrativo, professores, alunos e comunidade externa – da necessidade de autocrítica e revisão das ações projetadas e integrando-a aos processos de planejamento, decisão e projeção de ações futuras da Faculdade da Amazônia, foi implementada o Programa de Auto-Avaliação Institucional que, naturalmente, trouxe em seu bojo a avaliação desta IES em todas as suas habilitações de maneira ética, coletiva, participante e livre de ameaças, bem como em consonância com as diretrizes dos projetos pedagógicos dos cursos.

O diagnóstico dos cursos, visando identificar problemas e necessidades de possíveis mudanças e inovações exigidas pelo mercado de trabalho, contou com a participação de discentes, docentes, corpo técnico-administrativo e comunidade.

A auto-avaliação será viabilizada através da constituição da Comissão Própria de Avaliação - CPA em acordo com a Lei de SINAES nº LEI Nº 10.861, DE 14 DE ABRIL DE 2004.

6. PERSPECTIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA FAAM 2019 a 2023:

A Faculdade da Amazônia no período de 2019 a 2023 trabalhará a autorização dos Cursos de Bacharelado em Engenharia Ambiental e Biomedicina, Nutrição além da retomada dos cursos de Letras e História com a ampliação dos serviços de EAD em todos os cursos, conforme cronograma de implantação dos cursos para 2019 a 2023.

ATIVIDADE / PROGRAMA / AÇÃO	ANO				
	2019	2020	2021	2022	2023
Atualização do PDI	X				
Instalação do Curso de Engenharia civil presencial			X		
Instalação do Curso de Fisioterapia presencial		X			
Instalação do Curso de Arquitetura e urbanismo presencial			X		
Implementação dos cursos EAD: Pedagogia, Administração, Serviço Social, Ciências contábeis, Formação de professores de ed. Física	X	X	X	X	X
Aquisição de material de expediente, didático e outros de consumo	X	X	X	X	X
Reposição de equipamentos e peças dos laboratórios e serviços	X	X	X	X	X
Implementação do Núcleo de Prática Jurídica			X	X	X
Ampliação da Empresa Júnior	X	X	X	X	X
Implantação da central de Estágio	X	X	X	X	X
Avaliação Institucional	X	X	X	X	X
Reconhecimento dos Cursos autorizados				X	X
Recredenciamento da FAAM					X

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Rhoberta Santana de. **Expansão do Ensino Superior e desenvolvimentismo: Limites e contradições sob a hegemonia do capital.** *Educação e Fronteiras On-Line*, Dourados/MS, v.6, n.16 p.93-105, jan./abr. 2016. Disponível em <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/viewFile/5713/2917>. Acesso em 08 jan 2019.
- DEMO, Pedro. **Formação de professores básicos.** Em Aberto, Brasília, ano 12, nº 54, abr./jun. 1992.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- LEITE, Denise. Conhecimento social na sala de aula universitária e a auto formação docente. In: MOROSINI, Marília Costa.(org). **Professor do ensino superior: identidade, docência e formação.** 2. ed. Brasília: Plano, 2001.
- MASETTO, Marcos Tarciso (Org). **Docência na Universidade.** São Paulo: Papirus, 11 Ed., 1998.
- MORÉS, Andréia. **Educação superior e processos de ensino e aprendizagem em EaD: os casos UCS e UFRGS** *Conjectura: Filos. Educ.*, Caxias do Sul, v. 18, n. 1, p. 72-86, jan./abr. 2013. Disponível em ucs.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article. Acesso em 08 jan 2019.
- ROSA, M. **Psicologia Evolutiva.** 4º ed. Volume II. *Psicologia da Infância.* Petrópolis: Vozes, 1986.
- SEDUC. **Plano Estadual de Educação.** Belém/Pa: Conselho Estadual de Educação, 2015.
- SEMESP. **Mapa do Ensino Superior no Brasil.** SEMESP: 2015. Disponível em <http://www.semesp.org.br/pesquisas/mapa-do-ensino-superior-2015>. Acesso em 09 jan 2019.

APÊNDICES

APÊNDICE A: PROGRAMA DE FORMAÇÃO DOCENTE - ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DA SALA DE AULA E DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO BÁSICA E SUPERIOR (2017-2018)

1. APRESENTAÇÃO:

A Faculdade da Amazônia vem trabalhando à construção de uma política interna de qualificação em trabalho no Ensino Superior. Tal política visa a busca de um horizonte para a construção de uma identidade institucional e pedagógica, de uma política que possa servir de aporte para o graduação facilitada pela Faculdade da Amazônia.

A partir das contribuições vindas dos encontros pedagógicos realizados anteriormente e que ocorreram em torno dos debates e constatações da necessidade formação do seu corpo docente é que foi construída a presente proposta de política, considerando o que se pretende é formar para assumir novas posturas e atitudes no âmbito da gestão e aperfeiçoamento pessoal e profissional no ensino superior e isso para a Instituição, é que representa política.

2. JUSTIFICATIVA:

Para o Ensino Superior praticado na FAAM, construiu-se a presente proposta de política a partir de uma concepção baseada no princípio da integração entre ciência, trabalho e cultura, na integração de saberes, para a formação do cidadão para o saber acadêmico e técnico-prático indissociadamente, por considerar que teoria e prática não se desvinculam, e que o conhecimento precisa ser em totalidade e não de forma fragmentada, baseando-se ainda no princípio educativo do trabalho enquanto atividade humana e fim da formação no referido nível de ensino.

Desta forma é imprescindível que a FAAM garantisse um programa de formação que propiciasse aos professores, técnicos e gestores o empoderamento sobre os princípios que regem o Ensino Integrado, seus limites e possibilidades enquanto concepção e ou forma de organização.

3. OBJETIVO:

Neste sentido, a Faculdade da Amazônia elaborou um programa de formação com vistas à oferta de capacitação em nível complementação pedagógica de maneira a formar os trabalhadores da educação da faculdade na perspectiva do Ensino Superior Integrado.

4. PÚBLICO-ALVO:

Professores, técnicos e gestores efetivos pertencentes à Faculdade da Amazônia.

5. INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL PELA CERTIFICAÇÃO:

FACULDADE DA AMAZÔNIA – Autorizada pela Port. Min. nº _____ SESU/MEC de ____/____/____

6. DIRETRIZES PARA INGRESSO NO PROGRAMA DE FORMAÇÃO FAAM

6.1. Natureza da Formação: Complementação pedagógica

Serão ofertados módulos em diversas temáticas pedagógicas da educação superior sob a perspectiva do Ensino Integrado, com carga horária de 45 horas presenciais que ocorrerão na forma dos encontros pedagógicos e 55 horas de atividades à distância divididas em 09 módulos, perfazendo uma carga horária total de 100 horas que se desenvolverão de Março de à Dezembro de 2011. Os cursos estão agrupados em três eixos norteadores:

- **Currículo;**
- **Gestão pedagógica;**
- **Planejamento.**

ESTRUTURA CURRÍCULAR

EIXO	MÓDULO	TEMA	CH PRES	CH AD	CRONOGRAMA
CURRÍCULO	01	REVISÃO PEDAGÓGICA A CERCA DA PRÁTICA: PED's na perspectiva das habilidades e competências	05	35	26/03
	02	O TRABALHO DOCENTE E FORMAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO ENSINO SUPERIOR	05	35	30/04
	03	TRABALHO E EDUCAÇÃO	05	35	28/05
	04	EDUCAÇÃO DE ADULTOS	05	35	25/06
GESTÃO PEDAGÓGICA	05	O ATO DE ESTUDAR E ESCREVER BEM	05	35	27/08
	06	O PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM	05	35	24/09
	07	PRÁTICA PEDAGÓGICA	05	35	29/10
PLANEJAMENTO	08	PLANEJAMENTO	05	35	26/11
	09	AVALIAÇÃO	05	35	17/12
TOTAL DA CARGA HORÁRIA PRESENCIAL E AD			45	270	45 Horas de Atividade Acadêmica Complementar
CH TOTAL DO CURSO			360 H		

6.2 CRITÉRIOS DE CERTIFICAÇÃO

- 1- Estar efetivo no exercício do cargo (professor, técnico em educação ou gestor);
- 2- O trabalho acadêmico complementar deve corresponder ao perfil indicado para o curso (buscar aproximação ao seu objeto de trabalho/área de atuação);
- 3- Apresentar acordo de co-responsabilidade da chefia imediata em se tratando de ausência nos módulos se for o caso;
- 4 – O percentual de faltas permitido à certificação será de 25%;
- 4- Garantia de continuidade da rotina escolar;
- 5- Estar lotado com carga horária mínima de 40hs.

7. OS MÓDULOS E SUAS EMENTAS

Revisão pedagógica a cerca da prática: PED's na perspectiva das habilidades e competências	Atividade de cunho analítico – interpretativo sobre o planos de ensino, relacionando com a concepção de habilidades e competências no desenvolvimento curricular da Educação Superior.
Filosofia da Educação	Estudar as razões da abordagem da filosofia da educação no contexto do Ensino Superior na perspectiva da superação do senso comum que caracteriza a filosofia como um campo de saber na educação superior.
Trabalho e Educação	Abordagem histórica da formação para o trabalho nos diversos períodos da história geral e do Brasil; Relação do contexto histórico com o momento atual das exigencia de desenvolvimento da formação do trabalhador a partir da educação superior; O trabalho como princípio educativo.
Educação de Adultos	Abordagem histórica da Educação de Jovens e adultos na Educação Básica e Superior; A androgogia como compreensão dos processos de aprendizagem de jovens e adultos;
O ato de estudar e escrever bem	O ato de estudar no ensino superior, A leitura acadêmica; Ensinar a ler quem já sabe ler; Escrever no ensino superior;
O Processo Ensino-Aprendizagem	Estudo dos processos comportamentais e cognitivos da aprendizagem humana; Aprendizagem como mobilização de recursos à solução de problemas no mundo do trabalho;
Prática Pedagógica	Discussão do papel da docência na perspectiva do professor reflexivo no Ensino Superior; O entrelaçamento de ensino pesquisa e extensão no contexto da fazer docente no Ensino Superior; A reflexão crítica da prática no contexto das metodologias interdisciplinares no ensino superior
Planejamento	O planejamento e a organização do trabalho didático institucional; Projeto pedagógico institucional: do político ao pedagógico e as formas de elaboração
Avaliação	As interfaces entre educação e avaliação; avaliação no contexto das competências e habilidades; Avaliação Institucional: Internas e Externas

8 RESULTADOS ESPERADOS

Com o desenvolvimento do Programa de Formação Docente Continuado no Ensino Superior implementado pela Faculdade da Amazônia, espera-se:

- Organização da prática pedagógica institucional a partir da revisão da gestão do processo de ensino aprendizagem no Ensino Superior;
- Ampliar o dinamismo curricular e sua relação com a profissionalização docente, mediado pela prática pedagógica dos docentes;

- Repercussão a longo prazo na aprendizagem dos alunos, inicialmente no desempenho dos alunos no contexto das disciplinas/ cursos e posteriormente nas avaliações institucionais externas.

APÊNDICE B: APERFEIÇOAMENTO DOCENTE DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO – DESENVOLVIMENTO CURRICULAR E AVALIATIVO

APRESENTAÇÃO

O Desenvolvimento Curricular e avaliativo é um processo dinâmico e contínuo, desenvolvido em diferentes fases e níveis, e que tem como pilares o sujeito em seu contexto e completude dos seus direitos; os procedimentos próprios, a gestão democrática e a luta histórica por uma Educação Superior com qualidade social.

O currículo, por sua vez, objeto de intensos debates, não se esgota em si mesmo, e requer a participação ativa dos artífices dos processos de ensino e aprendizagem. Exigindo, por sua vez, muita atenção aos contextos práticos e concepções capazes de proverem as mais diversas transformações na produção e socialização da produção do conhecimento.

Desse modo, deve-se considerar, em atitude sempre problematizadora os materiais, técnicas e/ou tecnologias de aprendizagem, os possíveis modelos de gestão, organização e estruturas pedagógicas. A Faculdade da Amazônia, na atualidade, está em processo de construção coletiva e diálogo que promovam relações, produzam saberes, conhecimento e cultura, em vista de socializar, recriar e ressignificar a educação superior no município de Ananindeua e Região Metropolitana de Belém.

Dessa forma, o aperfeiçoamento docente dos cursos de graduação – desenvolvimento curricular, acontecerá durante o semestre 2018.2, cujo o objetivo é promover o aperfeiçoamento dos docente através do desenvolvimento curricular dos cursos da FAAM na perspectiva metodológica, técnica e de gestão pedagógica dos referidos cursos a fim de produzir resultados:

- a) Aperfeiçoar os PPC's;
- b) Melhorar a qualidade das atividades curriculares;
- c) Aperfeiçoar os estilos de testes avaliativos;
- d) Experimentar o sistemas de avaliação da aprendizagem;

1ª NPC

6,0 – PROVA

2,0 – SIMULADO

2,0 – ATIVIDADES CURRICULARES

2ª NPC

6,0 – PROVA

2,0 – ATIVIDADES CURRICULARES

2,0 - ATIVIDADES CURRICULARES

- e) Integrar professores e cursos em torno de ações interdisciplinares;
- f) Avaliar a formação dos professores em um amplo processo de verificação das dimensões: **gestão** (PPC's, qualidade das atividades curriculares) **avaliação da**

aprendizagem (estilos de provas, sistema de avaliação) **integração dos cursos** (ações e projetos dos docentes).

METODOLOGIA

A metodologia para o desenvolvimento do aperfeiçoamento docente 2018.2 deverá acontecer através de dois momentos significativos a saber:

- Atividades de planejamento junto aos cursos de graduação, com a divulgação das diretrizes para o planejamento docente 2018.2;
- Atividades sistemáticas durante os encontros pedagógicos do semestre;
- Culminância em dezembro com **defesas dos resultados alcançados**;
- Realização das seguintes atividades:** 02 oficinas: 0h/ 01 curso – 20h/ Produto final – 10h;
- Proposições de produto final:** Artigos, visitas técnicas, práticas profissionais, análises estatísticas de desempenho docente, seminários, exposições que poderão ser executadas de forma individual, duplas ou grupos de 04 professores/ disciplinas.
- Certificação:** Participação; Apresentação do produto

CRONOGRAMA

ATIVIDADES	MESES E DATAS				
	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
Retorno às atividades Divulgação das diretrizes do planejamento 2018.2	01/08/2018 01 a 03/08/2018				
Entrega dos planejamentos	13/08/2018				
Retorno da análise dos planejamentos	27/08/2018				
2º encontro pedagógico		15/09 Oficina 01: avaliação			
3º encontro pedagógico			20/10 Oficina 02: estilos de avaliação		
4º encontro pedagógico				17/11 Minicurso	
5º encontro pedagógico					17/12 – Apresentações dos produtos 21/12 – reunião pedagógica

APÊNDICE C: PROJETOS DE APOIO PEDAGÓGICO AO DISCENTE

Enfermagem:

PROJETO: INSTALAÇÃO DE CLÍNICA ESCOLA
COORDENADOR: MARIA TITA PORTAL SACRAMENTO
PROFESSORES PARCEIROS: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANANINDEUA. GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
JUSTIFICATIVA DO PROJETO: A Clínica Escola é um projeto de extensão, idealizado pela Faculdade da Amazônia atender aos acadêmicos da área da saúde, com prática de atividades educativas, sociais e clínicas. Realizar o atendimento gratuito à comunidade. Os serviços prestados são realizados pelos cursos de Enfermagem, Psicologia e Serviço Social. O atendimento será realizado por estagiários, que são devidamente supervisionados por profissionais qualificados. O espaço oferece aos estudantes, a possibilidade de exercerem o conhecimento adquirido em sala de aula, assim como permite que a instituição ofereça um serviço comunitário, atendendo então a duas demandas, acadêmica e social.
OBJETIVO DO PROJETO: A Clínica Escola tem como objetivo estimular a prática acadêmica, bem como oferecer um serviço de qualidade a comunidade, prestado por coordenados e profissionais da instituição sem fins lucrativos.
DESCRIÇÃO DA ATUAÇÃO DO PROJETO: A Clínica Escola irá desenvolver assistência nos níveis de promoção, prevenção e reabilitação, atendendo a necessidade da comunidade. -Assistência à saúde da mulher. -Assistência à saúde da criança. - Assistência à saúde do homem. - Assistência a saúde do idoso.
ATENDIMENTO AO PÚBLICO ALVO Estagiários da Faculdade da Amazônia
BENEFÍCIOS ALCANÇADOS NA PERSPECTIVA DOS ALUNOS Desenvolvimento das habilidades no atendimento à saúde da comunidade.

Psicologia:

PROJETO: CLÍNICA ESCOLA
COORDENADOR: ALEXANDRE MEDEIROS
PROFESSORES PARCEIROS: <ul style="list-style-type: none"> ▪ PAULA ALBUQUERQUE ▪ PAULO PACHECO
A criação de uma Clínica Escola do Curso de Psicologia é tarefa que se impõe no momento ao PPC do Curso de Psicologia. Comprometido com a implantação do novo currículo do curso, o PPC deve ocupar-se em criar e sustentar as condições que assegurem a efetiva execução do projeto do Curso de Psicologia. A Clínica Escola do curso de psicologia deve ter como um lugar privilegiado para o

desenvolvimento das atividades de formação de psicólogos, numa articulação essencial do ensino com a pesquisa e a extensão. Entende-se a Clínica Escola do Curso de Psicologia como um espaço onde se desenvolvem, em última instância, atividades de ensino. Um ensino verbal e não verbal, formal e não formal, com conhecimento complexo, portanto, com amplo domínio dos processos cognitivos por parte dos acadêmicos que necessitam desenvolver a escuta mais aguçada e a percepção apurada. A aprendizagem que na Clínica Escola do Curso de Psicologia deve promover passa pela experiência vivida diretamente pelo aluno, envolve sua pessoa inteira e, portanto, está voltada tanto para objetivos cognitivos como para formação de atitudes e valores, para o desenvolvimento da ética profissional, do compromisso social do psicólogo.

Desse modelo decorre que, ao lado do objetivo de ensino-aprendizagem tal como já o definimos acima, a Clínica Escola do Curso de Psicologia constitui também uma situação onde a Faculdade possa realizar ainda suas funções de extensão e pesquisa. A extensão é entendida aqui como prestação de serviços, expressando o movimento da IES não só de estar à disposição da comunidade, mas de manter efetiva convivência com a mesma. É por isto que a Clínica Escola deverá abrigar não só projetos de atendimento dentro da instituição, mas também, projetos executados externamente, junto a grupos ou instituições que demandem ou necessitem de uma intervenção.

OBJETIVO DO PROJETO:

- Oferecer condições para a realização dos estágios das disciplinas Estágio Supervisionado.
- Prestar serviços à comunidade, especialmente à população mais carente, em suas demandas relativas ao trabalho profissional do psicólogo.
- Produzir conhecimentos a partir de uma prática, cumprindo uma função da Faculdade.
- Realimentar o currículo
- do Curso de Psicologia com informações provenientes da prática desenvolvida, mantendo-o assim atualizado.

DESCRIÇÃO DA ATUAÇÃO DO PROJETO:

- Os estágios da área de formação clínica serão coordenados pela coordenação de estágio da Clínica Escola do curso de Psicologia.
- A clínica escola do curso de Psicologia deverá funcionar em lugar estratégico ao desenvolvimento de suas atividades.
- A Clínica escola funcionará de 08:00 às 18h00 horas, e aos sábados de 08:00 às 12:00, só interrompendo suas atividades por ocasião das férias coletivas da IES.
- O coordenador da Clínica escola deverá solicitar dos professores supervisores, ao final de cada semestre, os projetos de estágio para o semestre seguinte.
- Os serviços deverão ser divulgados junto à população, levando em consideração as especificidades das propostas de atendimento.
- Os projetos de trabalho da Clínica Escola deverão ser apresentados aos alunos do turno da tarde e noite no início de cada semestre pelos professores supervisores. Cada supervisor terá uma quantidade limite de vagas, dentro de cada abordagem a ser ofertada, e a partir daí inscrevendo-se diretamente com a coordenação da clínica escola, obedecendo o período de matrícula no calendário acadêmico.
- O aluno, ao final de período de estágio na clínica escola, produzirá, junto com seu

supervisor, um artigo sobre o caso atendido.

- Cada professor fará a supervisão junto aos acadêmicos sobre os casos atendidos.
- Os professores supervisores deverão encaminhar ao Coordenador da Clínica Escola os relatórios dos alunos devidamente preenchidos e assinados.

▪ **ATENDIMENTO AO PUBLICO ALVO**

- A recepção e encaminhamento dos clientes será realizada pelos monitores da Clínica Escola e estagiários indicados pelos professores supervisores.
- Os professores supervisores deverão acompanhar as atividades dos estagiários matriculados no semestre vigente.
- Quanto aos critérios de encaminhamento dos clientes para atendimento, dar-se-á prioridade à procedência de data de inscrição, comunidade em geral externa, e também funcionários da IES e seus dependentes.
- em casos de continuidade de atendimento com mudança de estagiário o cliente solicitar uma nova vaga, obedecendo o período de inscrição no semestre.
- É de responsabilidade da clínica escola manter em sigilo as fichas de inscrições dos clientes, por questão de ética profissional.
- O acesso às fichas de inscrição será permitido ao aluno somente na presença dos monitores da Clínica.
- É da competência dos monitores da Clínica escola a marcação de horário para uso das salas de atendimento. Os estagiários, munidos de autorização de seus respectivos supervisores, farão a reserva da sala previamente, comprometendo-se também a suspender esta reserva tão logo não estejam utilizando a sala, liberando-a para outros atendimentos.
- O número de horas de utilização das salas de atendimento pelo estagiário estará na dependência do número de salas disponíveis e do número de alunos inscritos nos Projetos da Clínica Escola.
- Haverá uma tabela, com valor social ofertado a comunidade em geral, sendo considerado a renda *per capita* da família.
- O cliente efetuará o pagamento à secretaria da Clínica escola por sessão realizada.
- Caso o cliente justifique, com prazo de até 24h o cancelamento da sessão, poderá ainda fazer a sua remarcação. Porém, se tiver duas faltas consecutivas, sem aviso prévio, o cliente será desligado do programa da clínica escola.

BENEFICIOS ALCANÇADOS NA PERSPECTIVA DOS ALUNOS

- Além do mais, dentro das competências e habilidades, conforme determina o PPC do curso, as competências reportam-se a desempenhos e atuações requeridas do formado em Psicologia, e devem garantir ao profissional o domínio básico de conhecimentos psicológicos e a capacidade de utilizá-los em diferentes contextos que demandam a investigação, análise, avaliação, prevenção e atuação em processos psicológicos e psicossociais e na promoção da qualidade de vida.
- Desenvolver o aprimoramento da escuta, colocar em prática a teoria adquirida em sala de aula. Conhecer as práticas de um setting terapêutico, desenvolvimento e habilidade no *rapport*, fazer uma boa anamnese, transcrever os casos atendidos, saber a evolução de um prontuário.
- Reconhecimento da diversidade de perspectivas necessárias para compreensão do ser humano e incentivo à interlocução com campos de conhecimento que permitam a apreensão da complexidade e multideterminação do fenômeno psicológico;

- Respeito à ética nas relações com clientes e usuários, com colegas, com o público e na produção e divulgação de pesquisas, trabalhos e informações da área da Psicologia;
- Identificar e analisar necessidades de natureza psicológica, diagnosticar, elaborar projetos, planejar e agir de forma coerente com referenciais teóricos e características da população-alvo;

Psicologia:

PROJETO: SETEMBRO AMARELO

COORDENADOR: ALEXANDRE MEDEIROS

PROFESSORES PARCEIROS:

- ELIANA VASCONCELOS
- IRACILDO CASTRO
- MARCELO MOREIRA
- PAULA ALBUQUERQUE PAULO PACHECO

A cada 40 segundos, alguém no mundo interrompe a própria vida. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), o número de óbitos autoprovocados é significativamente maior que aqueles causados por homicídio: 800 mil por ano, contra 470 mil. São mortes prematuras que poderiam ser evitadas porque é possível preveni-las e não faltam ferramentas para isso. Contudo, as taxas continuam avançando, especialmente em países pobres e em desenvolvimento. Para especialistas, esse fenômeno complexo, que exige abordagens em múltiplas frentes, só poderá ser efetivamente enfrentado quando se derrubar o preconceito contra doenças mentais. (https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/ciencia-e-saude/2018/06/24/interna_ciencia_saude,690529/suicidio-e-responsavel-por-800-mil-mortes-anuais-e-avanca-pelos-paises.shtml)

Diante disso durante o mês de setembro a FAAM estará realizando com o Projeto “**setembro Amarelo**”. Promovido pela Organização Mundial de Saúde, o projeto tem como objetivo conscientizar a sociedade para a Valorização da Vida e Prevenção ao Suicídio. Um fator considerável é o suicídio, que deve ser encarado como um problema de saúde pública. A prática que acaba com vidas e destrói famílias tem que ser prevenida e evitada de forma contundente.

Foi pensando em uma forma de prevenir possíveis distúrbios psicológicos e valorizar a vida que nasceu o “**Setembro Amarelo**”. Essa ação será de extrema importância, pois houve um aumento no número de suicídios tentados e suicídios consumados nessa área no Brasil e no mundo.

OBJETIVO DO PROJETO:

Desenvolver ações junto aos mais diversos tipos de comunidades: Escola, Empresarial, quilombola, indígena, ribeirinha, grupos de ruas centros de atendimento para promoção da saúde mental, de forma preventiva, e da qualidade de vida, para o desenvolvimento e mudança de atitudes, através da realização de cursos, mini-cursos, palestras, orientações, aconselhamentos, dinâmicas e terapias individual e em grupo, por profissional especializado

DESCRIÇÃO DA ATUAÇÃO DO PROJETO:

PROJETOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDIVIDUAL:

Será realizada palestras sobre o tema em questão, e diversas ações para demonstrar a importância dessa campanha e ressaltar que o projeto visa chamar a atenção para a importância e cuidados relativos à busca de bem-estar biopsicossocial, de forma a considerar saudável não

somente um objetivo principal e sim a caminhada e o autoconhecimento do ser humano.

- **Ação 1:** Entrega dos fitilhos sobre o dia com ações expositiva sobre o dia para conhecimento dos acadêmicos da FAAM e fala geral sobre o suicídio e a importância da conscientização. [Presença das turmas na ação].
- **Ação 2:** Ação de prevenção e conscientização sobre o suicídio em colégio da Rede Estadual, Municipal ou particular e falaremos também sobre automutilação e bullying. [Serão convidados os alunos que tiverem disponibilidade para estar no horário e dia a combinar. Os participantes receberão certificação pela ação].
- **Ação 3:** Ação Pública, com início às 08h00, para conscientização da população sobre o combate ao suicídio e mostrar a importância de cultivar hábitos saudáveis no processo de ajuda e entregar panfleto em como identificar e ajudar. Dentro da programação estão presentes os cursos de Educação Física, Enfermagem e Serviço Social, que desenvolverão ações de acordo com cada curso.
- **Ação 4:** Palestra com o tema voltado ao **Suicídio** por professores com conhecimento sobre o assunto com os professores e profissionais capacitados. Haverá certificação para os participantes e o local será definido de acordo com a necessidade.

ATENDIMENTO AO PÚBLICO ALVO

Serão feitas orientações e atendimento ao público participante, dentro da data alusiva ao combate e enfrentamento do suicídio e os fatores adjacentes que permeiam e corroboram direta e indiretamente ao quadro.

BENEFÍCIOS ALCANÇADOS NA PERSPECTIVA DOS ALUNOS

Dentre as ações do Projeto “**SETEMBRO AMARELO**” há desenvolvimento e capacitação por parte dos acadêmicos, como forma de assimilar as ações a serem realizadas, com intuito de contribuir com a formação dos mesmos, divulgar novas pesquisas e estudos no que tange ao enfrentamento das situações e demandas sociais e divulgação dos serviços e ações desenvolvidos pelo Projeto.

Além do mais, dentro das competências e habilidades, conforme determina o PPC do curso, as competências reportam-se a desempenhos e atuações requeridas do formado em Psicologia, e devem garantir ao profissional o domínio básico de conhecimentos psicológicos e a capacidade de utilizá-los em diferentes contextos que demandam a investigação, análise, avaliação, prevenção e atuação em processos psicológicos e psicossociais e na promoção da qualidade de vida.

Educação Física:

PROJETO: Viver, Educar e Aprender a Educação Física

COORDENADOR: Lana Peres de França

PROFESSORES PARCEIROS: Josiléia Lira, Danielle Cardoso, Jair Aquino, Fábio França, Márcia Tupinambá, Thiago Cruz, Paulo Pacheco, Julio Correa.

JUSTIFICATIVA DO PROJETO:

Um dos caminhos que uma Instituição de Ensino Superior deve seguir é a aproximação com a sociedade, dado seu caráter fundamental que é a Formação Profissional que deve ser permeada

pelo Ensino, Pesquisa e Extensão. Parte-se ainda do pressuposto, contido no Objetivo Geral do PPC do Curso de Educação Física da FAAM “Formar educadores qualificados para atuação docente no ensino da Educação Física Escolar, capazes de intervir na realidade social com os saberes técnicos e científicos alcançados na universidade, compreendendo seu papel social de educador na busca dos direitos e deveres de um cidadão, tendo sua atuação mediada pelo objeto –práticas corporais, esportivas e de lazer.” E levando-se em consideração a missão Institucional da FAAM, torna-se evidente a necessidade de criar espaços de aproximação/divulgação junto à comunidade do Curso de Licenciatura em Educação Física da FAAM. Ressalta-se que a "Escola" é um espaço ímpar para essa aproximação, uma vez que ela é "o espaço no qual se deve favorecer, a todos os cidadãos, o acesso ao conhecimento e o desenvolvimento de competências, ou seja, a possibilidade de apreensão do conhecimento historicamente produzido pela humanidade e de sua utilização no exercício efetivo da cidadania" (BRASIL; 2004 , p. 7). Entretanto, ao considerarmos que a educação não ocorre apenas no espaço institucional denominado Escola, acreditamos que é papel do professor aproximar-se do educando não só nos espaços institucionais quanto naqueles espaços não institucionalizados, ampliando dessa forma o campo de aprendizagem do acadêmico da FAAM.

OBJETIVO DO PROJETO:

Proporcionar aos acadêmicos do Curso de Educação Física, experiências relacionadas a prática pedagógica, buscando integrar os conhecimentos, conceitos e teorias com a vivência junto a comunidade.

DESCRIÇÃO DA ATUAÇÃO DO PROJETO:

O projeto engloba ações das disciplinas do semestre agrupadas em três Eixos Temáticos: 1- PRÁTICAS CORPORAIS; 2- FUNDAMENTAÇÕES TEÓRICAS NA EDUCAÇÃO FÍSICA; 3- EDUCAÇÃO FÍSICA E A ÁREA DA SAÚDE”

As atividades são planejadas ao longo do semestre letivo de forma que sejam ofertadas atividades práticas, registros midiáticos, coleta de dados, apresentação de relatórios e estratégias inovadoras de ensino.

O local de aplicação é definido a cada semestre a fim de valorizar a demanda da comunidade acadêmica e dessa forma não saturar uma única comunidade. Dessa forma já foram atendidas diversas categorias da sociedade, entre elas crianças, jovens, adultos, idosos, crianças em situação de risco, etc.

ATENDIMENTO AO PÚBLICO ALVO

Definido o Público alvo, as atividades são desenvolvidas durante um ou dois turnos de atividades, on de atividades Lúdicas, Rítmicas, Esportivas, Ginásticas. Aquáticas, Culturais e de Lazer são ofertadas mediante orientação.

BENEFÍCIOS ALCANÇADOS NA PERSPECTIVA DOS ALUNOS

A experiência proporcionada pelo projeto, além de proporcionar aprendizagem significativa, se apresenta enquanto material de pesquisa orientado pelos docentes, fomentando relatórios e publicações acadêmicas.

Pedagogia:

PROJETO: Forma-Ação – Gestão e Secretariado Escolar
COORDENADOR: Prof. Me. Júlio Corrêa
PROFESSORES PARCEIROS: Prof. Ma. Marlene Feitosa Prof. Esp. Márcia Tupinambá
JUSTIFICATIVA DO PROJETO: O Projeto Forma-Ação - Gestão e Secretariado Escolar surgiu a partir das necessidades dos graduandos em saber gerir as instituições de ensino de Educação Básica, principalmente com relação a questão de documentação e correspondência oficial, pois as dúvidas apareciam quando estes se viam frente a secretaria de uma instituição de ensino, ou ainda, na gestão de escolas municipais. Na graduação há uma disciplina denominada Arquivo e Documentação Escolar viabiliza ao futuro profissional da área educacional condições básicas para organizar a dinâmica escolar com relação ao registro dos alunos e comunicação interna e externa.
OBJETIVO DO PROJETO: - Capacitar os graduandos de Pedagogia com relação a documentação escolar; - Capacitar os graduandos de Pedagogia no referente as atividades de secretaria escolar; - Realizar arquivamento de documentos; - Realizar trabalho de secretaria escolar. - Elaborar correspondência oficial; - Abrir livro de ocorrências; - Elaborar histórico escolar; - Leitura da legislação referente a educação; - Elaborar planejamento de ação de gestão; - Organização de eventos na escola; - Realizar prestação de contas.
DESCRIÇÃO DA ATUAÇÃO DO PROJETO: As orientações serão realizadas na Brinquedoteca da FAAM nos encontros dos Estágios I e III para Comunidade e para graduandos que por motivo de trabalho não possam podem realizar o curso no PARAVIDDA nos dias de semana as segundas e quartas feiras. A partir das orientações teóricas será realizado várias aulas de cunho prático. - Aula expositiva; - Leitura da legislação educacional;

- Aulas práticas;
- Análise documental;
- Elaboração de histórico escolar;
- Elaboração de projetos.

Os conteúdos utilizados na feitura e desenvolvimento do Projeto Forma-Ação vai ao encontro da disciplina Arquivo e Documentação Escolar cursada no espaço-tempo da academia, dando suporte para:

- Legislação educacional;
- Correspondência oficial;
- Elaboração de documentação escolar;
- Feitura de prestação de contas;
- Elaboração do PPP da Escola;
- Planejamento de atividades de secretaria;
- Organização do calendário escolar.

ATENDIMENTO AO PÚBLICO ALVO

O público alvo serão os alunos do curso de Pedagogia do 6º, 7º e 8º semestre

BENEFÍCIOS ALCANÇADOS NA PERSPECTIVA DOS ALUNOS

Os graduandos do 6º ao 8º PED's serão beneficiados a partir da participação, interesse e envolvimento nas atividades que fazem parte do Estágio I, II, III e IV.

Direito:

PROJETO: NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA

COORDENADOR: Prof. Me. Wilson Rodrigues Ataíde Junior

PROFESSORES PARCEIROS:

Prof. Ma. Márcia Valéria Rolo
Prof. Esp. Nelson Tupinambá

JUSTIFICATIVA DO PROJETO:

O Núcleo de Prática Jurídica será instalado em espaço físico próprio, com recepção, sala para Secretaria de Estágio/Protocolo/Arquivo, sala para o Coordenador de Estágio, sala para reuniões, sala para os Professores de Estágio, Biblioteca Setorial, Sala de Prática Simulada, Salas dos Estagiários para Atendimento – Prática Real e salas multiuso. O mobiliário disponibilizado atenderá aos padrões das demais instalações da FACULDADE DA AMAZÔNIA. O Núcleo de Prática Jurídica será servido por uma rede de microcomputadores, com terminais em todas as salas, com acesso à Internet, para acesso a base de dados e aos tribunais.

Na biblioteca setorial do Núcleo de Prática Jurídica serão disponibilizados acervo mínimo de legislação, considerados códigos e regulamentos necessários ao atendimento da clientela. No que tange aos serviços, além da Secretaria de Estágio, haverá fichário individualizado dos alunos e arquivo de cópias de autos findos. A FACULDADE DA AMAZÔNIA, com o intuito de incrementar a realização das atividades simuladas, manterá convênios com Tribunais Estaduais e Federais para obtenção de cópia de processos.

OBJETIVO DO PROJETO:

O Núcleo de Prática Jurídica tem como finalidade coordenar, supervisionar e orientar a execução das atividades do Estágio Supervisionado do Curso de Graduação em Direito da FACULDADE DA AMAZÔNIA, de forma que possa desenvolver no aluno-estagiário habilidades próprias para a sua qualificação, permitindo assim, que a sua atuação como profissional venha se pautar em valores de responsabilidade, solidariedade, ética e bem comum.

DESCRIÇÃO DA ATUAÇÃO DO PROJETO:

A prática real será realizada na própria Instituição, no Núcleo de Prática Jurídica, admitindo-se sua realização parcial por meio de convênios com entidades ou instituições e escritórios de advocacia; serviços de assistência judiciária implantados na instituição; órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública ou, ainda, em departamentos jurídicos oficiais importando, em qualquer caso, na supervisão das atividades e na elaboração de relatórios que deverão ser encaminhados à Coordenação de Estágio, para a avaliação pertinente. As atividades conveniadas não deverão ultrapassar 50% do tempo exigido para conclusão da prática real e serão realizadas sob supervisão da Instituição, com elaboração de relatórios.

A prática real abrange o atendimento de partes, a pesquisa, a elaboração de peças processuais e o acompanhamento dos respectivos processos através do Núcleo de Prática Jurídica. Para fins de atendimento junto ao Núcleo de Prática Jurídica os alunos do Estágio Supervisionado serão divididos em equipes de, no mínimo, 02 (dois) e, no máximo, 04 (quatro) estudantes.

ATENDIMENTO AO PÚBLICO ALVO

O Estágio Supervisionado será realizado do 6º ao 10º semestre do Curso de Graduação em Direito. O aluno deve desenvolver uma programação que totalize a carga horária mínima de 580 horas/aula (=483 horas) a ser cumprida, o que corresponde a 13,06% da carga horária total do curso. Das 580 horas/aula, 300 horas/aula serão destinadas as atividades de prática real, o que corresponde a 51,72% da carga horária total do Estágio Supervisionado.

BENEFÍCIOS ALCANÇADOS NA PERSPECTIVA DOS ALUNOS

As perspectivas do NPJ para a formação do Bacharel em Direito em seus benefícios está justamente em poder proporcionar aos alunos contato efetivo com o mundo jurídico e do trabalho do advogado.

Ciências Contábeis:

PROJETO: ECONAD (ENCONTRO DE CONTADORES E ADMINISTRADORES)

COORDENADOR: LUCIANA TUPINAMBÁ DESSY E LEONEL RABELLO

PROFESSORES PARCEIROS: DIOGO SOUZA, IAN BLOIS, MARÍLIA MATOS, DIEGO VENTURA, JOANA AMORIM

JUSTIFICATIVA DO PROJETO: O projeto justifica-se pela necessidade da integração teoria e prática do discente entre as técnicas contábeis e administrativas, visualizando assim através do contato mais direto com vários profissionais das áreas como e de que maneira ocorre esta integralização. Além de proporcionar a este discente o contato e aprendizado das técnicas de defesa oral e elaboração de artigos científicos de diversas temáticas das áreas contábeis e administrativa. Portanto o projeto tem o cunho informativo e atualizador e técnico-científico através do contato com os artigos científicos.

OBJETIVO DO PROJETO:

- Integração teoria e prática;
- Conhecimento transdisciplinar entre contábeis e administração;
- Conhecimento técnico e científico;
- Atualização de conhecimentos;

DESCRIÇÃO DA ATUAÇÃO DO PROJETO: O projeto acontece a cada dois semestres, com duração de dois dias, englobando todos os alunos devidamente matriculados dos cursos de

Ciências Contábeis e Administração. O primeiro dia designa-se à palestras e mini-cursos e o segundo dia às apresentações orais dos alunos dos artigos previamente selecionados, estes divididos em 9 eixos. No final a banca examinadora de cada eixo faz uma avaliação pontuando uma nota a cada aluno, de acordo com quesitos previamente esclarecidos.

ATENDIMENTO AO PUBLICO ALVO: Alunos devidamente matriculados dos cursos de Ciências Contábeis e Administração.

BENEFÍCIOS ALCANÇADOS NA PERSPECTIVA DOS ALUNOS:

- Maior conhecimento da integração entre os cursos e disciplinas;
- Atualização de conhecimentos;
- Melhora nas habilidades de apresentação oral em trabalhos;
- Maior facilidade na elaboração de artigos;

Serviço Social:

PROJETO: Direitos Humanos e Serviço Social: Resistência para garantir a existência.

COORDENADOR: Curso de Serviço Social

PROFESSORES PARCEIROS: Professores .Carmen Lucia Silva; Amiraldo Torres; Elayne Romário; Érbio Silva; Francisco Jr: Odália Borges, Ricardo Pereira

JUSTIFICATIVA DO PROJETO:

O Serviço Social brasileiro é norteado pelos Direitos Humanos e no específico do Código de Ética de 1993, este incorporou esses direitos em onze princípios fundamentais, sendo que a intervenção profissional se pauta pela luta em defesa e promoção dos direitos humanos, elemento imprescindível para uma atuação comprometida com os valores expressos no projeto ético-político da categoria. As lutas pela garantia dos direitos humanos são construções históricas e se constituem em avanços encabeçados pela sociedade, sendo que em tempos de crise são esses direitos que sofrem grandes impactos tanto em sua constituição, como na defesa dos mesmos. Partindo da compreensão que o Código de Ética do Serviço social garante a perspectiva de uma lógica que procura e tem como objetivo, garantir a efetividade de um projeto amplamente comprometido com a construção de uma nova ordem societária, se faz necessário propiciar a comunidade acadêmica e demais atores que vivenciam o cotidiano da Faculdade da Amazônia, a reflexão acerca dos humano e de que estratégias e ações devem ser realizadas para que sejam garantidos e respeitados.

OBJETIVO DO PROJETO;

GERAL: Fomentar reflexões e aprendizados sobre os direitos humanos, dando enfoque as situações contemporâneas que permeiam as relações estabelecidas na sociedade brasileira e mundial tendo como base ética o código de Ética profissional do Serviço Social.

ESPECÍFICOS:

- Propiciar aos discentes o exercício crítico acerca de refrações da questão social que impactam nos direitos humanos.
- Mobilizar a comunidade acadêmica e da faculdade em geral em torno da temática dos direitos humanos
- Propiciar aos discentes a vivência da discussão acerca da temática na sala de aula, nos campos de estágio e na escola integrante do sistema Amazônia.

DESCRIÇÃO DA ATUAÇÃO DO PROJETO:

O projeto será desenvolvido na Faculdade da Amazônia, através de:

1- Elaboração de trabalhos de pesquisas sobre temáticas pertinentes aos direitos humanos para apresentação no Congresso da FAAM

2- Elaboração de mídias e material educativo para divulgação nas datas alusivas ao Dia do assistente Social, no Colégio Amazônia e nos locais de estágio.

ATENDIMENTO AO PÚBLICO ALVO

O atendimento ao público alvo é realizado através da participação dos alunos nas atividades propostas pelo projeto.

BENEFÍCIOS ALCANÇADOS NA PERSPECTIVA DOS ALUNOS

Possibilitar aos discentes a correlação dos Princípios que norteiam o Código de Ética do Serviço Social e sua aplicabilidade prática na defesa intransigente dos direitos humanos;

Desmistificação do discurso ideológico que procura encobrir a verdadeira essência dos direitos humanos.

Fomentar a cultura de respeito aos direitos humanos.

Administração:

PROJETO: EMPRESA JUNIOR

COORDENADOR: Prof. Diogo Souza

PROFESSORES PARCEIROS: Luciana Tupinambá e Leonel Rabello

JUSTIFICATIVA DO PROJETO: Tendo em vista que a missão da Empresa Júnior da Faculdade da Amazônia – FAAM, é a de integração dos alunos da FAAM, com a realidade do mercado, verificar a necessidade de implementação dos embasamentos teóricos e científicos visto em sala de aula e os problemas que são apresentados pela sociedade em geral.

A EJ será o ponto de partida para ratificar os conteúdos trabalhados em sala de aula com situações reais, assumindo características de um Centro de Prática Contábil e da Administração como um todo, onde os alunos irão desenvolver seus estágios obrigatórios dentro da EJ.

Nas estações de trabalho os alunos, terão disponíveis sistemas de Contabilidade, fiscais e de Pessoal, mais as obrigações principais e acessórias a serem declaradas ao fisco Municipal, Estadual e Federal. Também, terão sistemas de empreendedorismo e jogos de empresas.

OBJETIVO DO PROJETO: Preparar consultores juniores comprometidos com a informação contábil relevante para o processo de tomada de decisão, capazes de atuar na gestão dinâmica de diversas empresas, propiciando uma formação socialmente responsável, por de incentivo a prática do voluntariado e da responsabilidade social, conscientes de uma visão abrangente e integrada da profissão contábil e de gestão.

DESCRIÇÃO DA ATUAÇÃO DO PROJETO: A EJ atua principalmente, nos municípios da região metropolitana de Ananindeua, Belém e Marituba. Não estando descartada a possibilidade de atuar em outros municípios.

ATENDIMENTO AO PÚBLICO ALVO: Micro e pequenos empresários, entidades sociais, condomínios e pessoas equiparadas a pessoa jurídica.

BENEFÍCIOS ALCANÇADOS NA PERSPECTIVA DOS ALUNOS:

- Melhora no convívio social entre o meio acadêmico e a demanda de mercado.
- Aplicar os conhecimentos acadêmicos em prol dos serviços de consultoria não

atendidos a comunidades das micro e pequenas empresas.

- intercâmbio de conhecimento, informações, experiências e relações entre os professores e alunos dos cursos de Ciências Contábeis e Administração da FAAM.
- Maior interação entre alunos de diferentes áreas, para que de fato haja uma integração entre todos, o que permite um maior conhecimento interdisciplinar, tornando-os profissionais mais preparados para o mercado
- Desenvolvimento de habilidades, competências, comportamentos e conhecimentos, possibilitando de maneira diferenciada o seu crescimento pessoal e inserção profissional.

NAP:

PROJETO: ATENDIMENTO ESPECIALIZADO AOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

COORDENADOR: NÚCLEO DE APOIO PSICOPEDAGÓGICO

PROFESSORES PARCEIROS: TODOS OS PROFESSORES DA IES.

JUSTIFICATIVA DO PROJETO:

O NÚCLEO DE APOIO PSICOPEDAGÓGICO NAP EM POR FINALIDADE ACOLHER OS ALUNOS E AUXILIA-LOS DURANTE A TRAJETORIA NO CURSO. ALEM DE ASSESSORAR A GESTÃO E OS DOCENTES DA IES, ATINGE UMA IDENTIDADE INSTITUCIONAL VISÍVEL NO ATENDIMENTO E SOLUÇÃO DE DEMANDAS RELATADAS PELOS DISCENTES CARACTERIZANDO UM ESPAÇO ACADÊMICO DE APOIO PEDAGÓGICO E PSICOSSOCIAL DE GRANDE IMPORTÂNCIA DENTRO DA FACULDADE DA AMAZÔNIA.

E COM A CHEGADA DE ALUNOS COM DEFICIENCIA, O NAP SE REESTRUTUROU PARA MELHOR ACOLHE-LOS, POIS É UM PUBLICO BEM ESPECÍFICO QUE DEMANDA DE UMA ATENÇÃO ESPECIALIZADA..

OBJETIVO DO PROJETO:

- ACOLHER O ALUNO NA E AJUDA-LO NA ADAPTAÇÃO A ESSA NORA REALIDADE;
- AUXILIAR NA EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES ACADÊMICAS;
- ORIENTAR OS PROFSSORES QUANTO A DIDATICA E METODOLOGIA QUE PRECISARA SER APLICADA EM ALGUNS CASOS;
- AUXILIAR O PROFESSOR NA INCLUSÃO DESSE ALUNO NA TURMA ;
- ORIENTA-LOS NAS DIFICULDADES DURANTE O CURSO.

DESCRIÇÃO DA ATUAÇÃO DO PROJETO:

OS ATENDIMENTOS SÃO REALIZADOS POR MEIO DE DEMANDA ESPONTANEA, OBSERVAÇÃO DOS DOCENTES, OU MESMO SOLICITAÇÃO DOS FAMILIARES.ACONTECEM EM TODAS AS ATIVIDADES E AVALIAÇÕES REALIZADAS NA IES, ALÉM DE ENTREVISTAS DIRIGIDAS AOS PROFESSORES E COORDENADORES DOS CURSOS QUE TEM ALGUM ALUNO ESPECIAL.

ATENDIMENTO AO PUBLICO ALVO: ALUNOS QUE POSSUAM ALGUM TIPO DE DEFICIENCIA.

BEFICIOS ALCANÇADOS NA PERSPECTIVA DOS ALUNOS

UM AUXILIO DURANTE O CURSO PARA UMA MELHOR APRENDIZAGEM.

ANEXOS

ANEXO I

PLANO DE CARREIRA DOCENTE DA FACULDADE DA AMAZÔNIA

Capítulo I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º A A ROCHA SOCIEDADE CIVIL, implanta o Plano de Carreira Docente da Faculdade da Amazônia, que passará pela aprovação do CONSUAD e do CONSEPE.

Parágrafo Primeiro. Os objetivos deste Plano são:

- a) Orientar o ingresso, a promoção, a ascensão e progressão funcional, o regime de trabalho e as atividades do Corpo Docente;
- b) Contribuir para o aprimoramento pessoal e profissional do Docente, de modo a assegurar um Quadro qualificado;
- c) Estimular o Docente para o exercício eficiente e eficaz das funções que lhe cabem desempenhar.

Parágrafo Segundo. São consideradas atividades próprias do Corpo Docente:

- a) As aulas ministradas no Ensino de Graduação, Pós-Graduação e Extensão;
- b) As atividades desenvolvidas na área da Pesquisa ou concernentes à produção, ampliação, revisão, aprofundamento do conhecimento;
- c) As atividades desenvolvidas no exercício de Direção ou Coordenação de Curso;
- d) As atividades que atendam à comunidade sob forma de projetos de Extensão.

Art. 2º O Cargo de Professor de Ensino Superior é o constante do Quadro de Pessoal da Carreira Docente de Ensino Superior e se distribui pelas seguintes classes:

Professor Titular

Professor Adjunto

Professor Assistente

Professor Auxiliar

Professor Instrutor

Parágrafo Primeiro. O número de docentes em cada classe, obedecerá aos percentuais máximos de 20% Professor Titular, 10% Professor Adjunto e 10% Professor Assistente, aplicados à totalidade dos professores pertencentes ao quadro de pessoal docente em efetivo exercício deduzidos deste cálculo os que não possuírem titulação mínima de especialização.

Parágrafo Segundo. Cada classe funcional compreende até 3 (três) níveis de referência I, II e III, excetuando-se as classes de Professor Instrutor e auxiliar, que somente possuirá o nível de referência I. Para determinação do número de vagas em cada referência, com vistas à progressão funcional, ficam estabelecidos os seguintes percentuais de vagas para cada referência:

1. Referência II de cada classe Funcional – até 20% (vinte por cento) do total de professores na categoria funcional;

2. Referência III de cada classe Funcional – até 10% (dez por cento) do total de professores na categoria funcional;

Parágrafo Terceiro. A cada 2 (dois) anos, à partir da vigência deste Plano, a Direção Geral e os Conselhos, CONSUAD e CONSEPE, salvo para as classes de professor Instrutor e Auxiliar, fixarão a lotação de cada classe nos termos do parágrafo primeiro do artigo 2º, de acordo com a disponibilidade orçamentária da Mantenedora.

Capítulo II

Da Admissão e Promoção

Art. 3º A admissão em cargo de Professor será feita pela mantenedora, mediante seleção e contrato na forma da legislação trabalhista em vigor.

Parágrafo Primeiro. A Direção Geral fixará as normas para seleção de que trata o „caput” deste artigo, que poderá ocorrer mediante concurso de provas e títulos ou outros tipos de seleção aprovados pelos órgãos competentes da IES, respeitados os pré-requisitos estabelecidos nas especificações de cada categoria.

Parágrafo Segundo. A qualificação para a contratação atenderá à forma estabelecida pela legislação em vigor.

Parágrafo Terceiro. A qualificação mínima indispensável ao Professor será a Graduação, sendo que para as categorias de Professor Auxiliar, Assistente, Adjunto e Titular, devem ser demonstrados também a posse de Título de Pós-Graduação „lato-sensu”, Mestre, Doutor e/ou Livre Docência, devidamente registrado, expedido por cursos reconhecidos de instituições credenciadas pelos órgãos competentes, na área em que se ministre a matéria/disciplina.

Art. 4º Para os respectivos cargos de Professor são exigidos, além do Diploma de Curso Superior, os seguintes requisitos:

I – Professor Instrutor:

1. Título de Graduado ou Curso Superior, devidamente registrado, obtido em curso e Instituição Superior reconhecida;

2. Experiência no magistério superior ou experiência profissional não acadêmico – pedagógica na área, ou experiência em tutoria, ou capacidade técnico-profissional relevante, para docência em disciplinas profissionais, na forma desta carreira;

II – Professor Auxiliar:

1. Mínimo título de Especialista com certificado registrado, com carga horária mínima de 360 horas, obtido em Instituição credenciada;

2. Experiência no magistério superior ou experiência profissional não acadêmico – pedagógica na área;

III – Professor Assistente:

1. Título de Especialização, Mestrado, Doutorado ou Livre-Docência, devidamente registrado;

2. Mínimo 5 (cinco) anos de experiência no magistério superior;

3. Mínimo 3 (três) anos de efetivo exercício de docência na Faculdade da Amazônia, com contrato de tempo parcial ou integral.

IV – Professor Adjunto:

1. Título de Mestre, Doutor ou Livre-Docência, devidamente registrado;

2. Mínimo 8 (oito) anos de experiência no magistério superior;

3. Mínimo 5 (cinco) anos de efetivo exercício de docência na Faculdade da Amazônia, com contrato de tempo parcial ou integral.

V – Professor Titular:

1. Título de Doutor ou Livre-Docência, devidamente registrado;

2. Mínimo 12 (doze) anos de experiência no magistério superior;

3. Mínimo 8 (oito) anos de efetivo exercício de docência na Faculdade da Amazônia, com contrato de tempo parcial ou integral.

Parágrafo Primeiro. Para o previsto nos itens III, IV e V deverão ainda ser observados os seguintes requisitos:

1. Respeitar o previsto nos parágrafos 1º e 3º, do Artigo 2º;

2. Produção científica relevante na área de conhecimento da(s) disciplina(s) ministrada(s);

3. Experiência profissional comprovada na área de conhecimento do curso de graduação ou outro(s) título(s) que comprove(m) aderência à(s) disciplina(s) ministrada(s).

4. Para os itens III e IV será exigida participação ativa em congressos, simpósios, seminários, jornadas de trabalho entre outros eventos, realizado nos últimos três anos e com comprovação;

Parágrafo Segundo. Em casos excepcionais, o Professor poderá ter ingresso em níveis iniciais de classe mais elevada que a de Auxiliar, observadas a disponibilidade orçamentária e as necessidades da Instituição, respeitado a formação e/ou titulação do Professor ou a natureza da matéria e/ou disciplina a ser ministrada e os requisitos mínimos para ascensão funcional, além da existência de vaga.

Parágrafo Terceiro. Ressalvados os direitos adquiridos dos atuais Professores Titulares, o preenchimento de vagas de Titulares, na proporção máxima estipulada nos Parágrafos 1º e 3º do Artigo 2º, dar-se-á, na ausência de Professores Doutores ou Livre-Docentes, respeitado a disponibilidade orçamentária, por Professores Adjuntos portadores de Título de Mestre com no mínimo 12 (doze) anos de experiência no magistério superior e no mínimo 10 (dez) anos como integrante do corpo docente da Faculdade da Amazônia.

Parágrafo Quarto. Para as contratações preconizadas nos Artigos 3º e 4º e seus incisos, concernentes às disciplinas que serão objeto de previsão em Portaria a ser emanada pela Direção Geral, apenas 50% do total de docentes da Instituição deverão comprovar a experiência profissional não acadêmica, assim previsto no parágrafo primeiro item 3 deste artigo, podendo, portanto, os demais, ficar dispensados desta exigência, para fins de enquadramento, sendo este elemento válido para critério de desempate.

Art. 5º O professor ingressante, independentemente de atender aos requisitos preconizados nos incisos I a V do artigo 4º e o seu parágrafo primeiro, será contratado na categoria de professor Auxiliar, de acordo com os requisitos exigidos para cada categoria, podendo posteriormente ser promovido.

Art. 6º A contratação ou demissão do Docente é de competência da entidade Mantenedora, por proposta da Direção Geral, nos termos do Estatuto e do

Regimento da Faculdade da Amazônia, observada a legislação vigente aplicável à matéria.

Capítulo III

Do Professor Visitante

Art. 7º Poderá haver, fora do Plano de Carreira Docente, a presença de Professor Visitante, na forma da legislação e de acordo com o Estatuto e Regimento Interno da Faculdade da Amazônia.

Parágrafo Único. O Professor Visitante é o profissional de renomada competência no país ou no exterior, convidado para proferir conferências, palestras, participar de pesquisas ou outras atividades por tempo determinado, podendo neste caso ser enquadrado para efeito de remuneração, em classe funcional compatível, independentemente de vaga ou cumprimento dos pré-requisitos estabelecidos para o cargo.

Capítulo IV

Da Promoção e dos Níveis de Referência

Art. 8º Para promoção nas várias classes funcionais serão necessários:

I – classificação a ser realizada a cada 2 (dois) anos, utilizando-se dos seguintes mecanismos:

1. Avaliação que pode compreender provas, entrevistas, análise de memorial;

2. As avaliações realizadas pela Comissão Própria de Avaliação com o objetivo de atender ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior;

3. Sistema de avaliação, proposto e acompanhado pelo Núcleo de Apoio Psicopedagógico, que aponte o desempenho do professor.

II – preenchimento dos requisitos previstos no artigo 4º e seus incisos e parágrafos;

III – existência de vagas fixada pela Direção Geral;

Parágrafo Primeiro. A classificação dar-se-á no mês de janeiro, preferencialmente, a cada 2 (dois) anos, sendo precedido pela publicação do Edital que ocorrerá no mês de dezembro, desde que seja constatada a existência de vagas.

Parágrafo Segundo. Para concorrer à promoção nas categorias funcionais, o professor deverá inscrever-se para participar da classificação, mediante requerimento protocolado na área de Recursos Humanos, com a documentação comprobatória completa dos requisitos necessários, nos prazos estabelecidos em Edital para a promoção nas diferentes classes funcionais.

Parágrafo Terceiro. A constatação de qualquer irregularidade nos documentos apresentados implicará na anulação da promoção nas classes funcionais, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

Parágrafo Quarto. Em caso de empate na classificação, será contemplado, na ordem de prioridade a seguir descrita, o docente:

I – que contar com maior tempo de exercício docente na Faculdade da Amazônia;

II – com maior média de horas/aula, em exercício de sala de aula, nos últimos 2(dois) anos de efetivo exercício na Faculdade da Amazônia;

III – com maior número de horas de trabalho voluntário em ações, projetos, cursos para comunidade e programas de responsabilidade social da Faculdade da Amazônia;

IV – que contar com maior titulação;

V – com maior produção científica;

VI - que contar com maior tempo de docência no Ensino Superior;

VII – que contar com maior tempo de experiência profissional não Acadêmico – Pedagógica na área;

VIII – que contar com a maior idade.

Art. 9º Os critérios para classificação para obtenção de Progressão Funcional aos níveis de referência I, II, III, previsto no artigo 2º, parágrafo 2º, para as classes de Assistente, Adjunto e Titular, ocorrerá preferencialmente a cada 2 (dois) anos, no mês de julho, e obedecerão critérios de antiguidade e merecimento de forma alternada, baseado em um sistema de pontuação descrita na tabela I, anexa a este Plano, que levarão em consideração os seguintes requisitos:

I - tempo de exercício docente na Faculdade da Amazônia;

II - média de horas/aula nos últimos 2(dois) anos na Faculdade da Amazônia;

III – número de horas/aula de trabalho voluntário em ações, projetos, cursos para comunidade e programas de responsabilidade social na Faculdade da Amazônia;

IV – titulação;

V – produção científica;

VI – experiência profissional;

VII – conceito obtido nas avaliações realizadas pela Faculdade da Amazônia;

VIII – frequência às aulas igual a 100%, excetuando-se as faltas justificadas;

IX – cumprimento integral das tarefas relacionadas com a vida acadêmica, tais como o lançamento de notas, entrega dos PED"s, Instrumentos de avaliação, frequência dos alunos e preenchimento e entrega dos Diários de classes nos períodos estabelecidos no calendário acadêmico, participação em reuniões de colegiados, em bancas de concurso ou em comissões especiais;

Parágrafo Primeiro. O sistema de pontuação será estabelecido em Edital, no mês de junho, a cada 2 (dois) anos, pela Direção Geral.

Parágrafo Segundo. Para concorrer à Progressão Funcional para referência superior o docente deve estar a pelo menos 2 (dois) anos na classe funcional.

Parágrafo Terceiro. Em caso de empate na classificação, será aplicado o estabelecido no artigo 8º parágrafo 4º.

Art. 10º O Docente fará jus ao recebimento da remuneração correspondente no mês subsequente ao da homologação do enquadramento, através de Portaria da Direção Geral, ficando estabelecido que para Ascensão funcional à classe superior, os efeitos ocorrerão à partir de 01 de março e para a Progressão funcional à referência superior os efeitos ocorrerão a partir de 01 de agosto, a cada 2(dois) anos de acordo com a dotação orçamentária da Mantenedora.

Parágrafo Primeiro. Caso, por motivos fortuitos, não ocorra dotação orçamentária no ano da aplicação da Ascensão ou Progressão Funcional, os efeitos financeiros somente serão aplicados no ano seguinte e não caracterizarão direito ou efeitos retroativos.

Parágrafo Segundo. Não será aplicada a Progressão ou Ascensão em caso de não existência de vagas conforme o estabelecido no artigo segundo e seus parágrafos.

Capítulo V

Do Regime de Trabalho

Art. 11º O Professor integrante do Plano de Carreira Docente do Ensino Superior fica sujeito aos Regimes de Trabalho previstos no parágrafo 2º deste artigo e a sua jornada de trabalho corresponderá principalmente ao desempenho das atividades inerentes ao ensino, pesquisa e extensão.

Parágrafo Primeiro. A distribuição da jornada de trabalho será apresentada semestralmente a Direção Geral, nos meses de janeiro e julho, através de proposta encaminhada pela Direção Acadêmica.

Parágrafo Segundo. O Plano de Carreira Docente compreende três regimes de trabalho:

I. Regime integral – Docentes contratados com 40 horas semanais de trabalho na instituição, nelas reservado tempo de pelo menos 20 horas semanais destinadas a estudos, pesquisa, trabalhos de extensão, gestão, planejamento, avaliação e orientação de alunos

II. Regime parcial – Docentes contratados com 12 ou mais horas semanais de trabalho na mesma instituição, nelas reservado pelo menos 25% do tempo para estudos, planejamento, avaliação e orientação de alunos.

III. Regime horista – Docentes contratados pela instituição exclusivamente para ministrar horas-aula, independentemente da carga horária contratada ou que não se enquadrem outros regimes de trabalho acima definidos.

Parágrafo Terceiro. Os Regimes de Trabalho previstos nos incisos I, II, III deste artigo, observam o disposto nas diretrizes vigentes à época deste Plano, pelo Ministério da Educação (MEC) no que tange às exigências básicas para atender os padrões de qualidade.

Capítulo VI

Da Remuneração, Valores e Vantagens

Art. 12º Os Docentes integrantes do Plano de Carreira Docente serão remunerados segundo a classe funcional, o nível de referência, o regime de trabalho docente e/ou natureza da função, de acordo com os valores expressos na Tabela Salarial da Faculdade da Amazônia, fixada e aprovada pela Mantenedora no mês de março de cada ano, tendo seus efeitos financeiros no mês subsequente, respeitada a legislação trabalhista.

Art. 13º A hora-aula compreende, para efeito da remuneração, a aula efetivamente ministrada e registrada, conforme previsto na convenção coletiva da categoria.

Art. 14º A remuneração das horas-aula nos cursos e programas de Pós-Graduação, Especialização e Extensão, quando ministradas em módulos, serão fixadas, especificamente, caso a caso, em função das características do evento, a serem pagos em título próprio, cessando essa remuneração com o

fim da prestação de serviços, sem gerar, em hipótese alguma, direito de continuidade, reflexo ou qualquer obrigação trabalhista.

Art. 15º Para fins deste Plano de Carreira Docente e para todos os demais fins em que venha ser aplicado, compreende-se por Hora-Atividade (HA) o que está preconizado nas convenções e/ou acordos coletivos de trabalho, as tarefas e atribuições executadas pelo professor dentro da sala de aula, conforme previsto no artigo 13 será remunerado como hora-aula/atividade.

Art. 16º Os docentes integrantes do Plano de Carreira, sem prejuízo das atribuições e vantagens decorrentes de suas funções e independentemente de suas atividades em sala de aula, e, inclusive, obedecendo às disposições específicas formalizadas, poderão, por ato de nomeação da Direção Geral, ouvida a Mantenedora, exercer mandato de prazo certo e determinado igual ou inferior a 2 (dois) anos, podendo ser renovado sucessivamente por igual período ou não, a critério da Instituição, percebendo por essas funções valor denominado Gratificação de Função ou Cargo em Comissão.

Parágrafo Primeiro. Os valores da Gratificação de Função, Cargos em Comissão, Gratificação de Tempo Parcial ou Integral, não se incorporam ao salário ou à remuneração nos moldes previstos e determinados na CLT, tratando-se de gratificação por exercício de cargo de confiança em retribuição ao exercício de atribuição eventual ou especial, sendo devida única e exclusivamente enquanto vigente o mandato de nomeação previsto no caput deste artigo.

Parágrafo Segundo. Da mesma forma o valor da Gratificação de Função ou Cargo em Comissão não se incorporam à remuneração da carreira Docente, de forma que, ao término do mandato, seja por decorrência do transcurso do prazo mandamental ou por qualquer outra motivação, inclusive em decorrência de ato revogatório da Direção Geral, tal gratificação de função ou salário referente será suprimida, na forma do Artigo 468º da CLT, permanecendo o membro integrante da carreira Docente em função originária de professor.

Parágrafo Terceiro. Os valores de Gratificação de Tempo Parcial ou Integral somente serão devidos enquanto o Docente estiver com contrato de Tempo Parcial ou Integral, cessando sua remuneração em caso de mudança de

regime, ou seja, a gratificação de função ou salário referente será suprimida, na forma do Artigo 468º da CLT, permanecendo o membro integrante da carreira Docente em função originária de professor horista.

Art. 17º As tabelas dispondão os valores referentes às Gratificações de Função, Cargo em Comissão, Gratificação de Tempo Parcial, Integral, bem como eventuais atualizações, serão determinadas e fixadas anualmente.

Capítulo VII

Do Aprimoramento Acadêmico

Art. 18º A título de aprimoramento acadêmico será concedido ao professor, sobre o valor da sua remuneração percebida mensalmente como docente, excluídos os valores percebidos como Gratificação de Função ou Cargo em Comissão, os percentuais estabelecidos na convenção coletiva ou acordo coletivo do Sindicato da categoria.

Parágrafo Primeiro. Os percentuais não são cumulativos, aplicando-se o percentual correspondente à titulação de maior importância.

Parágrafo Segundo. No caso de acesso a níveis ou categorias funcionais que apresentam o adicional de aprimoramento, o professor deve comprovar sua titulação para fazer jus ao novo nível ou categoria e remuneração.

Parágrafo Terceiro. Os efeitos financeiros da aplicação do aprimoramento acadêmico somente serão devidos à partir dos seguintes períodos:

I – Os títulos e ou diplomas apresentados e validados pela área competente no período de agosto a fevereiro, à partir de 01 de março;

II – Os títulos e ou diplomas apresentados e validados pela área competente no período de março a julho, à partir de 01 de agosto;

Capítulo VIII

Do Afastamento

Art. 19º O ocupante de cargo da Carreira Docente poderá ser licenciado, por prazo determinado, com ou sem remuneração, ouvidas a Direção e/ou Coordenação de Curso ao qual pertence e a Direção Geral, nos seguintes casos:

I - Para aperfeiçoar-se em Instituições nacionais ou estrangeiras;

II - Para prestar colaboração temporária a outra instituição de ensino superior ou de pesquisas;

III - Para comparecer a congresso ou reunião, relacionados com sua atividade de ensino ou pesquisa.

Parágrafo Único. É facultado à Instituição acatar ou não os pedidos de licença dos docentes, observada a Legislação pertinente.

Art. 20º Os afastamentos de professores para realização de cursos de Pós-Graduação, participação em Congressos ou Seminários e outros eventos serão objeto de regulamentação pelos Conselhos Superiores, nos termos das normas propostas pela Direção Geral.

Parágrafo Único. Os cursos de pós-graduação *stritu-senso* devem ter reconhecimento em órgão regulador competente, designado pelo Ministério da Educação.

Art. 21º Para as promoções previstas neste Plano de Carreira Docente é necessário que o docente esteja no efetivo exercício das suas funções, independentemente do regime de trabalho.

Parágrafo Único. O docente que se encontrar afastado da instituição, devidamente autorizado pela Direção Geral, será considerado para efeito de classificação para Ascensão ou Progressão Funcional, no efetivo exercício das suas funções.

Art. 22º Visando a preservação e valorização do vínculo empregatício, o docente que tenha sua carga horária zerada em razão de ausência de formação de turmas, curso ou não oferecimento de disciplinas para a qual está habilitado, ou em número insuficiente para atendimento ao quantitativo de docentes da Faculdade da Amazônia, será considerado em licença sem vencimento/remuneração por período máximo de 1 (um) ano, e somente depois deste período será feita sua rescisão, caso permaneçam as mesmas situações.

Parágrafo Único. A Instituição poderá convocar o professor licenciado a qualquer tempo em que esta situação se normalize.

Capítulo IX

Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 23º Os atuais ocupantes das classes funcionais, mesmo desprovidos da formação e titulação exigidas para o exercício das respectivas categorias funcionais de que tratam os artigos 2º, 4º, 8º e 9º, serão também enquadrados no Plano de Carreira Docente de Ensino Superior adotado na Faculdade da Amazônia, sem a perda dos direitos adquiridos, e suas vagas se extinguirão à medida que forem desocupadas.

Art. 24º O Plano de Capacitação Docente será objeto de regulamentação própria.

Art. 25º A Direção Geral, ouvida a Mantenedora, regulamentará os assuntos relacionados ao Plano de Carreira Docente da Faculdade da Amazônia, respeitadas as legislações trabalhista e de ensino superior vigentes.

Art. 26º Na hipótese do docente se julgar prejudicado nos seus direitos, à época das classificações e promoções, poderá recorrer à Direção Geral, em formulário próprio disponível na Gerencia de Recursos Humanos, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da data da publicação da Portaria de promoção, cabendo recurso em última instância, em igual prazo a partir da resposta, ao CONSEPE/CONSUD.

Art. 27º Este Plano de Carreira Docente poderá ser reformulado ou alterado, mediante proposta da Mantenedora.

Art. 28º Os casos omissos ou excepcionais serão resolvidos pela Faculdade da Amazônia e a Gerência de Recursos Humanos.

Art. 29º O Plano de Carreira Docente da Faculdade da Amazônia, entrará em vigor na data da Homologação na Delegacia Regional do Trabalho, revogando-se toda e qualquer disposição em contrário.

ANEXO II

PLANO DE CARREIRA E CAPACITAÇÃO TÉCNICO – ADMINISTRATIVO.

Capítulo I

Das Disposições Preliminares

Art.1º A. A. ROCHA SOCIEDADE CIVIL LTDA, implanta o Plano de Carreira do Corpo Técnico – Administrativo da Faculdade da Amazônia, aprovado pelo Conselho Superior de Administração.

§ 1º O Corpo Técnico-Administrativo, constituído por todos os servidores não-docentes e técnico de laboratórios, tem a seu cargo os serviços necessários ao bom funcionamento dos diversos setores da Faculdade da Amazônia.

§ 2º O Corpo Técnico-Administrativo será contratado e/ou demitido pela mantenedora, segundo o regime das leis trabalhistas, observados os critérios e normas deste Plano de Carreira.

Art. 2º Os funcionários serão enquadrados de acordo com o constante do Quadro do Corpo Técnico-Administrativo – QCTA.

Capítulo II

Da Admissão, Promoção e Reclassificação

Art. 3º A admissão será feita pela Mantenedora – mediante seleção e contrato na forma da legislação trabalhista por indicação da Chefia do Setor e aprovada pelo Conselho Superior de Administração.

§ 1º A Direção da Faculdade da Amazônia poderá realizar a seleção de que trata o “ caput “ deste artigo mediante concurso de provas e títulos.

§ 2º A Contratação dos funcionários se dará respeitando o Decreto nº 3298/1999 que regulamenta a Lei nº 7853/1989,fixando a política nacional de integração de pessoas portadoras de deficiências no mercado de trabalho e na sociedade.

Art. 4º A s promoções e reclassificações ocorrerão em conformidade com o Regulamento de Promoções e Reclassificações, respeitada a legislação trabalhista vigente.

Capítulo III

Do Regime de Trabalho

Art. 5º O funcionário integrante do Plano de Carreira de Pessoal Técnico – Administrativo ficará subordinado, para efeito de progressão na carreira à Tabela de Enquadramento constante no PCPTA.

Capítulo IV

Da Remuneração

Art. 6º O funcionário integrante da Carreira Técnico- Administrativa será remunerada segundo o regime de trabalho e respeitada a legislação trabalhista.

Capítulo V

Das Promoções e Reclassificações

Art. 7º Reclassificação é a transposição de uma classe a outra superior, por merecimento, respeitada a legislação trabalhista.

Art. 8º A promoção, também chamada de promoção vertical, é a ascensão ao nível imediatamente superior, dentro da própria classe, por merecimento ou antiguidade.

Art. 9º As promoções e reclassificações estarão vinculadas à existência de vagas.

Art. 10º As promoções serão feitas por merecimento e antiguidade, respeitando o artigo 9º deste regulamento.

Art. 11º O critério para promoção por antiguidade será o de maior tempo contínuo de atividade na classe dentro da Faculdade da Amazônia.

Art.12º Serão obedecidos os seguintes critérios de desempate na ordem abaixo:

a) Por merecimento:

1º avaliação de desempenho e eficiência feita pelo Chefe imediato do servidor

2º maior antiguidade na Faculdade da Amazônia.

b) Por antiguidade:

1º maior antiguidade na Faculdade da Amazônia – FAAM

2º maior antiguidade no cargo que ocupa.

Art.13º A progressão horizontal dentro de cada cargo, depende da melhor produtividade, desempenho e perfeição técnica avaliada pelo Chefe imediato do servidor e aprovado pela Direção Geral da Faculdade da Amazônia.

Parágrafo único. A progressão será por merecimento e antiguidade, com interstício não superior a 01(um) ano.

Art.14º Haverá igualdade pecuniária entre as promoções por merecimento e por antiguidade.

Art.15º O Plano de Carreira do Corpo Técnico-Administrativo da Faculdade da Amazônia entrará em vigor na data da sua aprovação pelo Conselho Superior de Administração.

Capítulo VI

Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 16º A. A ROCHA SOCIEDADE CIVIL LTDA, ouvida a Faculdade da Amazônia regulamentará os assuntos relacionada ao PCPTA, respeitada a legislação trabalhista.

Art. 17º De acordo com o regimento da Faculdade da Amazônia, as penalidades do regime disciplinar do Corpo Técnico Administrativo serão as previstas na legislação trabalhista e será de competência do Diretor Geral, ressalvada a de dispensa e rescisão contratual, de competência da Mantenedora.

Art. 18º Os casos omissos ou excepcionais serão resolvidos pela A. A. Rocha Sociedade Civil Ltda formada pela Direção Geral da Faculdade da Amazônia.

Capítulo VII

Plano de Cargos e Salários

Art. 19º O presente plano disciplina os Cargos e Salários do Pessoal Técnico Administrativo da Faculdade da Amazônia regula suas funções, estabelece deveres e direitos.

Art. 20º Esta plano de Cargos e Salários tem como princípios:

I - Valorização profissional mediante promoção de cargo em decorrência de avaliação de desempenho de suas funções;

II- Equivalência de remuneração, considerando a função desempenhada, sua qualificação e profissionalização;

III – Enquadramento e reclassificação decorrentes das avaliações trienais.

Art. 21º O Plano de Cargos e Salários está estruturado por Cargos de acordo com a estrutura organizacional da mantenedora.

Art. 22º Os cargos representam a linha de atividade funcional, de acordo com a respectiva natureza, grau de responsabilidade, complexidade de funções.

Art. 23º O ingresso no Quadro de Funcionários da Faculdade da Amazônia será por intermédio de recrutamento e seleção, aberto ao público, e de acordo com as normas fixadas pelo Conselho Superior.

Art. 24º A admissão ao Plano de Cargos e Salários será no cargo correspondente, observadas as disposições do Artigo 22º do presente Plano e Legislação pertinente.

Art. 25º A contratação do pessoal administrativo obedecerá as normas da CLT e o Decreto nº 3298/99.

Art. 26º Para fins de progressão funcional, os funcionários serão avaliados anualmente pelo Conselho Superior integrada pela Diretoria, seu presidente, e demais membros.

Art. 27º A progressão funcional no Plano de Cargos e Salários dar-se-á por promoção vertical e por promoção horizontal.

Art. 28º A promoção vertical é aquela que propicia o acesso às classes superiores à que se encontra, desde que:

- a) Possua Cargo de Graduação ou Pós-Graduação na área específica em que atua na Instituição;
- b) Possua qualidades pessoais e profissionais, como indicações positivas para o exercício de suas atividades;
- c) Possua experiências anteriores merecedoras de conceito positivo e participação em atividades administrativas.

Art. 29º A promoção horizontal é aquela que propicia o crescimento ao longo das diversas categorias na qual estará enquadrado.

Art. 30º As disposições constantes deste Plano aplicam-se desde logo para as reclassificações trienais decorrentes das avaliações.

Parágrafo único. O enquadramento dos funcionários e as reclassificações decorrentes das avaliações trienais obedecerão a seguinte tabela:

Classe Nível (tempo)	I ACESSO	II 3 ANOS	III 6 ANOS	IV 9 ANOS	V 12 ANOS	VI 15 ANOS	VII 18 ANOS	VIII 21 ANOS
A	1,00	1,05	1,10	1,20	1,25	1,30	1,35	1,45
B	1,00	1,05	1,10	1,20	1,25	1,30	1,35	1,45
C	1,00	1,05	1,10	1,20	1,25	1,30	1,35	1,45
D	1,00	1,05	1,10	1,20	1,25	1,30	1,35	1,45
E	1,00	1,05	1,10	1,20	1,25	1,30	1,35	1,45
F	1,00	1,05	1,10	1,20	1,25	1,30	1,35	1,45
G	1,00	1,05	1,10	1,20	1,25	1,30	1,35	1,45
H	1,00	1,05	1,10	1,20	1,25	1,30	1,35	1,45
I	1,00	1,05	1,10	1,20	1,25	1,30	1,35	1,45
J	1,00	1,05	1,10	1,20	1,25	1,30	1,35	1,45
K	1,00	1,05	1,10	1,20	1,25	1,30	1,35	1,45
L	1,00	1,05	1,10	1,20	1,25	1,30	1,35	1,45
M	1,00	1,05	1,10	1,20	1,25	1,30	1,35	1,45

Art. 31º Os índices constantes em cada coluna da tabela referida no parágrafo anterior tem como referência o valor do salário mensal fixado para classe/categoria.

Art. 32º A avaliação da formulação profissional continuada levará em conta a comprovação da conclusão de cursos aos funcionários, após seu enquadramento ou última avaliação procedida.

§ 1º A relevância dos cursos realizados em função da atividade desenvolvida e a duração dos mesmos definirão os pontos a serem totalizados na avaliação final.

§ 2º A graduação dos pontos, pela relevância e duração dos cursos, obedecerá a seguinte tabela:

Nº de CURSOS	Duração (em horas)	Relevância	Pontos	Peso	Pontos Totais
Até 02	30 a 60	Relativa	01	25	25
Mais de 02	30 a 60	Significativa	02	25	50
Até 02	60 a 180	Relativa	02	25	50
Mais de 02	60 a 180	Significativa	04	25	100
Até 02	180 a 360	Relativa	04	25	100
Mais de 02	180 a 360	Significativa	08	25	200
Até 01	>360	Relativa	05	25	125
Mais de 01	>360	Significativa	10	25	250

§ 3º Os pontos a serem considerados no presente item não poderão ser inferiores a 100 e não poderão ultrapassar 250.

Art. 33º A avaliação do rendimento será procedida, em duas etapas:

I – pelo Chefe do setor onde o funcionário está lotado;

II – pela Gerência de Recursos Humanos, que acompanhará o desenvolvimento das atividades dos funcionários, através de uma política de Supervisão.

§ 1º A avaliação será graduada de (0) zero a (10) dez, admitido o meio ponto.

§ 2º Na totalização das avaliações previstas neste artigo, o nível de rendimento do funcionário decorrerá da média das avaliações em cada uma das etapas, considerando-se os seguintes percentuais:

I – Chefe do Setor. 40%

II – Gerência de Recursos Humanos..... 60%

§ 3º Na definição dos pontos totais para cada de rendimento serão considerados os seguintes graus e pesos:

Nível de Rendimento	Faixas	Pesos	Pontos Totais
EXCELENTE	9,5 A 10,0	30	285 A 300
SATISFATÓRIO	7,5 A 9,0	30	225 A 270
MÉDIO	5,0 A 7,0	30	150 A 210

§ 4º Os pontos totais a serem considerados no presente item de avaliação não poderão ser inferiores a (170) cento e setenta e não poderão ultrapassar a (300) trezentos.

§ 5º Os mecanismos e os instrumentos a serem utilizados na avaliação do rendimento dos funcionários, respeitados as disposições constantes no presente plano, serão fixados pelo Conselho Superior.

Art. 34º Para análise do presente item, o Conselho Superior considerará o desenvolvimento de atividades executivas em órgãos de gerenciamento de

ensino, no âmbito interno da mantenedora e que o profissional não esteja em sala de aula.

§ 1º Os pontos a serem atribuídos aos funcionários, por suas atividades desenvolvidas, considerará a seguinte tabela:

FUNÇÃO	TEMPO MÍNIMO DE EXERCÍCIO	PONTOS	PESO	PONTOS TOTAIS
Direção Superior	04 anos	10	15	150
Direção Centros ou Similares	04 anos	08	15	120
Coordenação de Fac/Curso	04 anos	04	15	60
Chefia de Departamento	02 anos	06	15	90
Assessoria	04 anos	04	15	60
Chefia de Setor	04 anos	04	15	60

§ 2º Os pontos totais a serem atribuídos no presente item de avaliação não poderão ser inferiores a (100) cem e não poderão ultrapassar a (150) cento e cinquenta.

Art. 35º Os pontos totais, atribuídos em cada item da avaliação, serão tratados estatisticamente, conforme a seguinte tabela:

ITEM	PONTOS		MÉDIA	%	MÍN.	MÁX..	MÉD.
	MÁX.	MÍN.					

Experiência	-	458	175	30	-	137,4	68,70
Formação	100	250	229	25	25	62,5	43,75
Profissionalismo	170	300	235	30	51	90,0	70,50
Rendimento	100	150	125	15	15	22,5	18,50
Ativ executadas Totais	370	1.158	764	100	91	312,4	201,70

Parágrafo único. Excluídas as hipóteses expressamente previstas neste Plano, não haverá arredondamento dos cálculos na definição dos pontos totais ou das globalizações.

Art. 36º O funcionário que não alcançar o limite mínimo de rendimento, na avaliação anual procedida nos termos do Artigo 12º Capítulo V deste Plano, conforme manifestação do Conselho de Administração Superior terá seu contrato de trabalho rescindido.

Art. 37º Obedecendo a mesma tramitação, também terá seu contrato de trabalho rescindido o funcionário que, por duas avaliações anuais sucessivas, não alcançar o mínimo de pontos globalizados, estabelecidos na conformidade da tabela constante no Artigo 30º.

Art. 38º O presente Plano entra em vigor na data de sua publicação pela mantenedora revogada as disposições em contrário.